



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO - PPGEC MESTRADO PROFISSIONAL EM
ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO

**Memória, identidade e turismo em contexto de ruralidade: o caso dos agricultores do
Rio da Prata/RJ**

PAULA MACEDO KREIMER GUEDES

Rio de Janeiro

2019

PAULA MACEDO KREIMER GUEDES

Memória, identidade e turismo em contexto de ruralidade: o caso dos agricultores do Rio da Prata/RJ

Projeto da dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Ecoturismo e Conservação.

Orientadora: MARIA AMÁLIA SILVA ALVES DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro

Abril 2019

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

G924 Guedes, Paula Macedo Kreimer
Memória, identidade e turismo em contexto de ruralidade: o caso dos agricultores do Rio da Prata/RJ / Paula Macedo Kreimer Guedes. -- Rio de Janeiro, 2019.
117

Orientador: Maria Amália Silva Alves de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação, 2019.

1. Turismo. 2. Memória. 3. Agricultores. 4. Identidade. 5. Parque Estadual da Pedra Branca. I. Oliveira, Maria Amália Silva Alves de , orient. II. Título.

Paula Macedo Kreimer Guedes

Memória, identidade e turismo em contexto de ruralidade: o caso dos agricultores do Rio da Prata/RJ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: 30 de abril de 2019.

Banca Examinadora:

Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira (orientadora)

Dr. Rodrigo Machado Vilani (UNIRIO)

Dra. Annelise Caetano Fraga Fernandez (UFRRJ)

Resumo

O Rio da Prata é um sub-bairro de Campo Grande localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Parte de seu território localiza-se dentro do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB, categorizado como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Os agricultores que lá residem e trabalham, estão se beneficiando da recente transição da chamada agricultura “convencional” para a agricultura “orgânica”. Atualmente, eles asseguram um espaço no mercado de alimentos orgânicos, com a participação em feiras, no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro, deixando pra trás o anonimato e sendo reconhecidos pela qualidade de seus produtos e pelo modo de vida simples e singular. Todo esse movimento relacionado aos alimentos orgânicos vem chamando a atenção de visitantes que, além de procurar a natureza como lazer, procura a experiência de vivenciar uma atmosfera rural, com atividades e culinária tradicionais da “roça”. Atividades como estas estão sendo realizadas no Rio da Prata, incrementando um turismo relacionado à alimentação e a cultura local. Deste modo, a questão central deste trabalho é analisar a potencialidade do turismo na construção de memórias e identidades locais. Para perseguir essa questão os objetivos traçados foram: apresentar o processo de fortalecimento de uma identidade e da seleção de memórias no contexto de indução do fluxo turístico e da produção de alimentos orgânicos do Rio da Prata, apresentar e analisar as ações de turismo que estão sendo praticadas no local; apresentar e analisar as seleções memoriais que estão sendo acionadas neste processo; e por fim apresentar e analisar como a identidade do grupo está sendo reconfigurada para e pelo turismo. Entre os resultados observados nessa pesquisa conclui-se que, apesar número de agricultores orgânicos ser relativamente pequeno, eles estão se tornando verdadeiros porta-vozes de uma cultura essencialmente rural com a incorporação de valores e visões de mundo associadas à conservação e ao ambientalismo ressaltando, principalmente, o caráter ecologicamente correto de exercer suas práticas agrícolas e de reprodução social. Para realizar esta pesquisa apoiamos-nos em uma abordagem qualitativa com base na etnografia. Para assistir aos objetivos propostos, foram aplicados os seguintes métodos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, análise de dados secundários, realização de entrevistas semiestruturadas em campo e a aplicação de oficina mediada através da ferramenta participativa *World Café*, resultando na produção de um vídeo educacional.

Palavras-chaves: Memória, Identidade, Turismo, Parque Estadual da Pedra Branca, Rio da Prata, Comunidade Tradicional, Pequenos Agricultores.

Abstract

Rio da Prata is a suburb of Campo Grande located in the West Zone of the city of Rio de Janeiro. Part of its territory is located within the State Park of Pedra Branca - PEPB, categorized as a Conservation Unit of Integral Protection. Farmers who live and work there are benefiting from the recent transition from so-called "conventional" agriculture to "organic" agriculture. Currently, they assure a space in the market of organic foods, with participation in fairs, in the Circuit Carioca of Organic Fairs of Rio de Janeiro, leaving behind the anonymity and being recognized by the quality of its products and by the simple and singular way of life. All this movement related to organic food has attracted the attention of visitors who, in addition to looking for nature as leisure, seeks the experience of experiencing a rural atmosphere, with activities and traditional cuisine of "roça". Activities such as these are being held in the Rio de Prata, increasing tourism related to food and local culture. In this way, the central question of this work is to analyze the potential of tourism in the construction of local memories and identities. To pursue this issue, the objectives were: to present the process of strengthening an identity and the selection of memories in the context of induction of the tourist flow and organic food production of the Rio da Prata, to present and analyze the tourism actions that are being practiced locally; present and analyze the memory selections that are being triggered in this process; and finally present and analyze how the identity of the group is being reconfigured for and by tourism. Among the results observed in this research, it is concluded that, although organic farmers are relatively small, they are becoming true spokesmen of an essentially rural culture with the incorporation of values and world views associated with conservation and environmentalism, mainly, the ecologically correct character of exercising their agricultural practices and social reproduction. To carry out this research, we support a qualitative approach based on ethnography. In order to attend the proposed objectives, the following research methods were applied: bibliographic research, analysis of secondary data, semi-structured interviews in the field and the application of a workshop mediated through the participatory tool World Café, resulting in the production of an educational video.

Keywords: Memory, Identity, Tourism, Pedra Branca State Park, Rio da Prata, Traditional Community, Small Farmers

Dedicatória

Ao meu marido, sem ele não teria sido possível completar esse ciclo. Dedico também a todas as pessoas que não se permitem abater, que não perdem a capacidade de se indignar com as injustiças sociais e ambientais.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha querida e amada mãe Thelma e pai afetuoso Nilo Sergio por terem me proporcionado a vida, o amor e uma educação de excelência. Ao meu marido, melhor amigo Luiz Augusto Segreto, por me dar condições de cursar o mestrado, com seu apoio incondicional, carinho, paciência e parceria. À Sônia Segreto, minha sogra, por cuidar muito bem da minha filha e me tranquilizar para eu poder frequentar as aulas e as pesquisas de campo. Agradeço todas as pessoas que de alguma forma me deram força e me apoiaram nessa jornada: a minha orientadora, Maria Amália, as amigas Ingrid Pena e Simone Maders, as professoras Alba Simon, Annelise Fernandez, à Nilda, ao Tio Eduardo Nastasi, a Alice Franco, ao Edson Paiva, à Rita Caseiro e a todos (as) colegas e professores (as) do Programa de Pós-Graduação de Ecoturismo e Conservação.

“O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza”. (Karl Marx)

Sumário

Introdução	10
1. CAPÍTULO – Um breve contexto ambiental	16
1.1. Política Ambiental Brasileira.....	16
1.2. Como surgiram as áreas naturais protegidas?	20
1.3. O Uso Público em áreas naturais protegidas.....	24
1.4. Onde há disputas por território há conflitos.....	27
1.5. Populações, Povos ou Comunidades tradicionais.....	29
2. CAPÍTULO – Um Parque na “Citrolândia”	34
2.1. Contextualização histórico-geográfica da região.....	34
2.2. Campo Grande.....	36
2.3. Zona Oeste rica em contrastes	37
2.4. A Institucionalização do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)	42
2.4.1. O Uso Público no PEPB.....	44
2.4.2. De repente parte do território virou Parque.....	49
2.5. O Rio da Prata e os agricultores de produtos orgânicos.....	51
2.5.1. A ambiguidade das identidades: Quilombolas X Agricultores Rurais	57
3 CAPÍTULO – “Quer uma alimentação saudável? Venha a feira orgânica do Rio da Prata”	58
3.1. Relacionando lazer, visitação turística e alimentação.....	64
3.2. O Turismo e o mapeamento das Iniciativas no Rio da Prata (PEPB)	65
3.2.1. A Trilha Transcarioca.....	67
3.2.2. O Curso de condutores do INEA.....	70
3.2.3. A Feira Orgânica do Rio da Prata.....	71
3.2.4. Os eventos do caqui.....	72
3.2.5. O Café da Roça.....	77
3.2.6. O dia de vivência na roça.....	79
4 CAPÍTULO – Memória, Identidade e Turismo.....	80
4.1. Entrelaçando Memória, Identidade e Turismo.....	80
4.2. As memórias e identidades evocadas nas iniciativas de turismo no Rio da Prata	82
4.3. Os jovens do Rio da Prata e as memórias sendo esquecidas: o relato da Oficina	87
4.3.1. Síntese da Análise das perguntas.....	92
4.3.2. Palestra – Memória, Identidade e Turismo.....	93
4.4. Resultados da Oficina.....	94
4.5. Produto técnico.....	96

4.6. Criação do Roteiro.....	99
4.6.1. Roteiro do Vídeo: O Ser - tão Carioca.....	101
5. Considerações finais.....	106
6. Referências Bibliográficas.....	110

Introdução

A área conhecida como Zona Oeste, por muito tempo, foi um importante polo de abastecimento agrícola da antiga capital do País. Hoje essa área vem sendo alvo de desenfreada expansão urbana e especulação imobiliária. Apesar das características cada vez mais urbanas, a atividade agrícola ainda resiste na região e tem valor econômico, cultural, ambiental e social para a manutenção das famílias dos agricultores que lutam para manter suas atividades e modos tradicionais de vida.

A escolha do lugar bem como do tema dessa dissertação se deve ao meu interesse sobre as transformações sociais, econômicas, ambientais e culturais que o turismo pode trazer para Unidades de Conservação. Deve-se ao meu ingresso no projeto de pesquisa intitulado como “Pequenos agricultores do Rio da Prata de Campo Grande (RJ): Memória, Patrimônio e Turismo”, ao qual esta dissertação está alinhada.

Diante disso, o recorte desta pesquisa é o Rio da Prata, um sub-bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste do Estado do Rio de Janeiro. O referido local tem parte de seu território dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca, uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, considerado um dos maiores parques urbanos do mundo com a extensão de 12.393,84 hectares.

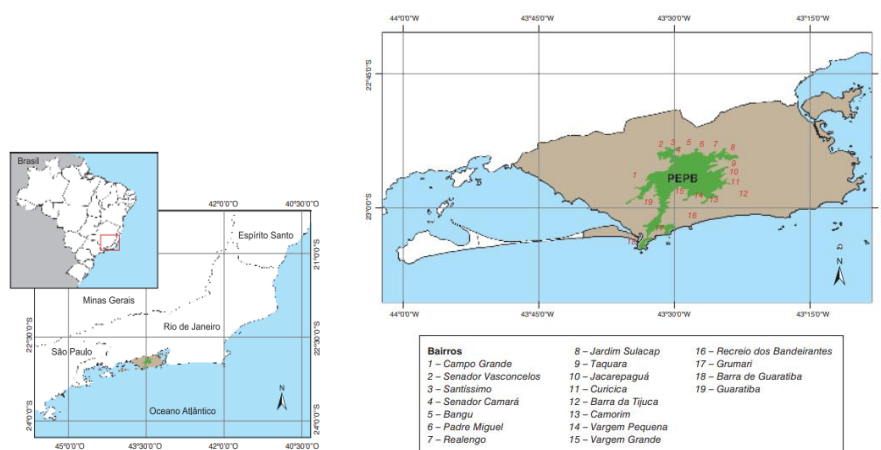


Figura 1 - Localização do PEPB. Fonte: INEA, 2013.

O local também é conhecido por abrigar grande biodiversidade, importantes corpos hídricos, uma rica cultura e muitos conflitos territoriais (grilagem de terra, desmatamento, caça

irregular, especulação imobiliária, entre outros que serão brevemente citados ao decorrer desta dissertação).

É dentro desse cenário que um grupo de agricultores se encontra em um processo contínuo de (re) construção de suas identidades baseado na história local e na memória daqueles que vivem e viveram no Rio da Prata. Eles vêm lutando constantemente para continuar residindo e exercendo suas atividades agrícolas dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que de acordo com a legislação vigente, não é permitida a permanência de moradores e nem o uso agrícola dentro dessas áreas naturais.

Com a instituição do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB, em 1974, as fronteiras e usos do espaço foram redelimitados, exercendo um efeito contraditório sobre as práticas agrícolas ali estabelecidas. Se por um lado, impôs restrições ao desenvolvimento de suas atividades, de outro ajudou a manter esta pequena produção, preservando parcialmente este território do processo de urbanização e expansão do mercado imobiliário. (FERNANDEZ, 2009a)

Diante do exposto, a questão central desse trabalho é analisar a potencialidade do turismo na construção de memórias e identidades locais. De modo a pensar sobre esta questão, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar o processo de fortalecimento de uma identidade e da seleção de memórias no contexto de indução do fluxo turístico e da produção de alimentos orgânicos do Rio da Prata. Os objetivos específicos são: apresentar e analisar as ações de turismo que estão sendo praticadas no Rio da Prata; apresentar e analisar as seleções memoriais que estão sendo acionadas neste processo; e por fim apresentar e analisar como a identidade do grupo está sendo reconfigurada para e pelo turismo.

Cabe ressaltar que o mestrado profissional requer além desta dissertação, a formulação de um produto técnico que se aplique a realidade dessa comunidade. Para atender a esta exigência, em específico, inserimos mais um procedimento metodológico para compor esta pesquisa, a realização de uma oficina para os jovens da escola pública da região. A realização da oficina justifica-se pela preocupação da não participação dos jovens nas atividades turísticas no Rio da Prata, causando a dificuldade de contratação de mão de obra local, por parte dos empreendedores, para ocupar as vagas que vem surgindo à medida que a cadeia de serviços pertencentes turismo cresce na região.

Os jovens, como atores sociais multifacetados, vêm se socializando em um contexto cultural globalizado, deixando de lado as especificidades locais que tornam os locais atrativos, especiais e únicos. O não conhecimento, por parte desse público, sobre a história, a cultura, os atrativos locais é motivo de preocupação quando se pensa em desenvolvimento turístico local, em memória e identidades. Isso porque a percepção dos jovens sobre si e sua ‘ruralidade’, vai se perdendo com o tempo, deixando que o esquecimento de suas raízes se propague para outras gerações.

Deste modo, para a realização da oficina foi utilizada a metodologia da pesquisa-ação aplicando o processo participativo conhecido como *World Café*, o que nos deu subsídios para a criação do produto técnico que é um vídeo educacional.

Para a pesquisa nós nos apoiamos em uma abordagem qualitativa de base etnográfica, metodologia que consideramos adequada em estudos que investigam realidades ‘não quantificáveis’ e que avaliam o universo dos significados, expectativas, atitudes, crenças e visões de mundo (MINAYO, 2009). Nós utilizamos a expressão “pesquisa de base etnográfica” para demonstrar que a escrita e os métodos utilizados nesse trabalho seguem a proposta etnográfica, no entanto, guarda a limitação de ter sido executada por uma pesquisadora que não é antropóloga.

A utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o pesquisador desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. (...) Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas. Segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. (...) (MATTOS, 2011.p.50)

Assim, na etnografia, observam-se os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação, (MATTOS, 2011.p.51)

Para facilitar a compreensão das etapas que conduziram a investigação do qual este trabalho é fruto, dividimos o texto em quatro capítulos.

O primeiro capítulo traz uma contextualização da área ambiental, com um breve panorama sobre a evolução da Política Ambiental Brasileira. Será feita uma abordagem sobre como surgiram as primeiras áreas naturais protegidas, e o funcionamento e finalidade do Uso Público dessas áreas. Além disso, conceituaremos o tema território na perspectiva de que o território é o meio onde se articula a identidade cultural e a relação dos povos tradicionais com a natureza. Abordaremos os conflitos socioambientais, que de forma geral, envolvem uma complexa rede de atores sociais que se movem em um campo de disputas. Na atualidade, a região onde se localiza o Parque Estadual da Pedra Branca é disputada por grandes grupos imobiliários, setores de classe média/alta, por classes populares organizadas ou não em torno da luta pela moradia e os pequenos produtores que tentam preservar a possibilidade de reprodução de seus meios de subsistência. (FERNANDEZ, 2009). Ainda neste capítulo, entraremos na discussão sobre comunidades tradicionais e a permanência delas em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

No segundo capítulo faremos uma contextualização histórico-geográfica das terras de Campo Grande, atual Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, dando um panorama geral dos ciclos econômicos, a ascensão e queda da produção de laranja, a separação da referida Zona que atualmente é dividida em uma parte abastarda e em outra carente de serviços e infraestrutura pública. Ao recuperar essa memória, objetivou-se a reflexão sobre identidade, olhando para esta a partir dos ciclos agrícolas e do processo de urbanização sem planejamento. Nesse mesmo capítulo será apresentado o processo de institucionalização do PEPB, o qual seguiu o “modelo” de criação dos primeiros Parques ao redor do mundo e como foi replicado na criação do Parque Estadual da Pedra Branca e as suas consequências no território.

Ainda no segundo capítulo, trataremos do recorte da pesquisa, o Rio da Prata, descrevendo o lugar e os agricultores de produtos orgânicos (objeto da pesquisa) e a ambiguidade de identidades local.

O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada neste trabalho e a apresentação do caminho metodológico que norteou o trabalho de campo e análise do material empírico por ele originado. Neste mesmo capítulo, exibiremos o mapeamento e análise das principais iniciativas de turismo no Rio da Prata que vêm tomando vulto e tem como elemento primordial, o alimento,

com exceção da Trilha Transcarioca, cuja motivação é a proximidade com a natureza e o Curso de Condutores promovido pelo INEA, que nos demonstrou que a “turistificação” começou a ser interessante e respaldada pelo Poder Público nesta região. Finalizaremos o capítulo relacionando as atividades de lazer, turismo e alimentação.

No quarto capítulo trataremos da memória, identidade e turismo, título dado a esta dissertação. A reflexão consiste em analisar como esse fenômeno (o turismo) pode estimular os fatores culturais dentro de uma localidade transformando-os em recursos que atraem visitantes e favorecem o desenvolvimento local. A produção de alimentos orgânicos promoveu a prática agrícola deste grupo em decorrência do fluxo de pessoas interessadas na compra destes produtos, em consequência disso, novas atividades relacionadas ao turismo estão sendo fomentadas na região. Assim o referencial teórico está voltado para dar suporte à discussão que reside na busca pelo entendimento de como a (re) produção da memória e da identidade da comunidade tradicional do Rio da Prata estão sendo divulgadas e fortalecidas através da atividade turística.

Como um dos resultados da pesquisa empreendida, identificamos a posição de destaque das gerações mais jovens que vivem na comunidade do Rio da Prata e arredores. Além disso, apesar dos vários relatos aos quais tivemos acesso sobre as dificuldades locais, chamou-nos atenção o fato de os jovens não conhecerem a sua própria história e de não saber que existe turismo acontecendo no Rio da Prata.

Desta forma, a partir do que nos foi apresentado em campo, a ideia inicial era promover uma oficina para os jovens e que essa oficina se transformasse em um produto técnico, pois os pesquisados tinham como problema o fato de uma memória estar se perdendo e também pela falta de mão de obra local para trabalhar com os serviços que a atividade turística requer. Dado as circunstâncias desse processo, surgiu a ideia de criar um vídeo educacional que pudesse mostrar, de uma maneira lúdica, um pouco da memória e identidade local. Assim, consideramos que o grupo estudado, foi imediatamente atendido, ao eleger o vídeo como produto técnico final que tem como objetivo promover em âmbito pedagógico um processo de resistência.

Constatamos, através da pesquisa de campo, que o turismo está latente na região, porém, de forma desordenada (de acordo com os atores que foram entrevistados por nós). O que pode se configurar como uma oportunidade de desenvolvimento e entrosamento com a comunidade e a inserção de um turismo que esteja alinhado com a história e cultura local.

1. CAPÍTULO 1 – Um breve contexto

Neste capítulo faremos uma breve contextualização sobre política ambiental brasileira no sentido de dar um panorama atual sobre o assunto. Será explicado como as primeiras áreas naturais surgiram e como se aplica o uso público de áreas naturais protegidas. Conceituaremos o tema “território”, e descreveremos os conflitos que surgem pela disputa de terras e poder. Para finalizar, será abordado o tema sobre Populações, povos ou comunidades tradicionais que residem dentro de Unidades de Conservação de proteção Integral.

1.1. Política Ambiental Brasileira

A evolução da política ambiental brasileira pode ser analisada a partir da década de 1930, quando tiveram início ações de regulamentação da apropriação dos recursos naturais necessários ao processo de industrialização. Nessa mesma década, relata-se uma série de movimentos, muitas vezes acompanhados por pesados investimentos em infraestrutura que modificou de forma contundente as relações fundiárias existentes no país. Esses movimentos se espalharam por todo território nacional e atingiram de uma forma ou outra, os diversos “povos tradicionais”. Esses múltiplos movimentos mudaram radicalmente sua situação de invisibilidade social e marginalidade econômica. (LITTLE, 2002.p.12). De acordo com Carvalho (1996), durante séculos a sobrevivência dos territórios tradicionais se deve em parte, à estratégia da invisibilidade, tanto simbólica, quanto social, empregada pelos quilombolas.

A emergência de uma consciência preservacionista na esfera ambiental se consolidou na década de 1980, no entanto cabe ressaltar que essa mobilização não partiu do Estado como ocorreu com o patrimônio histórico durante a Revolução Francesa, no século XVIII. Pelo contrário, o movimento em prol do direito e da proteção ao meio ambiente se irradiou através da comunidade científica e acabou difundido entre organizações não-governamentais que passaram a reivindicar melhor “qualidade de vida” no planeta. (PELEGRINI, 2006)

Com a edição da Lei nº 6.938/81 o Brasil passou a ter formalmente uma Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, uma espécie de marco legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos. A partir desse momento começou a ocorrer uma integração e uma harmonização dessas políticas tendo como norte os objetivos e as diretrizes estabelecidas na referida lei pela União.

A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Desta maneira, o objetivo geral da Política Nacional do Meio Ambiente está dividido em preservação, melhoramento e recuperação do meio ambiente.

São três os instrumentos utilizados na PNMA: Comando-Controle; Econômico; e Comunicação. O primeiro cria normas, regras e procedimentos de utilização dos recursos naturais, fiscalizando, penalizando, proibindo ou permitindo a existência de atividades; o segundo estabelece cobrança de taxas e tarifas, além de reduções fiscais quando as empresas são comprometidas com o meio ambiente; e o terceiro realiza a divulgação de informações, selos ambientais e promoções de educação ambiental.

A PNMA representa um marco histórico incontestável, já que foi instituída em um período que o Brasil vivia sob um regime fechado e carente de democracia. Pode parecer um paradoxo supor que questões ambientais pudessem ter alguma relevância em um país que buscava o crescimento econômico e a modernização a todo custo. No entanto, foi nesse cenário que a Lei 6.938/81 foi aprovada. (BARROS; THEODORO, 2010)

Bacelar (2009) atribui ao longo período ditatorial vivido no Brasil a responsabilidade pelo caráter autoritário fortemente presente nas políticas públicas, já que neste período não era preciso que o Estado se legitimasse perante grande parcela da sociedade, ficando refém apenas dos atores que comandavam o cenário político-econômico brasileiro. (BACELAR, 2009 apud PECCATIELLO, 2011.p.73)

O modelo da política ambiental brasileira se baseava em uma racionalidade na qual o principal objetivo era facilitar o crescimento econômico, sendo que as questões ambientais se configuravam apenas como externalidades dentro desse propósito maior. No entanto, com o amadurecimento da sociedade brasileira e o fortalecimento dos processos democráticos levaram ao parlamento e ao Executivo representantes mais comprometidos com a questão ambiental, especialmente, por que o País começava a despontar e a se firmar como um forte atuante na questão da governança planetária, também devido ao caráter estratégico que os recursos naturais passaram a representar no cenário regional e na geopolítica internacional. (OTONI, 2005 apud BARROS; THEODORO, 2010)

A partir da segunda metade do século XX, ocorreram inúmeros eventos (Cúpula da Terra e a Rio +20, por exemplo) onde foram estabelecidas metas, leis e medidas de proteção

ambiental com o objetivo de reduzir os impactos sobre o meio ambiente. É importante destacar um fato que pode ser considerado um “divisor de águas” para as questões ambientais no Brasil: a Conferência ECO 92, sediada no Rio de Janeiro e que contou com a participação de 170 países, realizada em um período de abertura política, apesar do governo, daquele momento, expressar forte tendência de liberalismo econômico. (BARROS; THEODORO, 2010.p.33)

Na pauta de discursões, assuntos como o mercado de crédito de carbono, as novas tecnologias, a biodiversidade, e as mudanças climáticas, assumiam o centro dos debates ambientais e no período imediatamente posterior da Conferência ocorreram ações relacionadas à demarcação de terras indígenas e à limitação de atividades garimpeiras. (BARROS; THEODORO, 2010.p.33)

Assim, no início do século XXI, inaugura o reconhecimento das chamadas “populações tradicionais” e da sua possível contribuição para a conservação e manutenção da diversidade biológica. Despontou o surgimento de um ecologismo diferenciado daquele emergente nos países industrializados que sacralizavam o mito da “natureza intocada”, dois séculos antes. A acepção do “equilíbrio dos ecossistemas” e do “novo naturalismo”, manifestos por meio de movimentos sociais, primou pela diversidade cultural e pela união entre o homem e a natureza de modo a garantir a gestão democrática dos espaços territoriais e o adequado manejo das áreas de proteção ambiental. (PELEGRINI, 2006.p.118)

Apesar desse avanço, “a política ambiental atual, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe. Essa via é a da inclusão da perspectiva das populações no conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas”. (ARRUDA, 1997)

Em decorrência desse padrão predominante de atuação governamental, que desconsiderou a presença de residentes [e sua cultura] no território das UCs de Proteção Integral, praticamente inexitem políticas públicas voltadas à gestão dos conflitos de interesse frente aos diversos tipos de uso dos recursos naturais inerentes à situação criada e às concepções de conservação subjacentes e predominantes na legislação pertinente. (SIMÕES; FERREIRA, 2011)

As populações tradicionais vêm sendo discriminadas por sua identidade sociocultural e impedidas de reproduzir seu modo de vida, tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande quanto pelo modelo de conservação ambiental vigente. Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental. (ARRUDA, 1999)

Arruda (1999) afirma ainda que “as populações tradicionais são colocadas diante de um dilema sem resolução do ponto de vista de seus interesses e os de preservação ambiental, ou continuam “tradicionais” tendo cada vez menos condições objetivas de manter os padrões usuais de reprodução sociocultural ou são assimiladas pela sociedade dominante, dissolvendo-se como comunidades e abrindo espaço para a disseminação do modelo hegemônico de exploração e uso dos recursos naturais”.

O modelo oficial de preservação ambiental calcado na criação de unidades de conservação de uso restrito tende a fortalecer a segunda opção, somando-se às pressões para que as populações tradicionais deixem de sê-lo e adotem as mesmas práticas destrutivas que caracterizam a sociedade envolvente. Entretanto, há outra possibilidade raramente contemplada nas políticas públicas brasileiras que é a de construir junto com as populações locais uma relação ao mesmo tempo mais harmoniosa e economicamente mais eficaz. (ARRUDA, 1999. p.89)

Mais recentemente as atenções têm se voltado tanto para a conservação da diversidade biológica quanto para a questão dos direitos intelectuais sobre a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados, diante dos possíveis ganhos e prejuízos sociais e ambientais decorrentes da exploração científica, tecnológica e comercial. Além disso, existe uma preocupação por parte de cientistas e da sociedade civil, em especial entre ambientalistas e movimentos sociais de comunidades locais, com a perda conjunta da biodiversidade, sociodiversidade (diversidade cultural) e, conseqüentemente, dos conhecimentos tradicionais dos povos sobre usos farmacêuticos, alimentares, bem como sobre suas formas de manejo sustentável da biodiversidade.

Portanto, como afirma Diegues (1996): “Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. Essas unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a

novas situações emergentes”. É essa dimensão que falta ser assumida de forma mais definida pela política ambiental brasileira sob pena de ser fadada ao insucesso.

A política ambiental vigente, por outro lado, tenta se viabilizar por uma postura autoritária totalmente dependente de fiscalização repressiva, carecendo de embasamento técnico-científico e legitimidade social entre a população regional, fadada na melhor das hipóteses a uma preservação ao estilo “jardim zoológico”, resguardando apenas algumas áreas intocáveis, num recorte insuficiente para a reprodução integral dos ecossistemas, para a manutenção da biodiversidade e da pluralidade cultural. (ARRUDA, 1999.p.90)

Entretanto, há outra possibilidade raramente contemplada nas políticas públicas brasileiras que é a de construir junto com as populações locais uma relação ao mesmo tempo mais harmoniosa e economicamente mais eficaz. Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais. Isso não significa ressuscitar o mito do “bom selvagem” ou do “ecologismo nato” das populações selvagens. Tanto quanto nós, as comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural. Nem todos são “conservacionistas natos”, porém há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional. (ARRUDA,1999. p.90)

1.2. Como as áreas naturais protegidas surgiram?

O movimento de criação de áreas naturais protegidas iniciou-se nos Estados Unidos com a criação do *Yellowstone National Park* (1847) que “nasceu” como vitória do movimento preservacionista contra as ações das madeireiras e mineradores que avançavam nas florestas no oeste do país. (SIMON, 2003.p.25)

Segundo Simon (2003), a ideia de assegurar áreas de exuberante beleza, refúgios de "vida natural", áreas de preservação em caráter perpétuo para usufruto público, surgia em contraposição à exploração dos recursos naturais a serviço de um modelo de desenvolvimento e progresso calcado na conquista do oeste americano. Esse “protótipo” inaugura, de forma paradigmática, uma inversão de valores onde a "natureza para alguns" considerada como usufruto exclusivo de determinadas segmentos sociais, começa a ser tratada como "natureza para todos", realçando a esfera do bem comum, do bem público e a ideia de usufruto pelas futuras gerações e, sobretudo, reafirmando o poder e o controle estatal sobre as terras públicas.

O *Yellowstone Park* corresponde não só a um marco da preservação de áreas silvestres de grande escala e do interesse público, mas, principalmente, estabelece os fundamentos do chamado modelo de Unidades de Conservação: proteção de amplos espaços naturais, de grandes belezas cênicas capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos sem interferência humana. (GODOY, 2000.p.2)

Com o Parque Nacional de Yellowstone foi inaugurada uma nova fase de criação de áreas protegidas. Além da preservação das belezas cênicas, levava-se em consideração a perpetuação de direitos das gerações futuras de usufruírem daquele local. A socialização do usufruto das belezas cênicas por toda a população foi o pressuposto inicial dos parques nacionais. Não eram permitidos quaisquer usos na forma de exploração de recursos florestais, animais, minerais, etc. A presença humana não era admitida dentro de seus limites, apesar de ter sido criado para proveito do homem urbano e das gerações futuras, baseando-se na premissa de que o ser humano é um destruidor inexorável da natureza. Entretanto, não foram considerados os diferentes modos de vida das chamadas “populações tradicionais” existentes em outros países como na América do Sul e África (Diegues, 1993, p. 16 apud VALLEJO, 2005. p.40.)

Nas décadas de 1970 e 1980 o discurso do desenvolvimento sustentável polemizou os debates sobre conservação na arena internacional os temas giravam em torno da iminente ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies da fauna e flora, o aquecimento da temperatura global devido à emissão de gases poluentes. Todas estas questões fizeram a pauta ambiental ocupar um lugar de destaque nos debates internacionais.

Assim, a realização de diversas Conferências Internacionais sobre o assunto criou o alerta sobre a importância de se manter áreas protegidas capazes de preservar a biodiversidade e a produção de serviços ecossistêmicos. No Brasil, registra-se a importância do tema a partir da participação oficial do país na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Nos anos 30 até meados dos anos 70/80, a primeira categoria de área protegida criada foi a categoria de Parques Nacionais (PN's), classificada como espaços de natureza intocada. Trata-se de um modelo criado fora do Brasil, conforme citado anteriormente e apropriado pelo governo brasileiro que o aplicou amplamente nesse período. Trata-se de um modelo restritivo o qual abrigariam inúmeras limitações, entre elas determinava a impossibilidade da permanência de populações nesses espaços de proteção. (FERNANDEZ, 2009.p.19)

O primeiro parque criado no País foi o parque de Itatiaia (1937), no Rio de Janeiro e, depois, estendidos às demais regiões, embora o ritmo de criação desses espaços (defendido

como modelo ideal de conservação) tenha diminuído após a década de 1990, o sistema de parques continuou a ser criado pelas agências ambientais. (CÂMARA, 2013)

Para Simon (2003), o Brasil importou ao conceito e a política internacional dos Parques Nacionais, mas não importou a gestão, restringindo, assim, a possibilidade do uso comunitário nas áreas já ocupadas por populações historicamente localizadas (...) consolidou-se uma lógica de conservação baseada no uso indireto dos recursos naturais, através somente da pesquisa, da contemplação da natureza, da educação e do lazer eliminando-se a possibilidade de vislumbrar novas formas de uso comunitário. (SIMON, 2003.p.24)

A Lei 9985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, e consolidou a concepção de conservação materializada nos Parques Nacionais desde a criação do parque de Itatiaia, considerando-os como categorias de manejo do grupo de Unidades de Proteção Integral (cf. seu art. 7º, parágrafo 1º).

Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

De acordo o SNUC, existe dois grupos que abarcam as UC's: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Proteção de Uso Sustentável. As Unidades de Conservação de Proteção Integral têm como objetivo principal a manutenção dos ecossistemas sem as alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, ou seja, seu objetivo maior é a preservação.

As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana em áreas protegidas que compreendem desde territórios exclusivos para populações tradicionais consolidarem um manejo sustentável de baixo impacto, privilegiando suas formas de conhecimento, até amplas áreas já urbanizadas, nas quais o estabelecimento de uma UC pode contribuir para o zoneamento, manejo adequado dos remanescentes florestais e cumprimento das leis ambientais. Ao todo os dois grupos de UC's têm doze categorias de manejos as quais podemos observar na tabela a seguir:

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Figura 2 Grupos e Categorias de Unidades de Conservação Previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000) - SNUC, 2000.

É importante destacar que a responsabilidade pela criação, manutenção e gestão destas áreas é realizada pela União, através do Governo Federal, estados e municípios (11 das 12 categorias existentes atualmente), podendo ser exercida voluntariamente pela sociedade civil, através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN. Todavia, a criação de novas categorias de manejo é também garantida no texto do SNUC, que reconhece, inclusive, aquelas criadas por estados e municípios, através de legislações específicas.

Voltando as Unidades de Proteção Integral, os “Parques Nacionais”, constituem refúgios onde se preservam a natureza do desenvolvimento econômico e do crescimento desenfreado. Desde o começo da criação de áreas protegidas ao redor do mundo, essas localidades têm sido consideradas espaços vazios de relações sociais, pois uma vez determinado o estatuto da proteção, predominam os valores universais e científicos de conservação da natureza. (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2016).

(...) os parques se apresentam como espaços racionalmente planejados de resistência a um modelo predatório de desenvolvimento e como espaços onde novas formas de sociabilidade e integração homem-natureza podem ser recriadas. (...) O caráter ideológico de tais representações consiste no fato de esconder que a criação de parques, na prática, não questiona ou ameaça o modelo dominante de desenvolvimento econômico. Ainda que represente algum impedimento à privatização de recursos naturais, a história do processo de criação de parques no Brasil demonstra que estes puderam ser combinados ou tornaram-se parte de projetos políticos desenvolvimentistas, sobretudo no período de 1950 a 1980. À medida que foram consideradas como ilhas de conservação, as atividades econômicas de grande impacto social e ambiental puderam ser postas em prática em seu entorno sem nenhum pudor. (FERNANDEZ 2011,p.9)

Dentro desta perspectiva, os Parques Nacionais foram pensados como fortalezas da natureza, idealizados para os locais afastados dos centros urbanos, configurando-se, ao longo do tempo, como locais vítimas de processos de metropolização urbana. Aos governos era creditada toda a responsabilidade por sua gestão e pela resolução dos “entraves” técnicos e burocráticos existentes no caminho para garantir-se a conservação, assim conservar a natureza, passava a significar priorizar o direito de usufruto público das áreas naturais protegidas, em detrimento de um possível uso privado, mesmo que esse “uso” fosse realizado de forma coletiva por comunidades tradicionais. (SIMON, 2003)

Por conseguinte, a dimensão lúdica dos parques não está desvinculada da possibilidade de conservação da natureza. No conjunto de representações sobre os parques são identificados três elementos que sustentam o imaginário cultural sobre os mesmos. São eles, os ideais românticos de integração do homem com o ambiente através da contemplação da natureza; os valores iluministas relacionados ao interesse pelo mundo selvagem e os ideais de uso público desses espaços verdes, que poderiam sofrer intervenções paisagísticas para melhor receber seus visitantes. Desde o século XIX os parques nacionais tornaram-se um importante instrumento de patrimonialização da natureza, produzindo uma visão utópica da relação homem-natureza e sentimentos de integração simbólica e territorial da sociedade nacional. (FERNANDEZ, 2016. p.131)

Ainda que este modelo de criação de áreas protegidas possa ser relativamente adequado aos EUA, dada a existência de grandes áreas desabitadas, sua transposição para o Terceiro Mundo mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas, as quais, como decorrência do modelo adotado, devem ser retiradas de suas terras, transformadas de agora em diante em unidade de conservação para benefício das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais. Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. (ARRUDA, 1997.p. 84)

A seguir nesta dissertação observaremos que a criação do PEPB seguiu ao mesmo caminho da maioria dos parques ao redor do globo. Foi criado inicialmente para proteger os mananciais e frear a urbanização, estabelecendo-se como resposta ao modelo de desenvolvimento que ali estava ocorrendo junto à urgente necessidade de se transformar aquela

região abundante em biodiversidade em um espaço jurídico protegido e reconhecido como de uso comum¹ de todos. No entanto, antes de entrarmos no nosso recorte de pesquisa, que é o Rio da Prata, sub-bairro de Campo grande onde tem parte de seu território localizado dentro do PEPB.

1.3. O Uso público em áreas protegidas

O uso público é um assunto complexo por natureza, particularmente, ao se tratar da visitação em áreas protegidas. Valejo (2013) coloca em debate duas vertentes de interesse que podem se tornar conflitantes, principalmente se não forem devidamente planejadas e gerenciadas. Uma delas é de caráter coletivo calcado na necessidade de manutenção de processos sistêmicos essenciais (reservas hídricas, amenização climática, controle da erosão, equilíbrio ecológico de populações biológicas, entre outros). A outra é privada e contempla a exploração econômica da visitação, incluindo também os visitantes. Na conexão entre as duas vertentes, destaca-se o papel dos gestores governamentais e privados, responsáveis direta e indiretamente pelo controle territorial das áreas protegidas. (VALLEJO, 2013).

Dentro desse contexto, o papel dos gestores, sejam eles públicos ou privados, incide no controle territorial tendo como referência a elaboração de Planos de Manejo com informações específicas sobre as características da área: físicas, biológicas e socioeconômicas, atrativos, possibilidades e restrições de uso, infraestrutura administrativa e operacional, plano de fiscalização e monitoramento, orientação e segurança dos visitantes, gestão financeira e parcerias.

Para que um parque tenha uma ampla e funcional gestão de uso público, é preciso trabalhar uma série de componentes, tais como planejamento e manejo de trilhas, voluntariado, guias e condutores de visitantes, educação ambiental, atendimento ao público, monitoramento de impactos da visitação, planos de contingência, diagnósticos, entre tantos outros. Neste sentido, o conhecimento sobre o perfil dos visitantes, incluindo suas percepções e demandas, é essencial, bem como o volume, a frequência e as características de visitação, elementos que são norteadores na definição dos planos e estratégias do manejo.

¹ O patrimônio natural é compreendido como aquele recurso de uso comum, ou seja, aquilo que pertence a uma coletividade, portanto se tratam de recursos de propriedade comum as florestas naturais, as águas continentais e costeiras, a atmosfera, as áreas de pastagem comunal, a fauna silvestre e os peixes, sistemas de irrigação, águas subterrâneas e, as Unidades de Conservação. (SIMÕES; FERREIRA, 2011)

Cabe ressaltar a importância do envolvimento de vários de atores que prestam serviços às áreas protegidas sem, entretanto, contabilizar benefícios econômicos diretos. São organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e movimentos de voluntários independentes, entre outros.

O uso público em UC's está sujeito às normas e restrições estabelecidas no Decreto Estadual 42.483/2010, que disciplina o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, como é o caso do PEPB.

Para um bom entendimento e de acordo com o decreto supracitado, o uso público de unidade de conservação consiste em visitação com finalidade recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, artística, científica e de interpretação e conscientização ambiental, que se utiliza dos atrativos dos parques estaduais e da infraestrutura e equipamentos eventualmente disponibilizados para tal. (BRASIL, 2010)

Porém, a realidade brasileira passa longe disso. A maioria dos parques nacionais brasileiros sofre com a falta de suporte para atendimento ao público, embora a legislação determine que os parques sejam bens de uso comum da sociedade e, portanto, devem estar aptos a receber o público e cumprir sua função.

Em se tratando de impactos positivos do uso público, podemos atribuir todos os benefícios (pessoais, econômicos e coletivos) que repercutem sobre os objetivos de conservação das áreas, melhorando a infraestrutura, difundindo as informações ambientais e o movimento de conscientização pública, propiciando práticas educativas e, conseqüentemente, a preservação de espécies. Entretanto, todas as expectativas de benefícios estão correlacionadas às políticas de investimentos e às capacidades administrativas das áreas protegidas, considerando-se todas as características sociais e ambientais de cada localidade e região. Esta preocupação se justifica pelos riscos e impactos negativos que a própria visitação pode proporcionar. (VALLEJO, 2013)

Vallejo (2013) aponta que em relação às ações negativamente impactantes têm relação direta com o volume e a frequência de visitação, além da natureza das atividades. Em geral, espera-se que um grande número de visitantes que frequentam diariamente uma determinada área, gerem mais impactos do que pequenos grupos que fazem o mesmo percurso uma vez por semana, por exemplo.

Dentro do mote de impactos negativos podemos citar: compactação do solo ao longo das trilhas, facilitando o escoamento concentrado das águas pluviais, a erosão e o afundamento das próprias trilhas, destruição da flora, poluição dos recursos hídricos, existe a possibilidade de lançamento de esgotos oriundos de sistemas de hospedagem e alimentação (bares e restaurantes), quando o local não detém os recursos de infraestrutura adequados ao atendimento turístico e de visitação, emissão de ruído, pichações, violência, expulsão das comunidades locais, entre muitos outros. É importante considerar a forma de comportamento humano em áreas protegidas, ou seja, o grau de sensibilidade e comprometimento dos visitantes com a conservação ambiental. Desse modo, existe também o risco de que um pequeno número de pessoas caminhando numa trilha possa causar mais impactos do que um grupo maior, devidamente orientado e preparado. (VALLEJO, 2013.p.20)

1.4. Onde há disputas de território há conflitos

Em linhas gerais, podemos dizer que, *a priori*, o conceito de território abrange desde as questões ligadas à sobrevivência, e que envolvem as relações com o substrato material, até os processos de manutenção, consolidação e expansão dos espaços dominados, ou seja, as relações de poder. (VALLEJO, 2003)

“O território surge de condutas de territorialidade de um grupo, ou seja, o território é produto de processos sociais e políticos. A análise do território é feita através de uma abordagem histórica que trata o contexto do seu surgimento e dos contextos em que foi defendido ou reafirmado. Cada grupo mantém uma relação particular com seu território e cria o conceito de “cosmografia”, definido como os saberes ambientais, ideologias, e identidades que são coletivamente criados e historicamente situados, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. “A cosmologia de um grupo engloba seu regime de propriedade, vínculos afetivos que mantém com seu território, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. (LITTLE, 2002.p.4)

Nesta perspectiva, o território é o meio onde se articula a identidade cultural e a relação dos povos tradicionais com a natureza. A partir de suas práticas sociais e da relação com o meio ambiente tradicionalmente ocupado, desafiam o modelo de “desenvolvimento” brasileiro, baseado na acumulação dos recursos naturais, na exploração do trabalho, na dominação cultural, na monocultura de exportação, no desgaste da natureza e no latifúndio. Esses povos

tradicionais representam a decadência desse modelo dominante e a possibilidade de construção de um novo paradigma social, com laços de afetividade, de solidariedade e de reciprocidade que podem permitir uma vida social orgânica e coletiva.

De forma geral, as unidades de conservação de proteção integral, onde existem residentes, têm sido palco de inúmeros conflitos socioambientais. Com lutas que envolvem uma complexa e multifacetada rede de atores sociais que se movem em um campo marcado pela disputa de território e poder.

É certo que não devemos colocar todos os “problemas” territoriais em um mesmo “baú”, no entanto, cabe citar alguns problemas e dar um panorama de quão conflituoso as Unidades de Conservação de Proteção Integral podem ser: a grilagem de terra, a pressão imobiliária que avança em áreas verdes, o crescimento urbano periférico, a milícia, o tráfico de drogas, os caçadores, o desmatamento, mineração, favelização, lixo, esgoto, entre outros. (SATHLER, 2009)

“Os problemas observados resultam de um histórico de políticas públicas que nunca se preocuparam, efetivamente, em consolidar os territórios dos parques através de ações administrativas e operacionais no campo da regularização fundiária, fiscalização e educativas entre outras”. (VALLEJO, et al. 2009.p.9)

Simon (2003.p.175) aponta que grande parte dos problemas são relacionados à falta da regularização fundiária, o que compromete o pleno cumprimento dos objetivos da UCs. Além da ocupação efetiva, ainda conta com vários tipos de invasão e com outros problemas derivados de impedimentos jurídicos para a consecução de seus objetivos de conservação. O INEA (no caso do Rio de Janeiro), como órgão gerenciador, não consegue controlar estes processos ao longo dos anos, estando sujeito a diversas fragilidades institucionais e operacionais.

A falta de regularização fundiária por sua vez, está intimamente ligada à incapacidade do Poder Público em implementar as desapropriações ou permutas necessárias para a efetivação da UC. Este quadro traz como desdobramento uma situação que termina por privilegiar atividades em disparidade para com os objetivos de conservação. (SIMON, 2003)

Assim, com todas as novas formas de uso e delimitação do espaço impostas pelo Poder Público, foram se formando inúmeros conflitos territoriais ao redor e também dentro das Unidades de Conservação, já que o que estava sendo colocado em jogo eram as práticas

tradicionalmente estabelecidas pelos grupos sociais que lá haviam se fixado muito antes da criação da área natural protegida.

A situação torna-se ainda mais complexa quando as populações tradicionais e o meio ambiente são enxergados como elementos indissociados e incompatíveis e entre si. A presença de comunidades tradicionais no interior de áreas protegidas deveria ser considerada um fenômeno absolutamente natural, haja vista que antes de territórios virarem áreas juridicamente protegidas, eram territórios de povos originários e tradicionais.

Desta maneira, veremos adiante nesta dissertação, que a institucionalização do espaço territorial do Parque Estadual da Pedra Branca, a aplicação de novas regras de uso e apropriação dos recursos naturais e a eminente remoção social (desapropriação), levaram a transformação do espaço social e histórico no campo do conflito, observa-se de um lado os diversos interesses sociais na utilização direta do espaço natural, de outro a luta das entidades ambientalistas para assegurar a manutenção da biodiversidade, circunscritas agora em um “espaço público” (SIMON, 2003)

1.5. Populações, Povos ou Comunidades Tradicionais

No Brasil existe uma grande diversidade de grupos humanos e muitos deles residem em áreas protegidas e são chamados de populações, povos, sociedades, autóctones entre outras categorias muitas vezes acompanhadas pelo termo “tradicionais”. A expressão “comunidades ou populações tradicionais” surgiu no seio da problemática ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação, para dar conta da questão das comunidades tradicionalmente residentes nestas áreas. (Figueiredo, 2013)

As áreas de preservação da natureza foram criadas, na maioria das vezes, em territórios habitados por populações tradicionais, normalmente com pouca escolaridade e sem títulos de propriedade de suas terras. Essas populações foram colocadas em uma situação de ilegalidade pautada, muitas vezes, numa visão biocentrista, a qual não leva em consideração a importância das pessoas no processo de construção da paisagem que se pretende conservar. (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2016)

No cerne da discussão acerca das populações tradicionais em UCs, é oportuno conceituar o significado dado às populações tradicionais, tendo em vista que não há um consenso acerca da conceituação dos termos de populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais, desta forma, esta pesquisa apoiou-se em três conceitos: o primeiro citado por Diegues e Arruda (2001, p.27) que define como “grupos humanos diferenciados sob o ponto de

vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza”.

O segundo conceito analisado foi o da legislação brasileira a partir do Decreto nº 6.049 (2007) que é entendido como: “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

E o terceiro conceito aqui abordado é sob a perspectiva de Paul Little (2002), que aponta o surgimento dessa denominação para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente ao apoderamento por parte do Estado-Nação e outros grupos sociais vinculados a este.

Por um lado esse conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas² em lidar com os diversos grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, considerados como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades. Por outro lado, o conceito de povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que ao longo da história mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais assim criando formas de cogestão do território. (LITTLE, 2002,p.12)

Muitos problemas são desencadeados na relação de áreas protegidas versus populações locais, sobretudo as tradicionais. Em geral, as populações tradicionais não são “destruidoras da natureza”, principalmente quando depende da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua sobrevivência e quando o sistema de produção em que está inserido não é marcado pela rápida acumulação de capital. (DIEGUES, 1996)

Do ponto de vista histórico, cabe destacar que esses povos e comunidades são marcados pela exclusão não somente por fatores étnico-raciais, mas, principalmente, pela impossibilidade de acessar as terras por eles tradicionalmente ocupadas, em grande medida apoderadas por grileiros, fazendeiros, empresas, interesses desenvolvimentistas ou até pelo próprio Estado.

² Para Diegues (1994), o preservacionismo também conhecido como ecologia profunda ou *deep ecology*, tem sua essência na conservação dos recursos naturais e tem uma base conceitual romântica. Esta corrente nasce na década de 1960 e domina os movimentos ambientalistas alternativos na Alemanha e nos EUA.

Geralmente, a produção de povos e comunidades tradicionais: plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato, está associada a relações de parentesco e compadrio e são baseadas em relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades. Vender para o mercado não é o único fim, grande parte da produção é destinada ao consumo próprio e às práticas sociais, mantendo a unidade do grupo.

As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que somente terras, ou simples bens econômicos. Eles assumem a qualificação de território, implicando dimensões simbólicas onde são impressos os fatos históricos que mantém viva a memória e identidade do grupo. Nessa mesma terra estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território. (CIMOS, 2014)

Em matéria de sociabilidade a comunidade se mantém ou se constrói a partir de inter-relações com outros grupos na região. Os seus membros costumam se utilizar de termos para se referir ao próprio grupo (termos de autoidentificação), e costuma ser frequente a existência de divisões ou tensões internas ou com outros grupos. Não se trata, portanto, de comunidades homogêneas ou fechadas. (Ibidem, p.14)

Os povos e comunidades tradicionais têm direitos assegurados pela nossa Carta Magna seguidos de Convenções Internacionais assinadas pelo Brasil e de uma série de decretos, resoluções, portarias, instruções normativas que regulamentam os direitos de povos e comunidades tradicionais. Não cabe aqui descrever todos esses aparatos legais, no entanto, é oportuno ressaltar que são titulares do direito fundamental à assistência jurídica, de forma integral e gratuita, podendo ser adotada de forma coletiva, sempre que houver necessidade de afirmação, reconhecimento, proteção e defesa de seus direitos étnicos e territoriais. (CIMOS, 2014.p.18)

Há uma colisão entre direitos constitucionais fundamentais a ser resolvida pela ponderação, com a compatibilização do direito das comunidades tradicionais com os objetivos das unidades de conservação, mas descartando-se a realocação ou o reassentamento. Isto porque é vedada a remoção de povos tradicionais de suas terras, salvo em restritas hipóteses. (FIGUEIREDO, 2013)

As comunidades tradicionais sofrem pressões e ameaças não só em razão da ausência do Estado e das políticas públicas, mas, em muitos casos, em consequência da gestão governamental, empreendimentos públicos e atividades induzidas pelo próprio Estado.

A ideia de uma Unidade e Conservação de Proteção Integral onde a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (art. 2º, inc. VI, da Lei 9.985/00) encontra resistência aos que acreditam na tese de que a natureza intocada é um mito.

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitam de uma “proteção total”. (DIEGUES 1994.p.45)

Cabe aqui dizer que a ideia de criação de Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral não é inconcebível. Ela só não se aplica a populações tradicionais, que necessitam de seu território e recursos naturais para sua reprodução social, cultural e econômica.

Estas áreas naturais são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada destas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais. (ARRUDA, 1997.p. 83)

É importante destacar que as comunidades tradicionais promovem vários benefícios para a coletividade, abrangendo modos próprios de vida, relações territoriais, preservação da memória, identidade, história e patrimônio cultural material e imaterial, saberes tradicionais no uso de recursos naturais, entre muitos outros. O reconhecimento formal e a promoção dos direitos contribuem para a redução da desigualdade e para a promoção da justiça social.

No caso da sobreposição de terras quilombolas sobre Unidades de Conservação de Proteção Integral, (como é o caso do território do Rio da Prata), deve ser encarado como um choque, em razão da visão compartimentada de órgãos e entidades públicas, tal choque gera impasses que acabam por resultar na omissão da União na efetivação dos seus deveres

constitucionais. Se por um lado é plausível que surjam alguns conflitos entre as políticas governamentais, por outro lado tais conflitos não podem perseverar. (FIGUEIREDO, 2013)

Segundo Figueiredo (2013) populações tradicionais e meio ambiente sempre estiveram unidos frente a inimigos comuns, desde a colonização aos dias de hoje, se constituindo em elementos associados e compatíveis, sendo inconcebível um representar ameaça ao outro. A sobreposição entre terras indígenas ou quilombolas e unidades de conservação, sejam de uso sustentável ou de proteção integral, ou a presença de outras comunidades tradicionais no interior dessas áreas protegidas é algo, mais do que natural, quase inevitável ou necessário, caso em que estes espaços territoriais especialmente protegidos devem sofrer dupla afetação.

Assim é imperativo buscar uma solução que, diante de uma ponderação entre os valores em colisão, tutele ao máximo possível a preservação do meio ambiente e os direitos identitários, culturais e territoriais das comunidades tradicionais que residem em áreas naturais protegidas.

Ademais, veremos adiante nesta dissertação, que existe uma verdadeira sobreposição de terras de comunidade tradicional, neste caso, em particular, de uma comunidade rural/quilombola e o Parque Estadual da Pedra Branca.

É válido mencionar que existe um grande desafio em conciliar a proteção ambiental e a produção agrícola no caso específico do Parque Estadual da Pedra Branca. A integração de objetivos e instrumentos das políticas ambientais e agrícolas torna-se essencial para que os agricultores de produtos orgânicos (objeto desta pesquisa) possam continuar com o direito de permanecer em seu território sem serem marginalizados e socialmente desqualificados.

2. CAPÍTULO – Um Parque na Citrolândia

2.1. Contextualização histórico-geográfica da região

Antigamente a região do Campo Grande era considerada uma região muito mais ampla que o atual Bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Medeiros (2009), tal região está inserida no contexto de “sertão”, termo utilizado pelos portugueses para designar as terras que estavam afastadas do litoral, e que precisavam ser desbravadas e exploradas.

Inicialmente, a extensão de terras que vai do Rio da Prata até Cabuçu, que hoje corresponde à região de Campo Grande, era habitada por índios Picinguabas³. Segundo Fróes e Gelabert (2004), “em 1569, esse território passou a pertencer à grande Sesmaria de Gericinó, que foi doada a João de Bastos e Gonçalo D’Aguiar. Desmembrada desta pouco antes de 1670, a área foi doada pelo governo colonial a Barcelos Domingues e, em 1673, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, marco histórico da ocupação territorial do local”. (ROVERE; HASENCLEVER, et tal. 2009.p13)

Os vastos espaços ainda não ocupados eram chamados de “sertão”, pois a ocupação do Brasil iniciou-se pelo litoral. As terras da região Campo Grande localizavam-se para além dos campos do Irajá e se estendia no século XVII pelas terras que atualmente compõem os bairros de Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos. (MEDEIROS, 2009)

Como em boa parte da cidade do Rio de Janeiro daquela época, em Campo Grande era cultivada cana de açúcar, além da criação de gado bovino. O cultivo da cana de açúcar visava o mercado externo até o fim do período Imperial, e foi responsável pela sustentação de uma nobreza local do século XVII e XVIII. Com o fim do ciclo da cana de açúcar, iniciou-se o ciclo do café. O cultivo do café nas terras do Campo Grande teve maior destaque na Fazenda do Mendanha e trouxe um breve período de opulência para região que veio posteriormente perder sua supremacia para os atuais municípios de Vassouras e Resende.

A cultura da cana de açúcar no Rio de Janeiro não foi abandonada quando se iniciou a cultura do café. Ela foi declinando pela falta de força de trabalho escrava, desviada para as

³ O nome Picinguaba é atribuído à língua tupi-guarani segundo a qual significa refúgio dos peixes.

minas de ouro e diamante. Soma-se a esse aspecto a concorrência de outras regiões com melhores condições de produção. Por último, a abolição da escravatura foi o elemento decisivo para a o fim de uma cultura já em declínio nas terras do Campo Grande. (OLIVEIRA, 2017, p. 332)

Em 1929, com a crise da cultura do café, a região voltou-se para uma nova atividade a produção de laranjas. Desde os primeiros anos do século XX e até os anos 40, Campo Grande foi considerada a grande região produtora de laranjas, o que lhe rendeu o nome de "Citrolândia". Até 1939 estava entre os maiores produtores de laranja, chegando a exportar muitas toneladas do produto.

A partir da segunda metade do século XIX, a região recebeu a implantação de uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1878. O que facilitou o acesso e o adensamento populacional da área e ajudou a urbanizar mais intensamente uma parte do bairro. Em 1915, os bondes à tração animal deram espaço aos bondes elétricos, aumentando ainda mais adensamento do bairro e estimulando o aparecimento de um intenso comércio interno. O bairro que já era o ponto de atração do crescimento da região adquiria cada vez mais características urbanas. (OLIVEIRA, 2007)

Destinada a tornar-se o cinturão agrícola da cidade do Rio de Janeiro, esta região sofreu, a partir dos anos 1930, intervenções de saneamento, buscando drenar os pântanos e áreas alagadas a fim de melhorar as condições de salubridade local. O efeito, contudo, foi contrário ao desenvolvimento da atividade agrícola. Tais ações inauguram um processo intenso de grilagem de terras e urbanização, assim como violentos conflitos com os pequenos produtores da região que resistiram e lutaram através de associações e da constituição de ligas camponesas. (FERNANDEZ, 2014)

Com raízes históricas na ocupação colonial portuguesa e de uma economia escravista, essa localidade se desenvolveu sobre uma estrutura fundiária de grandes propriedades rurais constituídas em sesmarias. Essa estrutura agrária concentradora de terras e de riqueza limitou historicamente o acesso a terra pela agricultura camponesa. (LONDRES; PETERSEN, MARTINS, G. 2017.p.42)

No início do século XX, segundo Alentejano (2003), o estado do Rio de Janeiro, assim como grande parte do país, tinha como principal fator de organização espacial o capital agrário, que se distribuía pelo estado. A produção do café, da cana e da laranja, foram historicamente as principais culturas comerciais do estado do Rio, e em sua decadência, se revelam algumas

das principais tendências da disputa pela terra no Rio de Janeiro, com grande destaque para a incorporação de novas áreas ao tecido urbano e a manutenção da terra enquanto reserva de valor. (SERAFINI, 2006)

2.2. Campo Grande

O Campo Grande é o referencial geográfico, enquanto o bairro carioca de Campo Grande é apenas um dos núcleos urbanos que ali se desenvolveu. O bairro Campo Grande somente se constituiu em 1878, com a inauguração da estação de trem de Campo Grande, pertencente na época ao ramal que ligava a estação de Sapopemba (atual estação Deodoro) ao Matadouro de Santa Cruz. (FRÓES, GELABERT. 2005.p.41)

Desde os primeiros anos do século XX e até parte dos anos 40, Campo Grande foi considerada a grande região produtora de laranjas, o que lhe rendeu o nome de "Citrolândia" conforme citado no começo do capítulo. Com a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a necessidade de se produzir alimentos para atender os países na Europa que estavam em guerra, era muito grande, tinha-se um mercado externo consumidor promissor.

A região tinha as condições propícias para este cultivo, por possuir terra fértil e grandes extensões de terreno para a plantação sendo considerada entre os maiores produtores de laranja, chegando a exportar muitas toneladas do produto. “Até 1939, Campo Grande juntamente com Realengo, Jacarepaguá e Santa Cruz, esteve entre os maiores produtores de laranja do país, chegando a exportar, neste ano, 144.577 toneladas do produto” (FRÓES e GELABERT, 2005, p.185)

A partir da 2ª Guerra Mundial houve uma drástica redução da produção da laranja, o que favoreceu o processo de expansão de loteamentos no “Sertão Carioca”. O principal motivo dessa decadência teria sido a falta de mercados compradores no exterior. (SANTOS, 2012). A produção não tinha como ser escoada, pois as rotas de exportação foram afetadas pela Guerra, as frutas não eram colhidas no tempo certo e apodreciam, permanecendo por longos períodos nos pés, abrindo brecha para a ocorrência de uma praga que se instalou nos laranjais. Um inseto chamado "mosca do Mediterrâneo" começava a dizimar as plantações. (OLIVEIRA, 2017)

Segundo Oliveira (2017), como resposta dos agricultores, veio a decisão de utilizar inseticidas para resolver tão fatídico problema. Mas o resultado não ocorreu como o esperado, pois, os produtos químicos presentes no inseticida praticamente destruíram o elemento natural

que protegia as laranjas da fumagina, não deixando chances para a sobrevivência das plantações.

Deste modo, Santos (2012) afirma que os produtores de laranja voltaram-se ao mercado interno com pouca força e se dedicaram a cultura de outros produtos. Mas, a produção de outros produtos não parecia ser o problema e sim outro: a falta de terras, que vinham sendo paulatinamente incorporadas pelo mercado imobiliário urbano.

Segundo Oliveira (2007), em 1946, a abertura da Avenida Brasil aproximou ainda mais a Região do restante da Cidade. Criada para escoar a produção das indústrias cariocas, a nova via não teve o fluxo esperado, durante a década de 1950. Com a criação da rodovia Presidente Dutra, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, o fluxo de mercadorias foi desviado para outra direção e a região ficou estagnada, em termos de adensamento e desenvolvimento industrial.

A especulação imobiliária avançou na região na década de 60 a ponto de degradar as atividades agrícolas remanescentes e a partir dos anos de 1970 ocorreu a instalação do denominado Parque Industrial dos bairros de Campo Grande e Santa Cruz. Tais décadas marcam um período de profundas transformações econômicas para a região. Desta forma, a Zona Oeste deixava de ser famosa por sua importância fruticultora. A partir dessas mudanças, o confronto entre os remanescentes de uma cultura rural, traços de urbanização se insinuaram no embate entre o “tradicional” e “novo”. Portanto, é no contexto dessa ambiguidade que se particulariza a Zona Oeste, ou seja, entre o rural e o urbano. (OLIVEIRA, 2017)

2.3. Zona Oeste rica em contratos

A Zona Oeste foi sendo ocupada aos poucos, e durante o período colonial foi uma região propiciou o desenvolvimento de diferentes ciclos econômicos com a produção de monoculturas, entre elas a cana-de-açúcar, o café e a laranja, conforme vimos.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro como um todo, vivia sua expansão populacional que começava a se direcionar para as áreas mais elevadas. As antigas fazendas de café foram divididas em lotes rurais e um novo cultivo passou a contribuir para o aumento da população local: a banana, atualmente cultura predominante no maciço da Pedra Branca. (INEA, 2013a)

Grande parte desses agricultores abriram trilhas de acesso à Serra do Rio da Prata (divisa com Campo Grande) e morros voltados à Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Rio

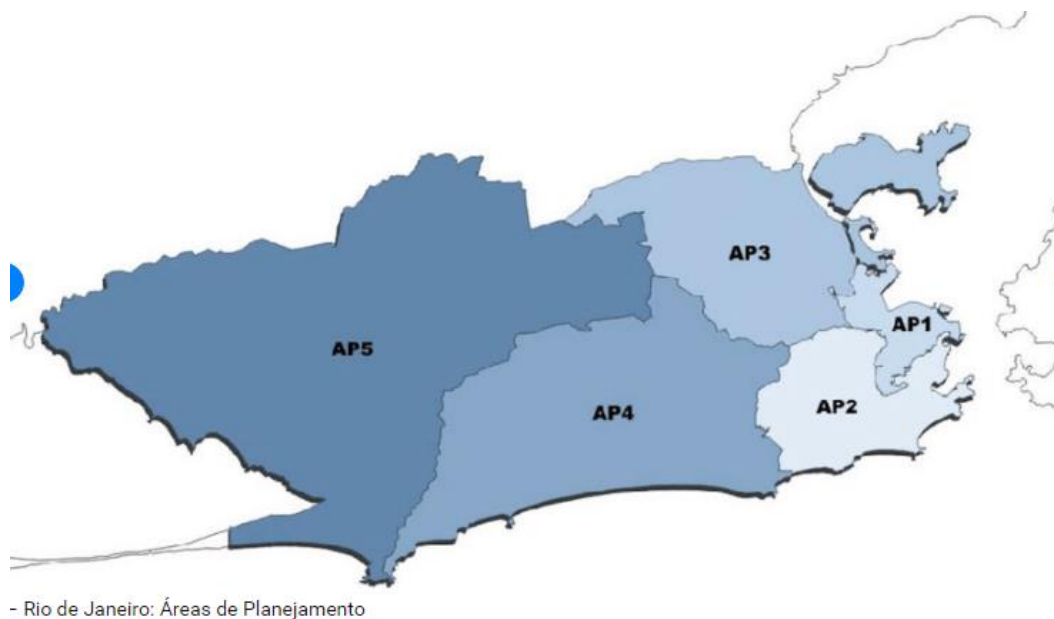
Grande, para facilitar o escoamento da produção até as estradas do Morgado, Pacuí, Cabungui, Mucuíba e Sacarrão. (INEA, 2013a.p.83). Podemos inferir que a partir desse momento “a floresta” passou a coexistir com aquele tipo de cultivo (banana), com sitiantes e tropeiros que utilizavam mulas para o transporte desse produto agrícola, o que ocorre até hoje em diversos pontos do maciço, principalmente no Rio da Prata.

O processo de intensa industrialização da cidade, ocorrido em meados do século XX, foi acompanhado pelo crescimento populacional, provocando a aceleração da ocupação dos bairros mais afastados do centro da cidade, assim a Zona Oeste, suas encostas, e a floresta passaram a viver uma nova fase de degradação causada pela urbanização.

Mesmo tendo passado por vários surtos de urbanização, a Zona Oeste ainda permanece para seus moradores, associada a seu passado agrícola onde representações percebidas por eles como positivas, tais como a tranquilidade, extensas áreas para moradia, resquícios de uma natureza preservada, vida pacata e proximidade nas interações sociais e representações consideradas negativas, tais como o abandono por parte do Estado, a precariedade dos serviços públicos e privados, a pobreza e ausência de refinamento de seus moradores. (OLIVEIRA, 2017.p.1)

Atualmente, o município do Rio de Janeiro encontra-se dividido em cinco áreas de planejamento (APs) que constituem em uma compartimentação sócio espacial criada pelo Poder Público municipal para fins de planejamento urbano. Esta escala permite o acesso e a espacialização de outro conjunto de informações ligadas à governança urbana. Estas APs dividem-se em 33 regiões administrativas (RAs), que por sua vez, são compostas pelo agrupamento de 160 bairros (Plano de Manejo, 2013).

Para ilustrar o processo de expansão urbana, foram considerados, para esta pesquisa, os limites do Parque Estadual da Pedra Branca - PEPB e seu entorno imediato, esta área corresponde as Áreas de Planejamento - (APs) 4 e 5, as quais se subdividem em Regiões Administrativas - (RAs), 2 e 4 respectivamente, totalizando 17 bairros: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Jardim Sulacap, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba.



Mapa 1 - Áreas de Planejamento do Rio de Janeiro. Fonte: Critérios para a implantação de parques lineares urbanos (2019).

Segundo IPP (2000), a AP 4 é a mais importante em expansão urbana da cidade e concentra núcleos habitacionais de alta, média e baixa renda. Esta AP contém também um expressivo quantitativo de áreas naturais, turísticas e de lazer ainda pouco explorado. A AP 5 também é considerada de expansão urbana, e concentra núcleos habitacionais de média e baixa renda, núcleos industriais e atividade rural. Embora ocorra um acelerado nível de degradação, ainda é possível identificar nesta AP, assim como na AP 4, áreas naturais, de interesse turístico e de lazer.

De acordo com a pesquisa que versa sobre habitação, políticas públicas e inclusão sócio espacial de Farias (2010), a Zona Oeste é segmentada em duas regiões com características bem diferenciadas em relação à aplicação de Políticas Públicas de habitação e infraestrutura. Se por um lado existe a Zona Oeste abastada, correspondente aos bairros oceânicos a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, congregando os maiores percentuais de domicílios atendidos pela rede geral de água e esgoto e de coleta regular de lixo, os menores percentuais de domicílios com alta densidade de ocupação, retratando a alta qualidade de vida que seus habitantes desfrutam atualmente.

Por outro lado, encontra-se a Zona Oeste periférica ou pobre, representada pelos bairros continentais da Baixada de Jacarepaguá, pela Baixada de Sepetiba e pelos bairros situados ao longo do ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, sendo caracterizada por

apresentar a maior concentração de população pobre na metrópole, os piores indicadores de infraestrutura, qualidade de vida e regularização fundiária de seus domicílios.

A partir do estudo de acima Farias (2010) conclui que, a problemática da habitação mostrou ser um dos principais aspectos diferenciais da Zona Oeste em face de outras áreas da cidade e que o Poder Público, em suas diversas esferas, propõe-se a atuar no sentido de reduzir as desigualdades sociais tanto entre a Zona Oeste abastada e a Zona Oeste periférica quanto entre esta e as outras regiões da metrópole.

O papel da Zona Oeste enquanto vetor de expansão populacional da cidade do Rio de Janeiro se deu na medida em que parte significativa desse crescimento refere-se às populações de baixa renda que foram sendo “empurradas” para a periferia dada à escassez de moradias populares de baixo custo nas áreas centrais de metrópole. Assim, essa população foi designada a ocupar os terrenos menos valorizados e desprovidos de infraestrutura básica de habitação, que são as favelas e os loteamentos irregulares. (FARIAS, 2010)

Nesse contexto, o PEPB apresenta ocupações de favelas e loteamentos irregulares em seu interior e em seu entorno. Verifica-se que os moradores destas comunidades, tanto as inseridas no interior quanto as próximas aos limites do parque, vivem em condições precárias e encontram-se em situação de alta vulnerabilidade social. Dentre os inúmeros problemas enfrentados por esta população pode-se destacar a inexistência de saneamento básico, a ocupação em áreas de riscos e a violência urbana. O aumento da ocupação ocorre, normalmente, em áreas de encosta, aumentando a incidência de casos de deslizamento na época das chuvas, podendo provocar consequências sociais drásticas, como a perda de moradias e de vidas. (Plano de Manejo, 2013)

Além das favelas, existem também ocupações de média e alta renda que residem ou possuem casas de veraneio dentro do PEPB, como alguns moradores das estradas: (1) Teixeira, bairro Realengo; (2) Rio Pequeno e (3) Pau da Fome, bairro Jacarepaguá; (4) Camorim e (5) Caçambê, condomínio Camorim, no bairro Camorim; (6) Mucuíba, (7) Toca Grande, (8) Morgado e (9) Avenida das Américas, bairro de Vargem Grande; (10) Caminho das Estrelas, (11) da Bica e (12) do Telégrafo, bairro de Barra de Guaratiba; (13) Avenida das Américas, bairro de Guaratiba; (14) Caminho dos Caboclos, (15) da Venda Velha e (16) do Cedro, Estradas (17) das Tachas, (18) da Represa e (19) Rua Soldado Antônio da Silveira, bairro de Campo Grande. Vide Mapa 3.



Mapa 2 - Regiões onde existem ocupações de médio e alto padrões inseridas no PEPB.
Fonte: Plano de Manejo, 2013.

As desigualdades na Zona Oeste entre bairros e ricos e pobres ainda são abismais. Com relação à dispersão dos pontos de atuação do Poder Público na redução do problema da habitação e do acesso à infraestrutura urbana básica na metrópole como um todo, Farias (2010) observa que tanto na esfera federal quanto na esfera municipal, essa atuação, apesar de não estar ausente na Zona Oeste, concentra-se muito mais nas áreas centrais (Centro e Zona Sul), assim como na periferia imediata (Zona Norte) da cidade do Rio de Janeiro.

Essa realidade pode ser considerada um contrassenso, levando-se em conta que, a Zona Oeste da metrópole carioca, a exceção de Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, apresenta indicadores de infraestrutura urbana, de regularização fundiária dos domicílios e de densidade de ocupação, inferiores a maior parte das outras regiões da cidade, as quais são mais contempladas por políticas públicas de habitação do que a Zona Oeste.

2.4. A Institucionalização do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB

O processo de criação desta unidade de conservação foi iniciado em abril de 1963, pelo Decreto Estadual nº 1.634, que declarou sua área de utilidade pública para fins de desapropriação. Somente em 1974, contudo, após longa fase de estudos, o PEPB foi criado, por meio da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974, cujos limites englobam, inclusive, as diversas Florestas Protetoras da União ali existentes. (INEA, 2013a.p. 35)

Vale ressaltar que o PEPB permaneceu por décadas sem contar com um instrumento de planejamento adequado, no entanto, a primeira iniciativa de elaboração de um plano de manejo para esta Unidade de Conservação só ocorreu no ano de 2003, porém, sem sucesso. Três anos mais tarde, em 2006, foi elaborado um plano de manejo realizado sob a coordenação do Instituto Estadual de Florestas - IEF, que não foi prontamente aprovado, pois apresentava lacunas de informação, tanto em relação ao diagnóstico quanto ao próprio planejamento. O plano só veio a ser aprovado em 2013, sob a supervisão e orientação do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

O Parque conta com seus 12.393, 84 hectares e cerca de 80 quilômetros de perímetro, é considerada a maior Unidade de Conservação do município. Faz limite com dezessete bairros: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Jardim Sulacap, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba. (INEA, 2013)

Em seu interior, está situado o ponto culminante do município, ou seja, o Pico da Pedra Branca, com 1.024 metros. O Parque leva o nome do maciço que ele protege o Maciço da Pedra Branca, nome atribuído à formação calcária, de cor branca, que está presente no local. (Plano de Manejo do PEPB). É formado por um conjunto de rochas graníticas e gnáissicas de composição, idades e estruturas diversas caracterizado por uma rica geodiversidade. (MESQUITA, 2016)

O PEPB é categorizado uma Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral⁴ que, de acordo com a Lei nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), destina-se à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância

⁴ De acordo com O Ministério do Meio Ambiente - Unidades de Proteção Integral: a proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais. Exemplos de atividades de uso indireto dos recursos naturais são: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras. (MMA, 2018)

ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (SNUC BRASIL, 2000)

De acordo o plano de manejo do PEPB (2013), o parque é reconhecido como uma das maiores florestas em área urbana do planeta e a maior do Brasil. Tem um papel importantíssimo no equilíbrio hídrico e climático da cidade do Rio de Janeiro, ocupando cerca de 10% do seu território. Além do mais, ele protege mais de 50% do remanescente de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro, que é considerado um dos biomas mais ricos e ameaçados do mundo.

O parque é coberto por vegetação típica da Mata Atlântica, com cedros, jacarandás, jequitibás e ipês, a qual serve de abrigo a uma fauna generosa composta por jaguatiricas, preguiças-de-coleira, tamanduás-mirins, pacas, tatus, teiús, cuandus, tucanos, jacus e cutias. (Plano de Manejo, 2013). Possui mais de 900 espécies de plantas catalogadas, das quais 267 são endêmicas e 12 encontram-se em extinção. (MESQUITA, 2016)

O parque conta, em sua estrutura, com o núcleo Pau da Fome onde as atividades administrativas são executadas, lá existe infraestrutura de uso público, como um centro de visitantes e um espaço multiuso. Além disso, tem mais dois núcleos, o de Piraquara e o do Camorim, nos quais também são realizadas atividades administrativas, de visitação e de fiscalização da Unidade; bem como duas bases avançadas, a de Vargem Grande e a do Rio da Prata, que se destinam à fiscalização do local.

Mais que um patrimônio natural, o PEPB dispõe, ao seu redor, de construções culturais importantes como: fazendas antigas, aquedutos, ruínas de sedes, represas, o pórtico e a subsele do Pau da Fome, principal acesso ao Parque, cujo projeto é de autoria do “mestre” em construções de madeira, José Zanini Caldas. Além disso, próximo ao parque encontramos o Museu Nise da Silveira, na Colônia Juliano Moreira, onde contem obras do artista Arthur do Bispo do Rosário⁵. (AMIGOS DO PEPB, 2014).

É importante salientar que o Parque foi declarado pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pelo *The Man and the Biosphere Programme - MAB*⁶, em 1992.

⁵ Em 1989, é fundada a Associação dos Artistas da Colônia Juliano Moreira, que visa à preservação de sua obra, tombada em 1992 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural - Inepac. Sua produção está reunida no Museu Bispo do Rosário, denominado anteriormente Museu Nise da Silveira, localizado na antiga Colônia Juliano Moreira. (ITAÚ CULTURAL, 2018)

⁶ Criado em 1971, o Programa o Homem e a Biosfera (The Man and the Biosphere Programme - MaB) é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. As Reservas da Biosfera são a principal linha de ação do Programa e sua concepção é um inovador instrumental de planejamento para combater os efeitos dos processos de degradação ambiental. O Brasil aderiu ao Programa MaB/UNESCO em 1974. Existem 482 Reservas da Biosfera no mundo, no Brasil atualmente possui seis.(UNESCO, 2018)

Também integra o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar⁷ e o Mosaico Carioca⁸, criado através da Portaria nº 245, de 11 de julho de 2011.

2.4.1. Uso Público no PEPB

As grandes áreas verdes urbanas tendem a aproximar os moradores do entorno com os atrativos naturais que elas oferecem, criando uma relação afetiva dos cidadãos com estas áreas protegidas. Isto, certamente terá reflexos positivos no futuro, pois o sentimento de pertencimento desenvolvido através do desfrute responsável destes atrativos, em íntima relação com o ambiente natural, em muitos casos possibilitará uma militância espontânea dos usuários em defesa destes espaços. Assim, haverá muito mais pessoas reivindicando por mais atenção e verbas por parte das autoridades e se mobilizando, quando necessário, para afastar as ameaças a que parques e reservas naturais normalmente se veem expostos. Esta ideia, nada inovadora, mas sempre pertinente e atual, encontra-se sintetizada no conhecido slogan conservacionista: “Conhecer para preservar! ”. (INEA, 2013)

O Parque Estadual da Pedra Branca oferece oportunidades inigualáveis, ainda escassamente exploradas, de caminhadas de curta e média duração em um maciço recoberto de florestas – ou em processo de reflorestamento – encravado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, além de poços, cachoeiras e sítios históricos, todos ainda virtualmente desconhecidos da maior parte da população da cidade.(INEA, 2013)

Com relação à infraestrutura específica para recebimento de visitantes, o PEPB conta com um Centro de Visitantes na Sede do Pau da Fome, que é dotado de painéis interativos e informações sobre o Parque, mapas e maquetes, animais empalhados e espaço para mostra de vídeos. Apesar de relativamente bem equipado, o centro necessita de reformas e da ampliação e atualização da sua exposição. (PELLIN et al., 2014.p.354)

Dentro dos limites do Parque são incentivadas atividades de uso público, recreativas em contato com a natureza; educativas e interpretativas; pesquisas científicas; ecoturismo, esportes, observação de pássaros, entre outras. Ao todo, foram destacados 11 pontos que são utilizados ou apresentam potencial para uso como mirantes e que proporcionam vista para paisagens, com destaque para a Pedra do Quilombo e para a Pedra Jesus Vem. Em relação a atrativos

⁷ O Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, definido pela Conservação Internacional-Brasil, é compreendido pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo, parte da Serra da Mantiqueira em Minas Geras e o Estado do Rio de Janeiro, tendo como limite norte o Rio Paraíba do Sul. Para mais informações acessar o portal da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: <http://www.rbma.org.br/rbma/index_rbma.asp>

⁸ O Mosaico Carioca abrange 20 Unidades de Conservação, das diferentes esferas do governo (municipal, estadual e federal) e ajuda a criar um corredor ecológico entre elas para preservar a Mata Atlântica e facilitar a movimentação da fauna. (IDEM)

relacionados aos recursos hídricos foram verificados, ao menos, 10 pontos bastante representativos. Têm destaque, por seu maior uso: o circuito do Rio Grande na sede do Pau da Fome; o circuito das águas na região do Camorim e; o Rio Piraquara e Cachoeira do Barata na região do núcleo Piraquara. (PELLIN et al., 2014,p.352)

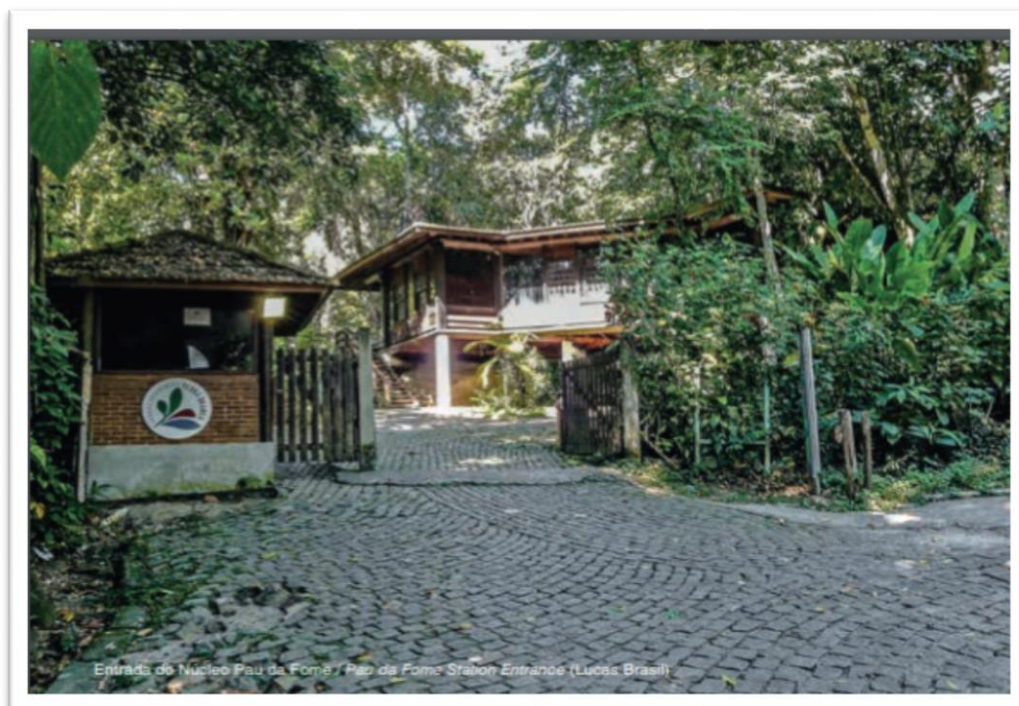


Figura 3 - Entrada Núcleo Pau Fome - Fonte: Trilhas. INEA, 2013.



Figura 4 - Centro de exposição Pau da Fome - INEA, 2013.

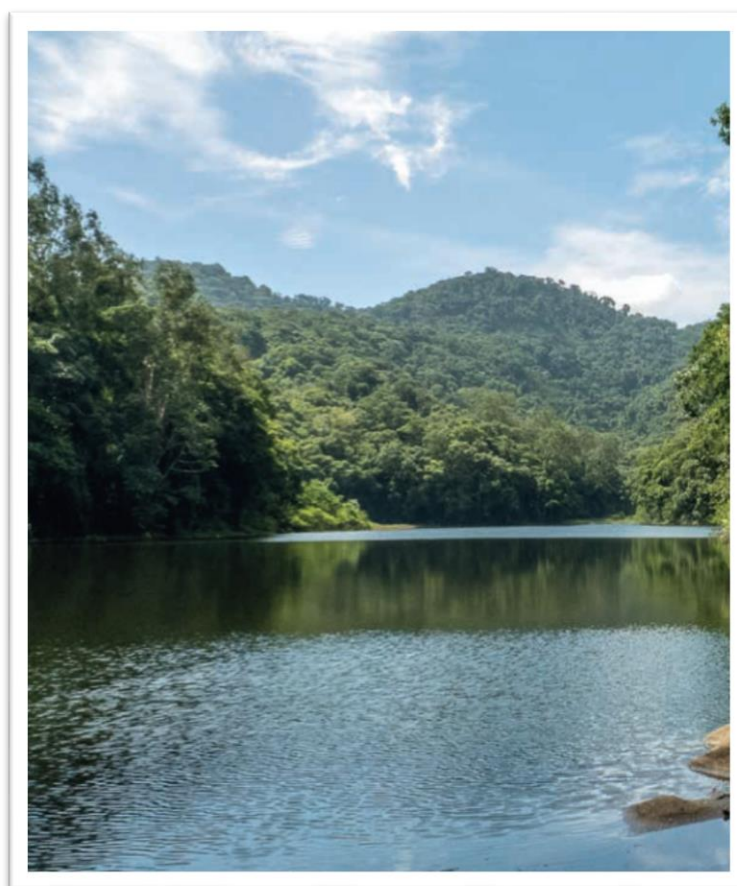


Figura 5 - Açude Camorim - INEA, 2013



Figura 6 - Rio Grande na travessia Pau-Fome X Rio da Prata. INEA, 2013.

Devido à sua grande extensão, e por fazer divisas com diversos bairros, além da sede do Pau Fome em Jacarepaguá, existem diferentes acessos oficiais ao Parque: o Núcleo da Piraquara, em Realengo onde possui área de lazer, dotada de locais para banho, equipamentos para atividades físicas e *playground* para as crianças, o Núcleo do Camorim também em Jacarepaguá, onde encontramos um sistema de captação e tratamento de água, além da trilha para o Açude que leva seu nome (Figura 5). Existe também o Posto da Vargem Grande e o Posto do Rio da Prata que foram construídos para ajudar na fiscalização. (INEA, 2013)

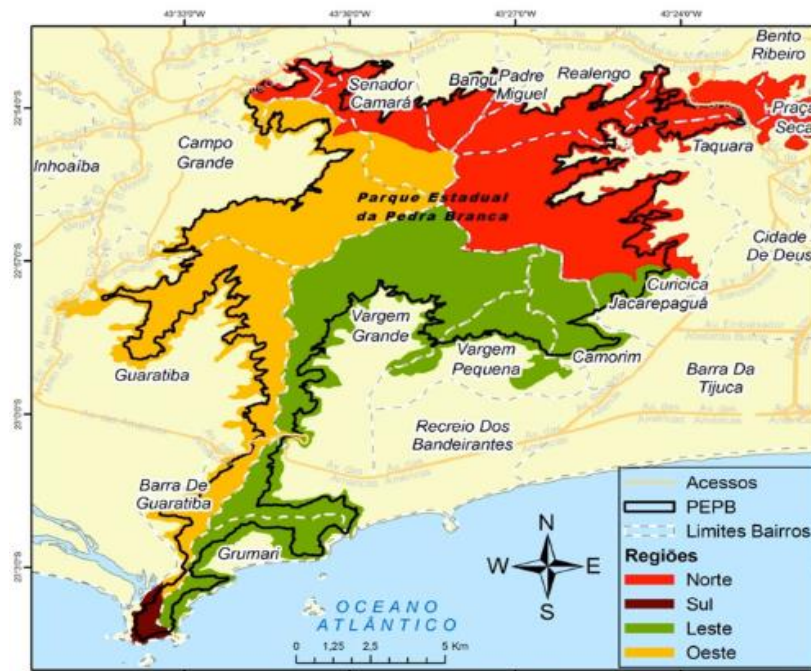


Figura 7- Bairros que fazem divisas com o PEPB. Fonte: Guia Trilhas INEA, 2013.

Apesar de sua magnitude o PEPB não é muito conhecido por grande parte dos cariocas. “Para muita gente, fazer uma trilha não é um atrativo. O visitante de unidade de conservação não é aquele que utiliza a trilha para chegar ao atrativo, a trilha é o atrativo. Ele vem curtir a natureza. A divulgação para esse público específico é feita em mídia segmentada, em eventos entre montanhistas, mutirões, entre os adotantes de trilhas e através da Trilha Transcarioca”. (VEIGA, 2017)

O uso público é uma ferramenta de gestão. Trazer o visitante para dentro da unidade é garantir ações de conservação para aquela área. É melhor investir em parques e fazer o zoneamento com áreas intangíveis para preservação de uma determinada espécie ou ecossistema. (...) é principalmente através das ações realizadas como parte do uso público, como a Trilha Transcarioca, o programa de adoção de trilhas por grupos especializados e a formação de agentes condutores de visitantes, que conseguimos um aumento no número de parceiros para trabalharem com o uso público na unidade. Pessoas que ganham dinheiro, mas que preservam. São pessoas que têm voz ativa e formadores de opinião. (...) a própria educação ambiental faz parte da proposta de uso público, como uma grande ferramenta de gestão. O Inea como um todo reconhece hoje a importância do uso público e inclusive criou uma gerência de uso público para ajudar as UC's nessa questão. É importante agregar valores humanos a toda essa riqueza biológica, ecossistêmica e cênica, e formar uma coisa única, integrando o homem com a natureza de uma forma em que ambos saiam beneficiados. (VEIGA, 2017)

De acordo com Veiga 2017, a relação da gestão do parque carrega uma proposta de gestão compartilhada com as comunidades do entorno e as associações de moradores. Existem, dentro do conselho do PEPB, representantes das diversas comunidades que colocam seus

pontos de vista e seus contextos que são diferentes dependendo da região. O perfil do morador do entorno de Realengo é diferente do de Vargem Grande, que é diferente das pessoas do Quilombola Cafundá Astrogilda, e assim por diante. Em Barra de Guaratiba, por exemplo, existe uma comunidade tradicional caiçara que ainda vive da pesca artesanal. São contextos e perfis distintos. E com a representação das comunidades através desses indivíduos no nosso conselho, nós conseguimos discutir a gestão daquela área.

Vale ressaltar que as áreas protegidas na forma de UC representam a maioria dos últimos refúgios para a proteção desse ecossistema, servindo como áreas núcleo de biodiversidade em uma paisagem altamente antropizada. (PELLIN et al., 2014). Portanto, as Unidades de Conservação urbanas têm a possibilidade de desenvolver bons programas de uso público, utilizando a educação ambiental e o turismo como forma de integração entre estas áreas naturais e a população que vive nas grandes cidades.

2.4.2. De repente parte do território virou Parque

Além de toda a riqueza, biodiversidade e beleza cênica, a Unidade de Conservação em questão também abriga diversos grupos sociais. No entanto, nesta pesquisa priorizamos o grupo social de agricultores de produtos orgânicos do Rio da Prata.

O Rio da Prata tem parte de seu espaço físico inserido dentro do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB, uma Unidade de Conservação em que a legislação ambiental vigente (Lei n. 9.985/00) - não permite o uso e a permanência de pessoas dentro dessas áreas naturais. É dentro desse cenário, que agricultores familiares residem e trabalham, estando sujeitos a políticas ambientais específicas e integrados ao meio urbano, tanto fisicamente quanto em suas relações com o mercado. (FERNANDEZ, 2009.p.25)

O pequeno grupo de agricultores é um exemplo de comunidade que teve o seu território transformado juridicamente em área protegida pelo Estado. Esse fato mudou toda a dinâmica que havia se estabelecido há centenas de anos, com as suas culturas, reproduções sociais e modos de vidas próprios. Desde então, os agricultores resistem e lutam para sobreviver no local onde se identificam e tem laços afetivos.

(...) quando o parque foi criado em 1974, nós já tínhamos esse histórico de existência aqui. Então, se tem aqui um invasor não somos nós, foi o parque que nos invadiu, e não nós que invadimos o parque. (...). (Trecho retirado da entrevista feita por esta pesquisadora com Rita Caseiro, 2018)

Segundo Fernandez (2014) a criação do PEPB pode ser entendida como uma interferência do Estado sobre as disputas entre os usos rurais e urbanos que ali se estabeleceram desde a década de 1930 e que, na década de 60/70, se tornam marcantes, com a integração viária da cidade, a expansão e consolidação das relações capitalistas no país, as quais se refletem na importância da pequena agricultura ali praticada no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas.

A criação do PEPB impôs uma série de restrições aos agricultores que ali residiam antes mesmo do parque existir como: proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expansão das áreas cultivadas e de utilização de veículos motores para os agricultores familiares, que habitam este território. Além das restrições quanto ao uso do solo, a criação do parque representa uma ameaça a continuidade do cultivo do caqui e da banana, consideradas espécies exóticas e, portanto, passíveis de serem retiradas do parque.(DIAS, 2014)

Se, por um lado a criação deste parque impediu o avanço da especulação imobiliária, por outro impôs várias restrições aos agricultores familiares. A extinção da área rural, do município do Rio de Janeiro, no ano de 1992, foi mais um elemento de um quadro político e econômico totalmente desfavorável aos agricultores locais. (DIAS, 2018)

Nesse sentido, os agricultores, se viram impedidos de melhorar os caminhos de acesso aos sítios, de instalar energia elétrica em suas casas e conseqüentemente, de utilizarem meios de produção mais eficazes e de ampliação de seus cultivos. No entanto, mantiveram seus cultivos de banana e caqui, que além de principais cultivos comerciais, acabaram exercendo a importante função de demarcar no espaço, atualmente destinado à conservação, o controle da terra e posse dos moradores que reclamam ter chegado ali antes da criação do parque. (FERNANDEZ, 2014,p.6)

A história mais distante dos ciclos agrícolas e da ocupação da região, das representações sociais ancoradas a tais processos, permite compreender com mais clareza os conflitos sociais existentes na atualidade e revelam que a região onde hoje se localiza o PEPB é ainda uma fronteira urbana, disputada por grandes grupos imobiliários e setores de classe média/alta, por classes populares organizadas ou não em torno da luta pela moradia e os pequenos produtores que tentam preservar a possibilidade de reprodução de seus meios de subsistência. (FERNANDEZ, 2009b.p.26). Assim, os conflitos e o contexto de populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação serão os pontos a serem observados no próximo capítulo.

2.5. O Rio da Prata e os agricultores de produtos orgânicos

Os agricultores do Rio da Prata se mantiveram e asseguraram a continuidade produtiva durante a passagem de diversos ciclos econômicos e atualmente, vivenciam o que o autor denomina de “processo de conversão dos agricultores do Rio da Prata, de produtores ‘convencionais’ para ‘orgânicos’”. Esse processo seria uma consequência imediata do contexto político de criação do Parque Estadual da Pedra Branca, em 1974, pois foi neste momento que os agricultores foram socialmente desqualificados como nocivos à preservação dos recursos naturais ainda existentes, mas paralelamente, são integrados como possíveis parceiros da conservação do Parque (LEAL, 2010.p.73)

No entanto, para serem vistos como parceiros os agricultores teriam que adotar o modelo orgânico de produção, embora nem todos tenham se “convertido” a esse modelo de produção, os que o fizeram gozam atualmente de uma distinção social, pois a ressignificação social que se viram alvo os conduziu a atividade turística, que ganhou destaque com o *boom* dos produtos e alimentação orgânica. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2019)

Esses agricultores estavam ali estabelecidos a várias gerações com suas plantações, resistiram e permaneceram no local mesmo depois da criação do Parque. Contudo, tiveram que se readaptar as novas regras e restrições impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela administração do Parque.

Nós somos descendentes de uma tribo indígena, que eram os Picinguabas, depois vieram os negros escravizados, os portugueses, os açorianos, italianos, etc. (...). Então, quando o parque foi criado em 1974 nós já tínhamos esse histórico de existência aqui. Então, se tem aqui um invasor não somos nós, foi o parque que nos invadiu, e não nós que invadimos o parque. (CASEIRO, 2018).

Tal grupo praticava uma agricultura considerada convencional (onde era comum, naquele lugar, roçar o terreno, expandir a área cultivada, fazer queimadas, abrir na mata caminhos diferentes para escoar os produtos) e se converteu para a prática da agricultura orgânica⁹ pela necessidade de continuar inseridos em seu território (no interior do Parque) e também no mercado de alimentos do Rio de Janeiro.

⁹ Processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos. Para saber mais acesse o site: <<http://aao.org.br/aao/agricultura-organica.php>> acesso em 31 jun.2018.

Então, eles aqui já eram orgânicos e não sabiam. Por que eu digo isso? Porque ele já tinha agricultura, aquela agricultura tradicional do tempo dos pais dele, que vieram lá de trás, talvez dos Índios ou dos portugueses, que depois vieram para cá. Então, já existia essa agricultura que era uma agricultura sem defensivo agrícola... defensivo é o nome bonito que a empresa dá, né? Sem agrotóxico mesmo, sem veneno. Eles já tinham essa prática, eles já tinham... eles não tinham o hábito de usar essas coisas. O que eles usavam aqui era o carbureto para madurar a banana. (CASEIRO, 2018)

Para sobreviver, tiveram que se ajustar a uma racionalidade seguindo uma forma própria que permite reprodução física, social e preservação de seu patrimônio natural. O grupo acumula sabedoria, e conhecimento das leis naturais que permite que o ciclo biológico se complemente sem que sua intervenção prejudique sua manutenção. Embora os agricultores tenham desenvolvido práticas muitas vezes consideradas, pela gestão do Parque como predatórias, sob o ponto de vista ecológico, como as queimadas, por exemplo, sem dúvidas eles mantiveram a biodiversidade e preservação de áreas naturais. Ao mesmo tempo, desenvolvia práticas naturais de restabelecimento de fertilidade dos solos, mediante o pousio ou outras. (BRANDEMBURG, 2010.p.420)

Com o sistema de produção de produtos orgânicos conseguiram se integrar a um mercado especializado que está em plena expansão¹⁰, considerado, pelos próprios agricultores, mais rentável que o mercado da agricultura convencional, por serem alimentos mais caros e com a demanda ascendente na sociedade.

Na atualidade, a produção do caqui e da banana, ambas espécies exóticas¹¹, vem se destacando como atividade econômica familiar na região. São produzidos outros alimentos orientados para o mercado de produtos orgânicos como: aipim, hortaliças, plantas medicinais e fitoterápicas.

Também são produzidas frutas desidratadas e eles vêm se aventurando na produção de vinagre de caqui e de banana. Eles utilizam para escoar a produção para fora do Parque burros e mulas, já que as condições dos caminhos não permitem a utilização de outros meios de transporte para essa finalidade e não é autorizada pela legislação ambiental vigente a abertura de novos caminhos e nem melhoramento dos existentes.

¹⁰ A busca por alimentos orgânicos, considerados mais saborosos e saudáveis, além de possuírem alto teor de antioxidante, vitaminas, minerais, fósforo, fibras e outros nutrientes que beneficiam o equilíbrio do organismo, favorece a cadeia produtiva, protege as gerações futuras e o meio ambiente, contribui para o fim do envenenamento de agricultores e cria novas oportunidades de trabalho com inclusão social. Fonte: CODEPLAN (2015)

¹¹ São espécies que ocorrem fora de sua área natural de distribuição.



**Figura 8 - Foto do agricultor escoando sua produção pelas trilhas do Rio da Prata.
Foto: Paula Kreimer**

(...) o meio de transporte ainda é a tração animal, porque a roça é muito distante e toda a mercadoria é transportada no lobo de burro. Aí foi criada uma lei estadual no ano passado proibindo a utilização de animais, de tração animal, dentro da cidade, sendo possível na área rural. Tá, só que a cidade do Rio de Janeiro, o Plano Diretor diz que a cidade é 100% urbana. (CASEIRO, 2018)

É nesse cenário rural (porém, urbano, de acordo com o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro) que um grupo de aproximadamente 150 agricultores trabalham e residem dentro de um território que virou Parque. Desse total, cerca de 20 famílias trabalham com produção de alimentos orgânicos, no Rio da Prata. Apesar de serem poucos, eles estão sendo porta-vozes da comunidade e deixando para trás o anonimato, sendo reconhecidos pela qualidade dos produtos e modo se vida simples e junto à natureza.

A atual Presidente Executiva da AGROPRATA, Rita Caseiro, em resposta a um e-mail enviado por esta pesquisadora, no dia 26 de março de 2017, respondeu as seguintes perguntas:

I) Qual a quantidade de agricultores (as) de produtos orgânicos do Rio da Prata? II). Quantos agricultores (as) são filiados à AGROPRATA? III) Quantos agricultores (as) Rio da Prata integra o Sistema Participativo de Garantia (SPG) ¹²? As repostas que tivemos seguem a seguir:

Precisamos falar de dois tipos de agricultores. O tradicional, alguns infelizmente ainda utilizam algum tipo de agrotóxicos, e o orgânico que não utiliza nenhum tipo. Juntando-se os dois tipos, temos algo em torno de 150 pessoas atualmente que cultivam a terra”. A AGROPRATA possui atualmente dois tipos de sócios: efetivos (agricultores) e colaboradores (que de alguma forma contribui com o coletivo), hoje temos 28 associados, sendo 6 colaboradores e 22 agricultores. Desses 20 são certificados pelo através do Sistema Participativo pela Abio¹³. (CASEIRO, 2017)

Em conversas informais com os agricultores realizadas em uma das visitas de campo no Rio da Prata foi possível levantar a informação que tal grupo integra o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e tem garantido o título de conformidade orgânica.

Na agricultura orgânica é exigida a certificação, é exigido o acompanhamento, a verificação permanente da região, da produção, para ver se está dentro dos padrões de conformidade com a agricultura orgânica. Só que temos um governo que facilita a vida de quem produz com agrotóxico, tem vários incentivos (...) de redução dos impostos, de coisas. Mas para agricultura orgânica existe incentivo nenhum, ao contrário, existe uma dura fiscalização. (CASEIRO, 2017)

Em linhas gerais o alimento orgânico é aquele plantado e cultivado da forma mais natural possível, sem o uso de agrotóxicos, máquinas e adubos. Ele entra em sintonia com a natureza, criando harmonia entre ambos, de forma a preservar a terra, as águas, o ar e a fauna da região produtora. Além de minimizar os impactos sobre o meio ambiente, utilizando-se de insumos orgânicos, é rejeitado o uso de agroquímicos e organismos geneticamente modificados, sobre os quais ainda não se tem uma clareza científica sobre os efeitos colaterais que podem causar na saúde humana.

Dentre os conceitos estabelecidos pelas normativas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, é considerado produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local e para que sejam comercializados como tal, esses produtos deverão ser certificados por

¹² Sistemas Participativos de Garantia é um dos mecanismos de garantia que integram o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG/ MAPA), previsto no Decreto nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831 sobre a agricultura orgânica. O SPG envolve todos os componentes da rede de produção orgânica. Agricultores, produtores, extrativistas, comerciantes, consumidores e técnicos compartilham a responsabilidade pela avaliação da conformidade das unidades de produção frente aos regulamentos da agricultura orgânica.

¹³ Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro.

organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento, exceto no caso de comercialização direta aos consumidores por agricultores familiares, cuja certificação é facultativa, bastando a eles apenas o dever de serem cadastrados junto ao órgão fiscalizador (BRASIL, 2003).

O desenvolvimento de mercados orgânicos no Brasil está relacionado ao contexto de formação de movimentos de agricultura alternativa e crítica ao modelo de produção imposto pela modernização da agricultura desde os anos de 1970. No Rio de Janeiro ganhou impulso sobretudo com pequenas feiras orgânicas que surgiram inicialmente na zona sul do Rio. A feira orgânica e cultural do bairro da Glória foi criada em 1994. Em 2010 foi criado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, com a inauguração de novas feiras na zona sul, norte e, a partir de 2013, na zona oeste da cidade. (FERNANDEZ, FERREIRA, 2012.p.1)

Nesses circuitos de comercialização, para além da preocupação com a qualidade do alimento (livre de agrotóxicos), estavam presentes, desde sua origem, valores de contracultura e de crítica aos pacotes tecnológicos da agricultura moderna, que podem ser denominados como agricultura alternativa, agricultura ecológica, agroecologia. O produto orgânico, neste sentido, é expressão de modos de vida, de novas relações sociedade-natureza e economia. (FERNANDEZ; FERREIRA, 2012.p.2)

Ainda que a proposta desta pesquisa não seja a discursão sobre a agroecologia e agrotóxicos, não podemos ignorar a enorme significância desses assuntos para a saúde dos seres vivos e dos ecossistemas. No entanto, daremos destaque à produção orgânica que caminha no sentido oposto ao do grande agronegócio brasileiro. Sob essa perspectiva, essas práticas ligadas à agroecologia vêm se tornando um movimento contra hegemônicos e, no caso em tela, de resistência ao agronegócio e à concentração fundiária, violência rural, *lobby* da bancada ruralista, degradação da natureza e uso de agrotóxicos. (VILANI; VANZELLA; BRAMBILLA, 2019.p.27)

Um dos desafios enfrentados pelos pequenos produtores de alimentos orgânicos para sua reprodução social constitui-se no acesso a mercados e consumidores. Ao mesmo tempo, verifica-se o crescimento de um novo perfil de consumidor interessados na aquisição de um alimento sem agrotóxicos e baseados nos princípios da agroecologia e do comércio solidário.

É importante destacar algumas iniciativas que auxiliaram os agricultores a permanecerem no mercado de produtos agrícolas no Rio de Janeiro, como as experiências em comercialização da Rede Carioca de Agricultura Urbana - CAU, as quais consolidam um mercado solidário aproximando agricultura tanto realizada nas roças, como nos quintais. O

projeto PROFITO¹⁴ impulsionado pelo Núcleo de Gestão da Biodiversidade e Saúde (NGBS) da Farmanguinhos/Fiocruz, com base em uma proposta de capacitação e inserção dos agricultores do maciço da Pedra Branca em um arranjo produtivo local voltado para a produção de plantas medicinais e fitoterápicas, e que tinha como uma das metas o melhor entendimento das condições de produção e modo de vida desses agricultores.

Em 2006, quando o Projeto Profito foi iniciado, no Maciço da Pedra Branca, foram mapeadas as organizações e instituições com atuação neste território promovendo a construção de laços de sociabilidade e mobilização política, estimulando a criação de uma nova associação de agricultores - a Agrovargem – no ano de 2007 e a progressiva integração entre as três associações agrícolas locais¹⁵ (FERNANDEZ; FERREIRA, 2015) Assim, o maciço da Pedra Branca ganhou força na agricultura familiar¹⁶ desencadeando um processo de reafirmação das comunidades sobre o seu território. (LONDRES.et al., 2017).

Atualmente os agricultores do Rio da Prata estão inseridos no Circuito das Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro que é realizado em 18 bairros da Zona Sul da Cidade que recebem a feira semanalmente, onde são vendidas pelos próprios produtores, frutas, verduras, legumes, queijos, pães, sucos, bolos e mel. Todos os alimentos não contêm o uso de agrotóxicos ou adubos químicos, de acordo com as normas de preservação ambiental.

Além desse Circuito, esse grupo participa de circuitos curtos, como as feiras na roça, como a feira que fica no Sítio Farol da Prata, localizado próximo à entrada do PEPB em Campo Grande, e venda direta de porta em porta. Essa produção vem ganhando reconhecimento e valor por sua especificidade.

Os circuitos curtos são viáveis e fortalecem as redes alimentares alternativas quando associados com as características da produção ecológica (pequenas áreas, mão de obra familiar, produção diversificada, autonomia dos agricultores, ligação com o consumidor, preservação da biodiversidade, valorização da paisagem, qualidade alimentar e produto saudável). (DAROLT et al., 2016)

¹⁴O Profito é um projeto agroecológico desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) que atende mais de 100 famílias moradoras do entorno do Parque Estadual da Pedra Branca.

¹⁵ É importante ressaltar que no Maciço existem três associações de agricultores locais: Agropрата, Agrovargem e Alcri, respectivamente localizadas a oeste, sudeste e leste do parque.

¹⁶ De acordo com o Ministério de Desenvolvimento agrário MDA - A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor. A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público.

Além do mais lançar na cidade a identidade da comunidade que ali vive é uma forma de resistência frente ao desenvolvimento capitalista e, o mercado orgânico e agroecológico projeta o agricultor de seu local de vivência e retirada do sustento levando esse vínculo territorial e essa sociabilidade para outros espaços onde normalmente eles não seriam percebidos.

A inserção em circuitos curtos de comercialização de identidade orgânica tem trazido novos desafios e incentivos relacionados à organização da produção familiar, à diversificação de produtos, de relacionamento com o consumidor, e também das questões que envolvem a conformidade aos princípios de certificação. Para mais, a inserção dos agricultores no Circuito das Feiras Orgânicas, destaca um aspecto atual de desdobramentos inerentes ao amplo processo que envolve o tema da produção de alimentos, isto é, o deslocamento da prática agrícola para um lugar de “atração turística”.

Assim, desde 2010, com a participação no Circuito das Feiras Orgânicas, eles começaram a sair do anonimato e serem reconhecidos pela qualidade dos produtos ofertados aos consumidores de maior poder aquisitivo do município.

2.5.1. A ambiguidade das identidades: Quilombolas X Agricultores Rurais

Atualmente, uma parte dos agricultores do Rio da Prata se autodomina e são reconhecidos oficialmente como quilombolas e não como comunidade rural tradicional. Existe uma sobreposição identitária nessa comunidade que hora são quilombolas e hora são agricultores. Nem todo quilombola se reconhece como agricultor e nem todo agricultor se reconhece como quilombola. Rita Caseiro explica o motivo da escolha de serem reconhecidos oficialmente como comunidade quilombola.

Talvez tenha sido um erro naquela ansiedade de buscar um meio pra que nós fossemos reconhecidos como população tradicional. Talvez tenha optado pelo que fosse um pouco mais fácil. Aconteceu assim: quando a comunidade de Vargem Grande foi certificada, e a de Camorim já tinha sido certificada como comunidade remanescente quilombola, eu perguntei o que era necessário para que o Rio da Prata também tivesse aquela certificação. E aí, a pessoa que é do Instituto Panela de Barro entrou em contato comigo, e veio aqui, e nós começamos as pesquisas, comecei a mostrar para ela tudo o que eu tinha, e ela então disse que “não, é possível certificar sim.” Aí pegamos abaixo-assinado daqueles que se reconheciam como tais, e foi criada a associação, e foi feito. (Rita Caseiro, 2018)

É importante enfatizar que a identidade quilombola de fato não os representa, embora eles tenham lutado para conseguir a certificação de Comunidade Remanescente Quilombola "Dona Bilina" concedida pela Fundação Palmares em 2017.

Quando os agricultores da AGROPRATA foram questionados sobre a identidade que eles se reconhecem, eles responderam que se sentem contemplados com a identidade de agricultores rurais. Então, podemos inferir que a identidade quilombola foi escolhida como uma estratégia para acessar direitos e benefícios governamentais de forma mais célere que se fosse requerer a certificação como comunidade tradicional de agricultores rurais.

3 CAPÍTULO – Quer uma alimentação saudável? Venha à feira orgânica do Rio da Prata

O título desse capítulo foi retirado do site da Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata – AGROPRATA e revela um convite para a visita ao espaço onde são comercializados alimentos orgânicos produzidos na vertente do Rio da Prata do Parque Estadual da Pedra Branca. Este convite foi aceito pelo grupo de pesquisadores envolvidos no projeto: “Pequenos Agricultores do Rio da Prata de Campo Grande (RJ): Memória, Patrimônio e Turismo” a qual essa dissertação está inserida. Dessa forma, nos dirigimos ao Rio da Prata para conhecer a feira e a partir desse contato inicial foi estabelecida a metodologia de pesquisa que orientou a coleta de dados que norteiam este trabalho.

Para realizar esta pesquisa apoiamos-nos em uma abordagem qualitativa com base na etnografia, metodologia considerada adequada em estudos que investigam realidades e que avaliam o universo dos significados, expectativas, atitudes, crenças e visões de mundo. (MINAYO, 2009)

A Etnografia - Grafia vem do grego graf(o) significa escrever sobre, escrever sobre um tipo particular - um etn(o) ou uma sociedade em particular. (MATTOS, 2011.p.53). A autora segue afirmando que a pesquisa etnográfica compreende, por meio da observação direta e por certo período de tempo, o estudo das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas, articulado por uma unidade social representativa, no caso em estudo, os agricultores de alimentos orgânicos do Rio da Prata. Para a autora, trata-se do estudo dos padrões de pensamento e comportamentos humanos manifestos em rotinas diárias, tendo como objetivo

documentar e encontrar o significado das ações humanas em seus próprios termos. (MATTOS, 2011.p.65)

Dentro do planejamento da pesquisa em questão, a primeira ação realizada foi o levantamento bibliográfico. Foram consultados artigos científicos, documentos de órgãos oficiais, sites, redes sociais, livros, matérias de jornais e periódicos.

A segunda ação se deu através das três visitas de campo realizadas nos dias 03/12/2017, 18/08/2018 e 09/11/2018. Cada ida a campo tinha objetivos diferentes a serem alcançados: observar a dinâmica da comunidade, levantar questionamentos baseados na pesquisa teórica prévia, realizar o mapeamento para identificar lideranças formais, não formais, aplicação de entrevistas e por fim realizar uma ação com um segmento escolhido pelos atores entrevistados. A tomada de contato com a realidade dos sujeitos envolvidos foi um passo importante para o desenvolvimento da pesquisa para determinar “o que” e “o como” observar.

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador. (LÜDKE & ANDRÉ, 2013, p. 29)

Após o mapeamento das pessoas chaves e lideranças, a terceira etapa consistiu na montagem e aplicação de roteiros não padronizados de entrevistas focalizadas, ou seja, cada entrevistado tinha a liberdade de falar o quanto quisesse sem rigidez no roteiro. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Os atores (entrevistados) nos informou que a comunidade local não se sente representada no turismo que está acontecendo. Por outro lado, identificamos que o trabalho com o turismo se restringe a um pequeno número de pessoas da região, o que traduz o seu caráter de novidade, representando um amplo campo de possibilidade em construção para a comunidade local.

Usamos a técnica de entrevistas individuais face a face que de acordo com muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia. (GIL 2008. p.109)

Por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação. Ainda com mesmo autor, “A

entrevista focalizada requer grande habilidade do pesquisador, que deve respeitar o foco de interesse temático sem que isso implique conferir-lhe maior estruturação”. (GIL, 2008, p.112).

Cabe ressaltar que apesar de serem três idas a campo, o acompanhamento de informações sobre o local está sendo feito via mídias sociais e reuniões periódicas com acesso a materiais e conversas realizadas com grupo de pesquisa composto por pesquisadores que estudam os pequenos agricultores, o Parque Estadual da Pedra Branca e a turistificação desse território. Esse grupo de estudos está frequentemente no campo interagindo e pesquisando a realidade local.

Mediante ao conjunto de informações obtidas no campo e com as constantes atualizações do grupo de estudo, conseguimos entender, através de interlocutores de dentro da comunidade, algumas necessidades e anseios locais relacionados ao crescente interesse turístico pela área.

No primeiro dia de investigação em campo pudemos conhecer o núcleo do Rio da Prata do Parque Estadual da Pedra Branca, local onde o turismo está sendo incentivado¹⁷, e se desenvolvendo de forma pouco ordenada. Tivemos também, a oportunidade de ter contato mais próximo com as pessoas chaves da comunidade as quais nos trouxeram informações relevantes para essa pesquisa.

No dia 03 de dezembro de 2007, ao acessar o Parque Estadual da Pedra Branca pela entrada de Campo Grande, logo se avista uma guarita feita para a fiscalização do PEPB abandonada, suja e sem sinalização. Quem não conhece o local pode não perceber que aquela guarita é uma das entradas oficiais do Parque.

Percebe-se que a maioria dos visitantes que frequentam o local é proveniente da região de Campo Grande (informação fornecida pelo proprietário do Espaço Farol da Prata, Edson Paiva). Podemos inferir que são turistas de final de semana que procuram lazer e natureza perto de suas residências. Nota-se também que há um grande potencial para o desenvolvimento do turismo rural gastronômico nessa localidade.

¹⁷ A atividade turística vem sendo fomentada pelo INEA que ofereceu em 2017 um curso de capacitação de condutores para essa região. No livreto guia da Transcarioca o Sítio Farol da Prata está destacado como um atrativo turístico local. Essas ações serão explicadas no decorrer dessa dissertação.



Foto 1 - Guarita do PEPB - Entrada oficial do Parque abandonada

Com ajuda de um guia especializado (formado pelo curso de condutores oferecido pelo INEA) fizemos uma trilha, encharcada por conta da chuva do dia anterior, de aproximadamente 1h30, passando por riachos, grutas e cascatas até encontrarmos o Jequitibá bicentenário do parque. A espécie está presente na trilha que desce em direção ao Rio da Prata, assentado logo acima de uma cachoeira que cruza a mesma trilha. Imponente com seus mais de 50 metros de altura, a árvore se destaca entre as outras espécies¹⁸.

Durante o caminho do Jequitibá observamos muitas propriedades rurais, sem portões e demarcações, com plantações espalhadas, dando a impressão de que não existem divisões entre as propriedades. Não percebemos uma sinalização contínua durante a trilha, além de duas placas e a marca da trilha Transcarioca¹⁹. Notamos inúmeras espécies exóticas da flora, principalmente o caqui e a banana. Avistamos lixo, esgoto a céu aberto e alguns moradores caminhando e outros escoando a produção de alimentos montados no lombo dos burros.

¹⁸ Informações sobre o Jequitibá bicentenário retirada do site do INEA. Disponível em: <http://200.20.53.15/inea/pepb_atrativos.php> . Acesso em: 04/02/2018.

¹⁹ A Trilha Transcarioca cruza o Rio de Janeiro por um percurso de aproximadamente 180 km, saindo da Barra de Guaratiba até o Morro da Urca, aos pés do Pão de Açúcar.

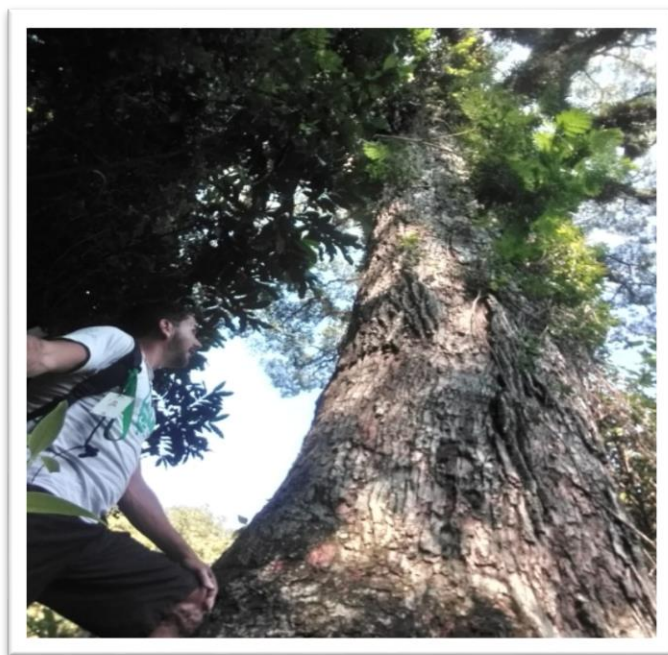


Figura 9 - Jequitibá Bicentenário e o Guia. Foto. Henrique Marques

Além do singelo restaurante, existe um parquinho para crianças com brinquedos de madeira e um pesque e solte. É nesse clima rural que está se consolidando a feirinha de alimentos orgânicos na roça e que é composta pelos agricultores que residem dentro do PEPB.

Para o excursionista que visita o PEPB, inspirado nos ideais dos parques americanos ou mesmo dos jardins, mirantes e estradas da Floresta da Tijuca, trata-se de uma experiência perturbadora. Intriga a este visitante a mistura entre o uso público e o uso privado das moradias, com seus portões, caminhos, plantações e animais. Também chama atenção o abandono institucional e a falta de infraestrutura para as atividades de lazer e turismo. Outros, contudo, se encantam com a rusticidade da região e combinam práticas de lazer tais como caminhadas e banhos de cachoeiras com o contato e interação com uma parcela de seus moradores. (FERNANDEZ, 2016. p. 136)

Entre conversas e contação de “causos” com alguns produtores, um deles demonstrou entender sobre assuntos da produção orgânica e produção agroecológica, insinuando que a agroecologia está inserida no discurso deles, e afirmou que *graças a um treinamento oferecido pela AS-PTA²⁰ na transição da agricultura convencional para a orgânica que eles conseguiram se manter, de forma competitiva, no mercado de produtos orgânicos no Rio de Janeiro*, nos revelou com orgulho o agricultor tradicional.

20 AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

É nítida a incorporação de valores e visões de mundo associadas ao ambientalismo no discurso dos agricultores, ressaltando, entre outras coisas, o caráter ecologicamente correto de seus plantios, a não ampliação de suas lavouras, a ajuda no combate a incêndios, proteção da fauna e flora, entre outras ações benéficas ao PEPB.

Na visita de campo dia 18 de agosto de 2018, Foram entrevistados três pessoas de diferentes ‘segmentos’ da comunidade a primeira foi a Alice Franco, moradora local, professora do Centro Integrado de Educação Pública que escreveu uma dissertação para a Universidade Rural do Rio de Janeiro intitulada “Identidade e Memória da comunidade agrícola do Rio da Prata”, levantando questões ligadas aos antepassados indígenas, os escravos, a infância dos moradores da serra, a religião, crenças, folclore, costumes locais, educação, saberes, tecnologias locais, festividades e sobre os agricultores e seus familiares. Cabe ressaltar também que ela está envolvida nos movimentos agroecológicos na Zona Oeste, bem como no processo de reconhecimento do quilombo Dona Bilina.

Em seguida, entrevistamos a presidente da Associação dos Agricultores de Produtos Orgânicos da Pedra Branca - AGROPRATA, Rita de Cássia, moradora e atuante na comunidade. Por último entrevistamos o Edison Paiva, empresário, proprietário do Sítio Farol da Prata um restaurante local que está recebendo visitantes e/ou turistas para tomar o “café da manhã da roça”. É também nesse espaço físico que acontece a Feira Orgânica do Rio da Prata, espaço cedido pelo proprietário à AGROPRATA.

Para todos os entrevistados fizemos a mesma sequência de perguntas, a saber: Como você vê a questão do turismo local? Quais as iniciativas de turismo estão acontecendo na região? Se tivesse recursos financeiros ilimitados o que você faria na sua comunidade? O que a resignificação da agricultura pode trazer de possibilidades e oportunidades para a região?

Todos eles disseram que o turismo é uma atividade recorrente na região, e que eles se sentem excluídos da dinâmica de visitação e prestação de serviços que vem acontecendo. De acordo com eles, as pessoas que não moram no Rio da Prata, “as pessoas de fora”, estão indo para lá para oferecer serviços para os turistas e eles que são da comunidade ficam à margem desses serviços e benefícios financeiros que o turismo pode trazer. Por outro lado, identificamos que um pequeno número de pessoas locais trabalha com o turismo, o que traduz o seu caráter de novidade, representando um amplo campo de possibilidade em construção para a comunidade local.

3.1 Relacionando lazer, turismo e alimentação

A produção de alimentos orgânicos promoveu a prática agrícola deste grupo em decorrência de fluxos de pessoas interessadas na compra destes produtos. Neste cenário, os agricultores têm se tornado empreendedores locais voltados para o turismo como pudemos observar no item sobre mapeamento das iniciativas locais escrito acima.

Constatamos uma maior valorização dos aspectos naturais e cênicos no Parque Estadual da Pedra Branca, na vertente do Rio da Prata, quando se observa as ações de turismo sob a ótica do Poder Público: como a trilha Transcarioca (símbolo da união entre as três esferas do poder público) e o Curso de Condutores realizado pelo INEA. Essas ações se valem de um olhar direcionado para uma turistificação que se baseia na paisagem e na natureza, ou seja, a natureza por si é o atrativo principal.

Vale ressaltar também as iniciativas oriundas dos empreendedores locais e dos coletivos: o Café da Roça, o Dia de Vivência, a Feira Orgânica e os eventos do caqui, respectivamente. Notamos que a natureza deixa de ser a única motivação abrindo espaço ao elemento em comum às iniciativas, o alimento. Nesse sentido muitos visitantes estão frequentando o Rio da Prata procurando não só o lazer, mas também uma experiência que remeta a cultura rural.

Desse modo, “Um fenômeno que até então era considerado próprio do processo urbano industrial [o turismo], é apropriado pelos agricultores familiares, os quais já foram sinônimos de atraso e, por isso, fadados ao desaparecimento, se reinventam agora vendendo um ‘produto’ gestado na modernidade. E ao vender o lazer como forma de aumentar sua renda, ele o descobre, sem, entretanto, abandonar os seus hábitos e tradições de fruição de atividades lúdicas e prazerosas”. (ZIOLI, 2015.p.12)

“Nas dinâmicas do turismo contemporâneo a comida, além da importância que sempre teve como serviço de apoio à atividade, tem se transformado em atrativo turístico, um elemento central no desenvolvimento dos destinos. Nesse processo tem sido acionada como patrimônio cultural, contribuindo na construção da identidade cultural. As construções sociais de patrimônio e identidade são vistas aqui como em relação dialógica. A identidade de um grupo se constrói em relação a um patrimônio cultural, que por sua vez é relacionado com a construção identitária”. (CUCHE, 2002 apud FERREIRA; OLIVEIRA 2019.p.3).

A partir de diversas pesquisas sobre turismo, unidades de conservação e populações locais, percebeu-se a importância que a alimentação adquire nos casos estudados. Para o turismo, a alimentação representa sempre um elemento de grande destaque, como infraestrutura de apoio ao desenvolvimento de roteiros e destinos, mas principalmente hoje, como atrativo em si. Como representação da cultura local, a partir dos inúmeros contatos e cruzamentos com outras culturas e como memória constantemente atualizada, a constituição da “comida emblemática” tem se mostrado uma preocupação central na elaboração do produto turístico. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2019.p.3)

Deste modo, a comunidade local volta-se para a prestação de serviços turísticos relacionando o lazer aos alimentos e encontram um campo fértil de múltiplas possibilidades que antes não eram conhecidas. Assim, acreditamos que todas as iniciativas de turistificação no Rio da Prata em conjunto têm atraído pessoas e difundindo a identidade e a memória dos agricultores de alimentos orgânicos associadas à ruralidade.

3.2 O Turismo e o mapeamento das iniciativas no Rio da Prata

“O turismo em uma comunidade se caracteriza pela oferta de pelo menos cinco elementos: atrativos, serviços, infraestrutura, comunidades e turistas, que atuam de forma inter-relacionada, objetivando gerar os benefícios desejados. Dentro da comunidade incluem-se vários segmentos da sociedade que podem beneficiar-se do turismo. Os mais envolvidos, e também responsáveis pelo seu sucesso, são os moradores locais, os proprietários (de terra e estabelecimentos comerciais) e o governo local. Todos possuem diferentes formas de agir para o desenvolvimento do turismo e diferentes formas de se beneficiar dele. Porém, o principal benefício de comum alcance é a melhoria da qualidade de vida da comunidade”. (WWF BRASIL, 2003.p.36)

Um dos objetivos do Parque Estadual da Pedra Branca é proporcionar lazer e recreação à população. As atividades ali praticadas são de caráter dinâmico e dependem da motivação da demanda turística, não sendo raro o aparecimento de novas modalidades como é o caso do turismo gastronômico que tem como principal motivação as visitas a produtores, festas gastronômicas, restaurantes e outros locais onde o sabor dos alimentos e a experiência ligada à gastronomia são considerados centrais.

O turismo utiliza a segmentação de mercado como medida estratégica de organização para atrair mais visitantes. Segundo Philip Kotler (2006.p.237), um segmento de mercado

consiste em um grande grupo de consumidores que possuem as mesmas preferências. Contudo, o próprio segmento é em parte uma ficção, uma vez que nem todas as pessoas querem exatamente a mesma coisa, assim profissionais da área são incentivados a apresentar ofertas ao mercado flexíveis em vez de uma oferta padronizada a todos os membros do segmento.

No caso em tela a preocupação não reside em classificar o tipo e nem os segmentos de turismo que estão ocorrendo no Rio da Prata, e sim, que estamos utilizando o turismo como categoria nativa, pois assim os pesquisados denominam. Por esse motivo, a preocupação da pesquisa reside em saber como isso o que eles chamam de turismo se desenvolve.

Deste modo, descreveremos nos próximos tópicos algumas iniciativas de turistificação que foram incentivadas, especificamente na vertente do Rio da Prata, do Parque Estadual da Pedra Branca. Essas ações acontecem no Rio da Prata de forma independente umas das outras apesar da maioria delas ter a participação dos agricultores locais.

Cabe destacar, que das sete iniciativas de turistificação mapeadas, quatro delas (a feira orgânica, café da roça, dia de vivência e eventos do caqui) são ações produzidas por Associações e coletivos como a AGROPRATA, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU), com a participação ativa da comunidade. Sendo as outras ações incentivadas pelo Poder Público como observaremos a seguir.

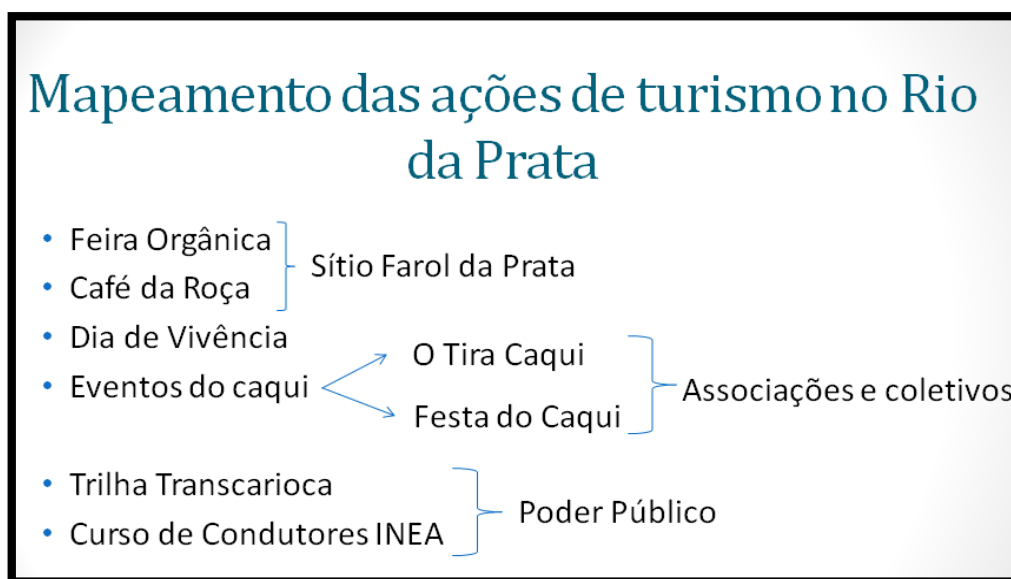


Figura 10 – Síntese do mapeamento de ações de turismo no Rio da Prata.

3.2.1 A Trilha Transcarioca

A partir do Rio da Prata é possível acessar duas trilhas que segundo Mesquita (2016) aproveitam antigos caminhos rurais, implantados entre os séculos XVII e XIX para o escoamento da produção rural. Ao longo do caminho revelam-se ruínas e vestígios de fazendas e engenhos, estruturas de captação de água e aquedutos que evidenciam a relevância que essas florestas tiveram no passado como mananciais para a cidade. Em alguns casos, essas estruturas atuam ainda hoje como sistema complementar de abastecimento hídrico para os bairros limítrofes à floresta. O acervo artístico encontrado nos arredores da Trilha Transcarioca também é bastante expressivo.

A Transcarioca é uma longa trilha com 180 quilômetros de extensão, ligando Barra de Guaratiba à Urca, passando por rios, cachoeiras, lagos, sítios históricos, os mais preservados trechos da Mata Atlântica e paisagens urbanas e rurais. A longa trilha possui 25 trechos, e a maior parte do percurso, é feito dentro das florestas, passando por sete unidades de conservação: Parque Nacional da Tijuca, Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Natural Municipal de Grumari, Parque Natural Municipal da Cidade, Parque Natural Municipal da Catacumba, Parque Natural Municipal Paisagem Carioca e Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca.

De acordo com o Guia de Bolso da Trilha (2016), a ideia da Transcarioca nasceu nos anos de 1990, e ficou engavetada durante mais de uma década. O projeto saiu do papel em fevereiro de 2016, quando foi oficialmente inaugurada, com os esforços de mais de mil voluntários, governo, gestores dos parques e diversas instituições.

O Guia refere-se ao Rio da Prata como o “lado rural” do Rio nesta região conhecida como o “sertão carioca”. De todos os trechos da Trilha Transcarioca, este é o que mais se distingue por seu ambiente rural em meio ao burburinho da metrópole (...). Até os dias de hoje o trecho é uma importante rota de produtos agrícolas, especialmente frutas, vegetais orgânicos e criação de pequenos animais. São diversos cultivos desenvolvidos nos sítios da região pelas famílias locais há muitas gerações. (MESQUITA, 2016.p.38)

O Guia indica também o Espaço Farol da Prata como um dos atrativos principais do Parque estadual da Pedra Branca na vertente do Rio da Prata, iniciativa turística que será abordada detalhadamente nesta dissertação.



Figura 11 - Mapa da Transcarioca – principais pontos. Fonte: Guia Transcarioca 2016.

No livro sobre a trilha intitulado: *Transcarioca, todos os passos de um sonho*, o autor conta a respeito de como foi a concepção da ideia da trilha até a sua realização. Em alguns dos trechos do livro ele se refere à paisagem local sob a sua perspectiva como podemos ler a seguir:

A pressão da agricultura e da pecuária sobre o Parque Estadual é quase impossível de conter. Em alguns pontos, a esses problemas juntam-se o crescimento de favelas, os loteamentos clandestinos e a exploração de pedreiras. Apesar dos esforços do Gestor do Parque e do Instituto Estadual de Florestas, as plantações de caqui e banana parecem aumentar. É muito difícil reverter uma cultura secular que já deflorou a Pedra Branca em três ciclos econômicos diferentes prévios: o da cana de açúcar, o do café e o da laranja. (MENEZES, 2000.p.38)

Tal afirmação nos revela que ao conceber a ideia da trilha, o autor coloca no mesmo “baú” a “cultura secular” termo usado por ele mesmo no texto, junto com conflitos de ordem social e política do território, como o crescimento de favelas, exploração de pedreiras etc. Isso nos evidencia que ao tratar a agricultura e as tradições locais como um possível “problema” parece tentar apagar uma memória que ainda está viva e pulsante a várias gerações. Hoje essa memória rural e a construção de dessa identidade própria pode aliar as práticas de conservação e ser mais um atrativo turístico, especificamente na vertente do Rio da Prata, em que as raízes históricas são bastantes profundas.

Em outro trecho do livro o mesmo autor relata uma paisagem comum ao lugar:

Não raro, cruzamos com uma tropa de burros carregados de bananas, caquis e com algum outro produto sendo escoado para a feira. Cena cristalizada na história da cidade retratada por Debret e os sábios viajantes do início do século XIX, repetida por Magalhães Corrêa em seu célebre relato sobre a Zona Oeste na era Vargas e vivia ainda hoje, como nos idos de 1921 de Lima Barreto”: (...) cruzava com uma tropa de carvoeiros de Jacarepaguá, os tropeiros eram gente de sangue muito mesclados, ossudos, jarretes, nervosos e finos (...) cobertos de uma insondável tristeza. Não eram só homens feitos, havia crianças também a guiar os burros em fila (...).(MENEZES, 2000.p.41)

E finaliza o parágrafo dizendo que “Pudesse o IPHAN tomar gente e deveríamos todos nos pôr a clamar pelo tombamento dessas tropas e tropeiros tão importante do fazimento do Brasil. (MENEZES, 2000.p.41). Apesar de estar se referindo a parte do Parque Estadual que fica em Jacarepaguá, revela mais uma vez a sua visão preservacionista a qual não considera as relações sociais existentes no território que um dia virou parque.

(...) O lado de lá – de dar pena- é todo degradado, coberto por pastos, plantações de caqui e outras lavouras. A terra, que ser quer pública esquarterada e dividida em fazendolas por montes de arame farpado. As trilhas, rústicas estradas de escoamento da produção. (MENEZES, 2000.p.52)

Nota-se que existe uma ambiguidade nas afirmações de Menezes, uma hora afirma que se deve “tombar gente e deveríamos todos nos pôr a clamar pelo tombamento dessas tropas e tropeiros tão importante do fazimento do Brasil” e outra hora desqualifica os agricultores tradicionais como possíveis inimigos da natureza.

Pela visão dos agricultores da Agroprata, a Transcarioca parece não ter sido um processo pacífico. Não houve a participação dos agricultores nas tomadas de decisões em relação às trilhas que perpassam em seus quintais. Em entrevista com a Presidente Executiva da referida associação, quando perguntada sobre a opinião sobre a longa trilha nos é revelada a sua insatisfação:

O que que acontece? Então, essas famílias vivem única e exclusivamente da agricultura. E uma coisa que é sagrado para os agricultores é o espaço um do outro. Então não é comum para o agricultor pegar laranja, banana, manga, seja lá o que for, do seu vizinho. Por que eu sou contra a Transcarioca? Porque do jeito que a Transcarioca está sendo feita está parecendo que os agricultores locais são invasores. E como eles são invasores, a terra é do governo, vocês estão aqui, vocês são invasores. Então, eu posso entrar na sua propriedade, posso pegar o que eu quiser, porque ninguém aqui tem propriedade, a propriedade é do governo. Esse é o problema. (CASEIRO, 2018)

A Presidente continua seu discurso desfavorável a Transcarioca e conta as consequências negativas que a trilha tem trazido após sua implementação no Rio da Prata:

Então, nós temos hoje pessoas aqui “ah, vou deixar aquele cacho de banana ali para cortar semana que vem, que aí engorda mais um pouquinho”. Quando você chega lá, cadê? Você deixa a abóbora ali para semana que vem, para estar mais madurinha, quando você chega lá, cadê a abóbora? Porque com a Transcarioca, tá sendo muito divulgado. Inclusive, há poucos dias cês passaram ali e viram aquela cabine verde ali do Inea, não viram? Essa cabine está desativada. Arrancaram janela, arrancaram tudo, destruíram tudo ali. Tem cerca de uns 15 dias, tinha um casal estranho ali, limpando tudo, colocaram, subiram no poste (...) para morar ali. Se a moda pega (...). Se a moda pega (...). Esses que estão aqui, por exemplo, o Senhor Madruga, o sítio dele fica lá. Ele mora aqui em baixo, ele sobe aqui todos os dias, cuida da roça e desce. Aí numa dessas, num final de semana, por exemplo, hoje ele não subiu, porque hoje ele foi pra feira. Aí ele deve subir só segunda-feira. Aí o barraquinho dele lá fica fechado sábado, domingo. Aí ele chega lá na segunda, tem morador. Como é que fica? Esse é um medo que a gente tem enfrentado. (CASEIRO, 2018)

Ela termina sua fala dizendo que a Transcarioca tem sido muito bem divulgada e que isso tem intensificado alguns problemas já existentes antes da trilha. Explica que com um fluxo muito grande de turistas nos sábados e domingos, “(...) isso aqui fica cheio. Além das trilhas, tem algo que a gente luta muito tempo para acabar, agora tem bicicleta, *motocross*, tem de tudo um pouco”. (CASEIRO, 2018)

3.2.2 Curso de condutores do INEA

O curso de condutores do Instituto Estadual do Ambiente - INEA está sendo destacado nesta pesquisa, pois consideramos um forte indício de que o poder público está direcionando oficialmente esforços para capacitar a comunidade e fomentar a prática de turismo na região do Rio da Prata.

Nesse sentido, o INEA realizou entre os meses de março e julho de 2016 o Curso de Conductor de Visitantes²¹ do Parque Estadual da Pedra Branca, com base no Programa Estadual de Guias de Turismo e Condutores de Visitantes, dentro do Projeto de Consolidação da Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Estaduais do Rio de Janeiro, conduzido pela

²¹ Entende-se como condutor de visitante a pessoa física não habilitada como guia de turismo no cadastro do Ministério do Turismo (MTur), geralmente residente na localidade ou próximo do local visitado, que recebeu capacitação específica reconhecida pelo parque estadual. Para mais informações acesse a página do Parque Estadual da Pedra Branca no Facebook.

Gerência de Sustentabilidade (GES), da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (Dibap).

O curso obedeceu à diretriz do Decreto nº 42.483, de 27 de maio de 2010, que estabelece as orientações para uso público em parques estaduais, e a Resolução INEA nº 61, de 04 de outubro de 2010, que estabelece normas para o censo, credenciamento e prestação de serviços de guias de turismo e condutores de visitantes nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro.

Para o INEA, o Conductor de Visitante é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação.

O curso foi oferecido gratuitamente e consistiu em aulas práticas e teóricas, palestras, visitas técnicas e estágio supervisionado, realizado dentro do parque. Esta capacitação possibilitou que os condutores credenciados realizassem atividades de condução de visitantes nas trilhas e atrativos da unidade de conservação estadual, oferecendo um serviço qualificado, com o objetivo de proporcionar geração de renda e desenvolvimento local.

3.2.3 A Feira Orgânica do Rio da Prata

A Feira Orgânica do Rio da Prata funciona desde 2014 no Espaço Farol da Prata e é organizada pela Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (Agroprata). Lá são oferecidos produtos orgânicos certificados produzidos, em sua maioria, na região da Serra do Rio da Prata por cerca de 25 produtores. Destes, cinco estão presentes na feira orgânica todos os domingos.

Além dos produtos orgânicos, é possível encontrar mel, sucos e mudas de plantas no local. Os alimentos orgânicos costumam ter valores mais elevados que os oferecidos em feiras populares comuns. Isso acontece porque não existe nenhum tipo de incentivo por parte do governo para a produção de alimento o que encarece o preço final.

A feira tem como objetivo principal a divulgação da cultura dos alimentos orgânicos e reúne em torno de 200 a 300 pessoas a cada dia de realização. “A importância da feira é a

divulgação do alimento orgânico, para que ele seja mais conhecido. Quem produz tem a certeza de estar produzindo saúde para quem consome. O produtor não está prejudicando sua própria saúde, não está prejudicando o meio ambiente, na produção não é utilizada mão-de-obra escrava, nem trabalho infantil forçado. Há uma série de conceitos por trás da agricultura orgânica”.²² (ACICG, 2017)

AGROPRATA é a primeira associação de agricultores orgânicos do município Rio de Janeiro, com atuação há 15 anos, e faz parte do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas da Zona Sul, onde são responsáveis pelo fornecimento de banana, caqui e aipim orgânicos.

3.2.4 Os eventos do caqui

Nesta iniciativa inserem-se dois momentos específicos que ocorrem anualmente, são eles o “Tira-Caqui” e a “Festa do Caqui”. Atualmente, o caqui é um dos produtos mais cultivados pelos agricultores do Parque e por este motivo, foi o eleito para ser o protagonista destas duas atividades que guardam em si um cunho político, pois visam chamar a atenção para problemas e questões dos agricultores. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2019.p.8)

O Tira-Caqui foi organizado pela primeira vez no ano de 2011 numa parceria entre o Projeto Profito e a Rede Ecológica. A Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU)²³ vem planejando e aperfeiçoando esse evento com muita eficiência com agricultores e consumidores.

O dia do Tira Caqui é um trocadilho feito com o dia de Tiradentes. Sendo assim, ele é realizado sempre no dia 21 de abril, data que é comemorativa. Além de associar o evento a uma data histórica de marcante dimensão política, aproveita-se também o fato de que é um feriado e, portanto, um dia de folga no qual as pessoas têm disponibilidade de participar da festa. (FERNANDEZ, PIMENTA, CLAUDINO, 2018)

Desde sempre ouvimos dos agricultores e agricultoras do Maciço da Pedra Branca que há falta de mão-de-obra, que a colheita e a logística são difíceis e conseqüentemente há um grande desperdício dessa fruta. Essa necessidade gerou então a novidade do evento. Enquanto consumidores organizados, homens, mulheres, jovens e crianças subiram a montanha para a colheita. Foi um ato de solidariedade, não como algo piegas ou moralista, mas como um fluxo de informação, de força de trabalho e como resposta da organização à resistência dos agricultores da região. (AS-PTA, 2015)

²³ A Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades.

O evento foi idealizado para ser uma celebração cultural onde os participantes fossem convidados a resgatar suas memórias locais. Neste dia diversas atividades culturais são feitas de forma autônoma em interação com comunidade e agricultores, mostrando para o público a realidade dos produtores locais e a atividade da agroecologia no Rio de Janeiro.

O Tira-caqui é um evento pensado como uma prática resultante da agricultura urbana desenvolvida no Maciço da Pedra Branca, na cidade do Rio de Janeiro, que concilia conservação da natureza e produção, relaciona consumidor e agricultor e afirma a existência da agricultura familiar neste território. A atividade principal e maior atrativo do evento é a colheita do caqui. Os participantes caminham até o sítio de um agricultor, onde ele explica como vive, como planta e como colhe o caqui, simultaneamente são realizadas outras atividades tais como: rodas de conversa e oficinas diversas.

Em 2018, aconteceu a 8ª edição do evento que foi realizado no Rio da Prata, no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. As atividades começaram com um café da manhã agroecológico partilhado e logo os grupos foram divididos entre os sítios São José e Sítio Santo Antônio da Família Pestana. Na chegada aos sítios foram ensinadas as práticas de colheita do caqui ao grupo. Destaca-se a participação de mulheres, jovens e crianças na colheita. Uma estudante de psicologia comentou “o tira caqui foi um contato direto com a origem do meu alimento, uma experiência de coletivo incrível e que me rendeu um dia cheio e com bons sentimentos” (AS-PTA, 2018)

O Tira caqui ocorre cada ano em uma vertente diferente da serra e tem como finalidade trazer consumidores, técnicos e agricultores para auxiliar os moradores na colheita do caqui, já que existe uma forte demanda de mão-de-obra para o trabalho. O evento também destaca a importância da agricultura da cidade, e que essa agricultura é saudável, tradicional e agroecológica.

Segundo o site da Associação Agricultura Familiar e Agroecologia - AS-PTA a atividade finalizou com um almoço, cheio de conversas e trocas. Ocorreu a feira agroecológica, com fartura de alimentos sem veneno, mudas de plantas e artesanatos.

O evento ofereceu oficinas de bem viver onde foram feitas práticas de cuidado com a saúde, oficina de culinária na roça, na qual os participantes aprenderam a fazer diversas receitas com o fruto do dia como o suco de caqui cítrico, *chutney* de caqui com vinagre de caqui e pasta

com molho de caqui. Além disso, aconteceu a roda de Contos de Causos na qual as histórias da região foram narradas, nela conhecemos mais um pouco da riqueza de saberes que existem na região. Seu Tiago, um dos agricultores que receberam a colaboração para a colheita, conta que seu pai que levou as mudas de caqui para o Rio da Prata e dele a cultura foi se espalhando pelos sítios. Aconteceu ainda a roda da juventude demonstrando que discutir sobre alimentação saudável e fortalecimento da agricultura na cidade ou no campo também é papel das juventudes. (AS-PTA, 2018)



Figura 4 - Folder do Tira Caqui disseminado na página do Facebook²⁴

O evento contou com 113 inscritos (pelo formulário virtual²⁵) de diferentes perfis, feirantes, integrantes de coletivos, de redes, de partidos e de movimentos sociais, pesquisadores, professores e autônomos, em sua maioria, moradores da cidade do Rio de Janeiro e alguns poucos de cidades do entorno. É importante ressaltar que a juventude agroecológica e os agricultores eram isentos do pagamento da taxa de participação, esses, segundo os dados gerados pelo preenchimento dos formulários de inscrição, compunham cerca de 11,5% do público do evento. Na ocasião, os participantes puderam escolher quais as oficinas que queriam participar, tendo também a opção de participar de todas desde que não houvesse choque de horários, com 67,3% das escolhas, a oficina mais disputada foi exatamente a atividade de

²⁴ Facebook Disponível em: <https://www.facebook.com/festadocaquiriodaprata/>. Acesso em: 10 Fev. 2018.

²⁵ Muitas pessoas fizeram inscrição na hora do evento. Pode-se ter uma estimativa do número de participantes, pelo número total de refeições servidas, 190 refeições.

colheita do caqui, logo atrás, com 7,1% das escolhas, três oficinas tiveram a mesma quantidade de pessoas interessadas, foram elas: a “Culinária na Roça”, “Contos e Causos” e a “Roda de Conversa das Juventudes”. (FERNANDEZ, PIMENTA e CLAUDINO, 2018)

Segundo Fernandez, et.al. (2018) para além do caráter simbólico do Tira-Caqui, ele também leva em sua idealização uma dimensão econômica como fim de contribuir com o agricultor, o evento nasce justamente da vontade de ajudar o produtor local por meio da colheita, apesar disso, hoje em dia, como contado pelos agricultores, não há um interesse de que a colheita seja enorme, pois há que se respeitar o ciclo de amadurecimento-colheita-venda a qual o caqui deve ser submetido, esse processo é feito com muito cuidado pelos agricultores que tem com a venda do caqui um período de maior lucratividade e que não pode ser conseguido em outra época do ano por dois motivos: 1º o caqui é um cultivo sazonal, 2º o outro cultivo que divide com o caqui o espaço de carro-chefe dos cultivos feitos no Maciço da Pedra Branca, é a banana, que por poder ser cultivada e encontrada o ano todo não tem a mesma valorização financeira que o caqui.

Desta forma, as autoras afirmam que o período de venda do caqui tem grande impacto econômico na vida desses agricultores que, para além do seu valor de troca, carrega em si um valor de uso que conecta pessoas e território, mostrando que é possível a coexistência de eventos como o Tira-Caqui em integração e respeito com a natureza e com os agricultores.

No Rio da Prata de Campo Grande também acontece a Festa do Caqui. A primeira edição aconteceu em 01 maio de 2014. Devido ao grande sucesso, a segunda edição contou com três dias de festa em maio de 2015. A Festa do Caqui é um Projeto Cultural organizado pela Agroprata – uma das três associações de agricultores do maciço da Pedra Branca. Neste dia é possível conhecer a prata da casa – o vinagre de caqui – e saborear, além do fruto in natura, o caqui-passa, a cocada de caqui e o doce de caqui entre outros quitutes. (DIAS, 2018)

De acordo com o site²⁶ do evento, a festa do caqui está em sua 4ª edição e contou com várias atividades como: sarau de poesia, música, lançamento de livros, exposição de fotografias das festas anteriores. O evento arrecadou meia tonelada de alimentos nessa edição. Os alimentos foram entregues a Associação Somar para serem distribuídos pela região.

²⁶ Mais informações no site: <<https://festadocaquiriodaprata.blogspot.com/>>



Figura 5- Banner da Festa do caqui retirado do site do evento.

A criação desta UC colaborou para que o conjunto de atributos associados ao rural adquirissem contornos cada vez mais associados à proteção da natureza e um estilo de vida mais saudável. Nesse sentido, mapeamos as duas iniciativas de turismo que estão se apropriando de valores relacionados ao “rural” elegendo como elemento em comum - o alimento. Por um lado, a iniciativa - Café da Roça- oferece o alimento pronto para o consumo. E por outro lado a iniciativa – Vivência no Campo – oferece a experiência de aprender a plantar, colher o alimento cru, como é feito no cotidiano dos pequenos agricultores.

Considerando que existem essas duas iniciativas de turismo, também existem duas explorações de memórias e construção de identidades: a do Café da Roça que associa ao rural, ao caipira e senso comum e iniciativa do Dia de Vivência realizada pela AGROPRATA, que evoca a ancestralidade pautada no uso da terra e das práticas de cultivo passadas através de gerações.

3.2.5 O “Café na Roça”

O “café na roça” consiste em um serviço de oferta de alimentos entendido como característico dos espaços rurais. Realizado em um sítio dentro dos limites do Parque Estadual

da Pedra Branca, o “café na roça” se apoia na memória coletiva de uma identidade rural e busca levar aos visitantes uma experiência gastronômica que rememora aspectos da ruralidade.

O Espaço Farol da Prata é localizado próximo ao polo gastronômico de Campo Grande ao lado de uma das entradas oficiais do Parque Estadual da Pedra Branca. Trata-se de um sítio que contém uma estrutura organizada, com um ambiente amplo, simples e aconchegante onde é servido o café da manhã da roça aos finais de semana.

O “café na roça” tem sido um sucesso de público. Antes os visitantes eram atraídos pela venda de produtos orgânicos ou pelos recursos naturais e cênicos do próprio Parque; atualmente o público já busca a experiência gastronômica e o “café na roça” alcançou o poder de atração por si, exatamente por associar a memória a uma culinária, tornando-o um produto específico.

No sítio podemos encontrar uma diversidade de alimentos que remetem à vida cotidiana na roça. “O estabelecimento oferece bolos, pães, sucos, seis opções de refeições, que inclui pratos como bife com batata frita e costelinha de porco feita na cerveja preta acompanhada de feijão, arroz, salada e batatas douradas, o preferido do proprietário Edson Paiva”. (O GLOBO, p.14. 2018)



Foto 2 Espaço Farol da Prata vista pela parte externa. Foto Simone



Foto 3 Sítio Farol da Prata - vista do interior do restaurante. Foto Paula Kreimer

O turismo vem se desenvolvendo na região, afirmou Paiva na entrevista realizada no dia 03 de dezembro de 2018 no seu próprio estabelecimento. O proprietário contou como foi a ideia de criar um local onde serve comida da roça:

Eu nunca pensei em fazer o café da roça, tenho 86 mil metros quadrados. A princípio, eu queria fazer uma grande horta orgânica e trazer a experiência da colheita aos visitantes. Mas aí com a ideia da feira orgânica veio muita gente a procura dos produtos e com esse potencial de crescimento em três anos, tive a ideia de fazer o café da roça. A vinda da Transcarioca trouxe diversas oportunidades para os produtores, já que pelo fato de existir a trilha dentro da área do Rio de Prata aumentou o fluxo de visitantes dentro da região. (PAIVA, 2018)

Paiva (2018) nos contou que recebe cerca de 400 a 450 pessoas para o café da manhã nos finais de semana e pode-se dizer que 10% dessas pessoas são as que fazem caminhada, mas que não conhece o modo de viver dos agricultores do Rio da Prata, muito menos sua cultura. É importante destacar que o Guia da Transcarioca indica o Espaço Farol da Prata como um dos atrativos principais do Parque estadual da Pedra Branca.

3.2.6 O Dia de Vivência na Roça

A iniciativa “O Dia de Vivência na roça” consiste no acompanhamento de um dia junto aos agricultores participando de suas rotinas. Manifesta-se através de roteiros que envolvem a visita através da “trilha histórica” em direção a distintas propriedades e plantações para que

os visitantes conheçam a cultura dos agricultores e assim, possam valorizar a história e a memória do grupo. Dentro desse o roteiro, Caseiro planeja inserir um almoço orgânico preparado com os alimentos colhidos pelos visitantes.

No dia 18 de agosto de 2018 entrevistamos Rita Caseiro, Diretora Executiva da Agroprata e idealizadora do “Dia de Vivência na Roça”. Perguntamos a ela se havia alguma iniciativa de turismo ligada à agricultura e ela respondeu:

Então, nós estamos implementando aqui um turismo. A trilha histórica, que a trilha contando a história do local. Nós temos vários resquícios da época da escravidão por aqui. Nós temos a escola de pedra, que essa escola antes de ser escola era senzala. A parte debaixo dela era uma senzala. Nós temos a Pedra do Índio, nós temos várias coisas que contam a história local, nós temos um jequitibá que tem sete metros e meio de diâmetro. (...). Estamos tentando fazer aqui já há bastante tempo, mas ainda não conseguimos, é criar um museu do agricultor, para contar essa história. Nós temos aqui algumas peças, algumas coisas antigas, por exemplo, um pedaço da fuselagem de um avião que caiu na serra. (...) E aí uma coisa que me preocupa, é assim, eu sei contar muitas histórias, porque eu ouvia muitas histórias da minha avó, do meu pai, dos meus tios e tal. Eu sei contar muitas histórias de muita coisa que aconteceu na região. Mas daqui a pouco eu não vou estar mais por aqui. E meus descendentes não vão saber disso? (CASEIRO, 2018)

Ao perguntar sobre o que ela acha sobre a ocorrência do turismo na região ela respondeu: “É, é algo que a gente não tem como evitar. Se a gente pudesse manter isso aqui só pra gente, seria ótimo. Por questões de preservação, de tudo, história, e tudo mais. Mas assim, ao mesmo tempo, é importante que a comunidade saiba que existem agricultores aqui, que essa história seja contada o maior número de vezes possível”. (CASEIRO, 2018)

4 CAPÍTULO – Memória, Identidade e Turismo

Neste capítulo demonstraremos como a memória e a identidade estão sendo construídas para e pela a atividade turística no Rio da Prata.

4.1 Entrelaçando Memória, Identidade e Turismo

O resgate da memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente de um determinado povo. Para isso é necessário que não deixe de relembrar, ir à busca das origens da sua história. A definição de memória, do latim *memoris*, filosoficamente é a capacidade de reter um dado da experiência ou conhecimento adquirido e trazê-lo à mente

sendo esta necessária para a constituição da experiência e do conhecimento científico. Toda a produção do conhecimento dá-se a partir de memórias de um passado que é consolidado no presente. Segundo Hilton Japiassú (1996) “A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSÚ, 1996, p.178.)

A *priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Entretanto, a memória pode ser entendida também, como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e sujeito a variações, transformações e mudanças constantes. (POLLAK, 1992.p.201)

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. (POLLAK, 1992.p.204)

Maurice Halbwachs (1990) faz distinção de “memória histórica” e “memória coletiva”. Se por um lado, a memória histórica supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado, por outro lado, a memória coletiva é aquela que recompõe o passado. (HALBWACHS, 1990.p.14).

A identidade cultural e a memória são recíprocas, ou seja, a identidade constrói-se através das memórias pessoais e dos testemunhos vivos, através do qual conhecemos as tradições, ritos, crenças e as experiências comuns de determinado povo. A identidade cultural é o que nos define, é o que nós somos, é o que nos diferencia uns dos outros.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, 204).

Nessa perspectiva, a memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis. (GONDAR, 2016.p.19)

Assim a partir das lembranças, principalmente dos mais antigos, é possível reconstruir e construir novas histórias dos lugares. Considerando que os lugares são ambientes onde seus

moradores exercem diferentes manifestações de caráter cultural, de produção de bens e identidade coletiva. É através da memória e da construção da identidade de um povo que o turismo pode aparecer com a ideia de preservar a cultura e fazer dela um atrativo turístico, onde geralmente quem procura este tipo de turismo tem como principal objetivo conhecer o patrimônio material e imaterial de determinada localidade.

O turismo deve reconhecer e valorizar o patrimônio histórico-cultural das regiões receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia com as tradições e os valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.

Leandro Figueiredo (2013) nos faz saber que a Constituição da República (BRASIL, 1988), nos seus artigos 215 e 216, impõe ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, com a valorização e a difusão das manifestações culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, em prol da diversidade étnica e regional (art. 215).

O patrimônio cultural brasileiro é definido como conjunto dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Dentre esses bens estão as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, ficando tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (art. 216).

Assim, é fácil perceber que os direitos dos povos tradicionais são direitos culturais e suas formas de expressão, seus modos de criar, fazer e viver, suas obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações são bens culturais. (FIGUEIREDO, 2013)

São as diferentes representações, inerentes ao universo local, que caracterizam a realidade do espaço, e, por isso, os “saberes e fazeres” das comunidades, além de ser a matéria-prima básica fortalece a representatividade das atividades rurais produtivas, que encontram no turismo, uma forma de valorização cultural e agregação de valor e renda. (ROQUE, SATO, 2018)

Desta forma, o elo existente entre turismo e cultura é notável uma vez que o primeiro se apropria das tradições, da arte e dos artefatos culturais. Mas não é só o turismo que se apropria da cultura o inverso também acontece, sendo que a cultura se apropria do turismo para formatar expressões culturais que permite o desenvolvimento do turismo baseado na identidade cultural de um povo. Surgindo assim um ramo do turismo específico voltado para a cultura. (BRITO, 2013)

Assim o turismo pode estimular os fatores culturais dentro de uma localidade transformando-os em recursos que atraem visitantes e favorecem o desenvolvimento turístico local. (FUNBIO, 2004)

4.2 As memórias e identidades evocadas nas iniciativas de turismo no Rio da Prata

Os processos sociais são as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e os grupos atuam uns com os outros, a forma como interagem e estabelecem relações sociais. Qualquer mudança proveniente dos contatos e da interação social entre os membros de uma sociedade constitui, portanto, um processo social. (OLIVEIRA; VANZELLA; BRAMBILLA, 2019.p.15). Analisando o caso do Rio da Prata por este ângulo, ou seja, pelos processos sociais que ali estão em andamento, nota-se que estes revelam aspectos que evidenciam mudanças culturais.

A despeito da condição de Área de Proteção Ambiental em que o Parque Estadual da Pedra Branca se insere em decorrência do destaque e do investimento do Poder Público em fomentar o uso público no local, a atratividade do Rio da Prata foi potencializada pela com a introdução da prestação de serviços relacionados à cadeia produtiva da alimentação, caracterizada pela crescente demanda turística motivada pelo alimento e a alimentação originados na atmosfera da “roça”. A noção de roça é bastante significativa neste contexto, pois evoca uma memória e uma identidade que estão sendo reconfiguradas pelo e para o turismo.

Nas entrevistas realizadas por esta pesquisadora no dia 18 de agosto de 2018, com os idealizadores da Feira Orgânica, Café da Roça, e Dia de Vivência, pudemos perceber como a memória e a identidade local são evocadas.

Caseiro (2018), idealizadora da Feira Orgânica e do Dia de Vivência evoca a memória dos primeiros habitantes do território: “A minha vó nasceu e morreu aqui dentro do parque. Ela

morreu com 92 anos, nascida e criada aqui. Filha de agricultores, neta de agricultores, sobrinha, etc. Nós somos descendentes de uma tribo indígena, que eram os Picinguabas, depois vieram os negros escravizados, os portugueses, os açorianos, italianos, etc. ”. E quando perguntada sobre o turismo que está ocorrendo afirma:

O turismo é algo que a gente não tem como evitar. Se a gente pudesse manter isso aqui só para a gente, seria ótimo. Por questões de preservação, de tudo, história, e tudo mais. Mas assim, ao mesmo tempo, é importante que a comunidade saiba que existem agricultores aqui, que essa história seja contada o maior número de vezes possível. (...) quando se fala “Meio ambiente”, as pessoas só pensam em plantas e animais, elas esquecem do ser humano que tá ali, que também faz parte, e assim, a nossa história aqui, não tem como você separar a história, a nossa história, da história do lugar. Somos uma coisa só. A gente nunca parou pra pensar quando é isso que isso aqui começou. Mas uma coisa é certa: nós queremos lutar para que nossa história seja preservada. (CASEIRO,2018)

Já Edson Paiva, proprietário do restaurante que promove o “Café na roça” nos conta que:

Eu nunca pensei em fazer o café da roça, tenho 86 mil metros quadrados. A princípio eu queria fazer uma grande horta orgânica e trazer a experiência da colheita aos visitantes. Mas aí com a ideia da feira orgânica [que acontece aos domingos em sua propriedade], veio muita gente a procura dos produtos e com esse potencial de crescimento em três anos, tive a ideia de fazer o café da roça. A vinda da Transcarioca também trouxe diversas oportunidades para os produtores, já que pelo fato de existir a trilha dentro da área do Rio de Prata aumentou o fluxo de visitantes dentro da região.... Eu recebo em um final de semana, em torno de 400 a 450 pessoas para o café da manhã e pode-se dizer que 10% dessas pessoas são as que fazem caminhada, mas que não conhece o modo de viver deles [os agricultores], muito menos sua cultura. (PAIVA, 2018)

Ambas as falas trazem elementos que remetem ao grupo cultural em estudo. Rita Caseiro menciona: “... quando se fala “meio ambiente”, as pessoas só pensam em plantas e animais, elas esquecem do ser humano que tá ali, que também faz parte, e assim, a nossa história aqui, não tem como você separar a história, a nossa história, da história do lugar.

Somos uma coisa só...” e Edson Paiva comenta: “...e pode-se dizer que 10% dessas pessoas são as que fazem caminhada, mas que não conhece o modo de viver deles [os agricultores], muito menos sua cultura...”. Analisando os dois trechos destaca-se a centralidade conferida pelos dois entrevistados à cultura imaterial e simbólica do grupo em todo o processo social que ali se desenrola. Paralelamente, os trechos chamam a atenção pelo fato do turismo ser percebido como possibilidade de visibilização de um “modo de vida”, de uma identidade.

Pereiro (2009) discorre sobre como a Antropologia em pensamento o Turismo e apresenta algumas perspectivas. Uma dessas perspectivas segundo Pereiro é a do turismo interpretado como uma relação de intercâmbio entre turistas e receptores de turistas. Nesta concepção, o turismo é um veículo de intercâmbio cultural entre pessoas e grupos humanos, entre “nós” e “outros”. Nesta linha de raciocínio, o autor anteriormente citado afirma que turismo seria um encontro entre culturas e sistemas sociais que provoca mudanças. No caso do Rio da Prata, a mudança tem o turismo como propulsor e o alimento como mote. Naquele contexto, o turismo se apresenta como um elemento relevante na reconstrução identitária do grupo, pois na medida em que a identidade se constrói através do contraste, na relação com “o outro” (CUCHE, 2002) e o turista representa, de modo geral, esse “outro”, sempre presente. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2019.p.2), a identidade que eles estão buscando divulgar é a que se atrela a uma memória da trajetória rural e forjada nos distintos ciclos agrícolas pelos quais a região passou.

Dentro do contexto da memória e da identidade, analisamos as iniciativas descritas nesta dissertação, a do “Café da Roça”, a do “Dia de Vivência na Roça” e a dos “Eventos do Caqui”. Essas ações que ganharam vulto na vertente do Rio da Prata, do Parque Estadual da Pedra Branca e têm como elemento primordial em comum - o alimento.

Enquanto, no “Café na Roça” e na “Festa do Caqui” o alimento é oferecido aos visitantes na forma de refeições prontas ou beneficiados artesanalmente, no “Dia de Vivência” e no “Tira Caqui” o alimento é oferecido cru, na realidade o que se está sendo ofertado é a experiência de plantar e/ou colher os alimentos orgânicos agregando as técnicas agrícolas cotidianas passadas através de gerações.

Nas práticas do atual turismo a comida, além da importância que sempre teve como serviço de apoio à atividade, tem se transformado em atrativo turístico, um elemento central no desenvolvimento dos destinos. Nesse processo tem sido acionada como patrimônio cultural, contribuindo na construção da identidade cultural. As construções sociais de patrimônio e

identidade são vistas aqui como em relação dialógica. A identidade de um grupo se constrói em relação a um patrimônio cultural, que por sua vez é relacionado com a construção identitária (CUCHE, 2002 apud FERREIRA; OLIVEIRA, 2019.p.3).

Embora o alimento seja o atrativo, a memória e a identidade do grupo fazem parte do produto turístico local e isso se torna evidente justamente por haver uma preocupação que vai além da qualidade comercial, reside em um saber fazer específico, o saber-fazer que caracteriza o saber local, o saber da “roça”. Edson relatou que a mão de obra para atender à exigência inerente ao valor cultural que se imprime ao “sabor da roça” é difícil e complicada, *“imagine você se o cozinheiro faltar, você tem que cair dentro, por que tudo que você montar na sua vida você tem que saber fazer. Como já aconteceu. A galinha a costela, tudo quem faz sou eu, por que eu brigo muito para que os alimentos sejam preparados sempre da mesma maneira, para manter um padrão que é o da comida da roça (...) e às vezes o cozinheiro faz da cabeça dele”*. Nesse sentido, Ferreira e Oliveira (2019.p.4) corroboram quando afirmam que além do seu poder como atrativo e como elemento mobilizador de memórias e aglutinador do grupo, a preparação de alimentos para o turismo representa um saber- fazer de maior acesso às populações locais.

O empresário também diz que o turismo será a salvação dos agricultores, pois a produção orgânica em pequena escala está ameaçada por não ter como competir com os grandes produtores e que em breve vão comercializar também os orgânicos nos grandes supermercados.

Tomara que o grande produtor não consiga, mas acho que o grande produtor não vai deixar de entrar nesse mercado que está em plena expansão. O turismo seria uma melhor forma de ganho. Por que nós não podemos fazer um turismo com a plantação de caqui? Para mostrar a dificuldade do agricultor, o desgaste do agricultor de colher com a mão, transportar os caquis no lombo do burro, descer 1h/1h30min e vender um lote por 1,50 reais”. As pessoas precisam conhecer esse sacrifício dos agricultores para valorizá-los. (...) Os temas da história e da memória situam-se no centro de muitas discussões, porque vivemos numa cultura que tem dificuldades especiais com o seu passado”. (Paiva, 2018)

Atualmente, o turismo segue latente no Rio da Prata como uma estratégia de competição dentro de um mercado de alimentos que lhes é desfavorável e assim, buscam fortalecer uma memória associada a identidade rural desse grupo. Neste processo, promovem a relação entre

“nós e outros”, não só reafirmando a identidade do grupo, como também a legitimando. Não por acaso o que está sendo evidenciado é a ruralidade e não a identidade quilombola certificada recentemente pelo Poder Público. Tudo isso porque existe viva na memória coletiva local toda uma construção identitária enquanto espaço de produção agrícola, espaço rural.

Portanto, no grupo estudado, a herança cultural, assentada no que podemos denominar como patrimônio alimentar do grupo constrói uma ponte entre o passado e o presente e vincula-se às identidades sociais, pois, para existir, precisa ser reconhecida pelo grupo. Deste modo, é uma construção social, situada no tempo e no espaço, em que elementos da cultura são selecionados a partir de interesses específicos e, por isso mesmo, está sempre em transformação (ESPEITX, 2004. Apud FERREIRA; OLIVEIRA, 2019.p.13).

4.3 Os jovens do Rio da Prata e as memórias sendo esquecidas: o relato da Oficina de Memória, Identidade e Turismo.

Através das entrevistas aplicadas nos atores do Rio da Prata, pudemos concluir que há um receio por parte dos empreendedores locais no que tange ao “esgarçamento” da memória que está sendo evocada, pois de acordo com eles, os jovens da região, não se reconhecem como integrantes daquele grupo. Assim sendo, por ocasião da reflexão acerca do produto técnico que poderia dar conta da proposta dessa pesquisa, considerando a preocupação dos entrevistados optamos por produzir uma oficina junto aos jovens para entender suas percepções e representações acerca do Rio da Prata e do grupo de agricultores que residem lá.

Deste modo, decidimos realizar uma oficina no intuito de fazer um resgate histórico-cultural dos agricultores do Rio da Prata, abordar a íntima relação dos antigos moradores da comunidade com a natureza e seus recursos, a maneira simples e acolhedora de viver, o espírito religioso, entre outros valores a fim de confrontá-los com os desafios culturais e ambientais contemporâneos.

O público escolhido são os jovens de 16 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social em seu desenvolvimento sociocultural, estudantes do CIEP – Brizolão 165 - Brigadeiro Sérgio

Carvalho fundado em 1993, situado na Estrada do Lameirão Pequeno, s/n, no Bairro de Campo Grande, cidade do Rio de Janeiro. A escola foi indicada pela nossa interlocutora profa. Alice Franco, que ministra aulas no local e conhece os alunos.

A campanha de divulgação da oficina iniciada no dia 22/10, foi feita através do compartilhamento via *WhatsApp* de um cartaz com a chamada para a oficina, simultaneamente a professora Alice Franco²⁷, percorreu as salas de aula explicando o evento e inscrevendo os interessados, com a coleta dos nomes e dos contatos dos alunos. Nesta fase, conseguimos inscrever 27 participantes, no entanto, até o dia do evento só tínhamos sete inscritos no site (www.doity.com.br) que foi desenvolvido especificamente para esse fim.



Cartaz de divulgação da Oficina. O cartaz apresenta uma imagem de um homem montado em um cavalo em um ambiente rural. O texto principal anuncia: "Dia 09/11 iremos nos reunir em um evento muito especial na sua escola." Abaixo, há uma saudação: "Olá estudante que vem de família ligada à agricultura no Rio da Prata. Essa oficina é para você!" O cartaz também anuncia um "Sorteio do Livro" e mostra a capa do livro "ZONA OESTE REVISITADA". O logotipo da UNIRIO está presente no canto superior direito. No rodapé, há informações de inscrição: "Faça sua inscrição no site e saiba mais sobre a programação: <https://doity.com.br/oficina-de-memoria-identidade-e-turismo-no-rio-da-prata>" e "Inscrições limitadas. A sua participação é muito importante." No canto inferior esquerdo, há o texto "Ficou com dúvida?" e um ícone de e-mail com o endereço "oficinamemoriaturismo@gmail.com".

Figura 12 - Cartaz de divulgação da Oficina

²⁷ Professora do Centro Integrado de Educação Pública 165 - escreveu uma dissertação para a Universidade Rural do Rio de Janeiro, levantando questões ligadas à memória social do Rio da Prata. Alice também participa do núcleo de Meio Ambiente da Pastoral da Igreja, conduzindo o grupo de estudos sobre o meio ambiente, além de participar de movimentos da agroecologia e reconhecimento do quilombo da Bilina do Rio da Prata.



Figura 13 -Layout do site para inscrição na oficina

Para apoiar a oficina, utilizamos um processo participativo, conhecido como World Café, uma proposta metodológica que tem o diálogo como elemento chave da dinâmica. É uma metodologia de conversa em grupo bastante utilizada em todo o mundo. Criada por Juanita Brown e David Isaacs, em 1995 na Califórnia/EUA, a técnica é muito útil para estimular a criatividade, explorar temas relevantes para o grupo e criar espaço para que a inteligência coletiva possa emergir. (BROWN, 2007)

O processo é aparentemente simples e tem uma grande capacidade de trabalhar a diversidade e complexidade no grupo. Trata-se de um processo de diálogo em grupos, que pode levar de algumas horas a alguns dias, nos quais participantes se dividem em diversas mesas, e conversam em torno de uma pergunta central.

Uma das premissas básicas do World Café é que todos têm conhecimento para compartilhar. Cada um traz consigo seu leque de histórias, perspectivas, sonhos, ideias e sabedorias. Neste sentido, a metodologia tornou possível enfatizar a uma visão sistêmica, por meio de conversas baseadas na horizontalidade e na colaboração.

O procedimento, em síntese, foi organizado de forma que as pessoas circulassem entre os diversos grupos e conversas, conectando e disseminando as ideias, tornando visível a inteligência e a sabedoria do coletivo. Ao final do processo fez-se uma colheita das percepções

e aprendizados coletivos. A dinâmica propiciou uma enorme interação entre os participantes, com a troca de conhecimentos e de conteúdos construídos coletivamente.

No dia do evento, dos sete confirmados através do site, só três alunos compareceram. Para que a oficina pudesse acontecer tivemos que considerar a participação de estudantes que não são de famílias de agricultores e que não moram no Rio da Prata. Requisitos que delimitava o nosso público-alvo. Conseqüentemente, a nossa interlocutora foi até as salas de aula do turno da tarde da escola e conseguiu recrutar 12 alunos a mais, ou seja, conseguimos 15 alunos.

O evento que a princípio estava marcado para acontecer no auditório da escola, foi transferido para a sala de leitura, no intuito de tornar a dinâmica mais confortável. Foi ofertada uma mesa com biscoitos, sanduíches, sucos e café para que a sala tivesse uma atmosfera acolhedora e descontraída.

A oficina foi iniciada às 14 horas com uma dinâmica de apresentação com o objetivo apresentar e integrar os participantes. Utilizamos uma bola pequena vermelha que ao ser jogada nas mãos dos colegas eles teriam que se apresentar e procurar falar o que sabe sobre a origem e a motivação que seus pais tiveram para lhe dar o seu nome.



Figura 14 Alunos participando do World Café

Após a apresentação, dividimos os alunos em três mesas, cada uma com cinco alunos. Foi dada a explicação sobre a dinâmica do World Café²⁸, no entanto, eles não entenderam a dinâmica com a primeira explicação, então resolvemos começar o processo para que eles aprendessem fazendo. Foi escolhido livremente um “anfitrião” para cada mesa, que permaneceu fixo na mesa enquanto os outros alunos trocavam de lugar livremente entre uma rodada e outra.

O anfitrião tinha o papel de atualizar os novos convidados sobre os principais pontos discutidos em cada rodada, e para isso foram disponibilizadas nas mesas as canetinhas coloridas, post-its e uma cartolina para ser preenchida com as informações. Todas as pessoas (não só o anfitrião) foram incentivadas a escrever, desenhar e rabiscar as ideias na cartolina e post-its ao decorrer das conversas.

Todas as rodadas de perguntas foram apresentadas através do *datashow* para que todos pudessem ler as perguntas quantas vezes fossem necessárias. A duração de cada rodada foi em média de 15 a 20 minutos. Já na primeira rodada notamos que os alunos estavam à vontade, motivados e dialogando com interesse. Abaixo seguem os três painéis com as “colheitas” formadas com as rodadas de perguntas e respostas.

²⁸ De forma bem resumida, o processo é organizado de forma que as pessoas circulem entre os diversos grupos e conversas, conectando e disseminando as ideias, tornando visível a inteligência e a sabedoria do coletivo. As ideias-chaves são anotadas na cartolina da forma como os alunos julgarem melhor. Terminado o tempo da rodada, em torno de 15 a 20 minutos, os alunos da mesa exceto um, deverão mudar para outras mesas diferentes. Aquele que permaneceu na mesa (o anfitrião) tem a responsabilidade de receber os novos companheiros, apresentar o que foi sintetizado na cartolina e estimular que sejam compartilhadas as conversações experimentadas nas outras mesas. Nesse momento se inicia o processo de polinização cruzada, que acontece durante todas as rodadas do “World Café”. Esse conteúdo deve ser incorporado ao registro daquela mesa. Terminada aquela rodada novamente os participantes, menos um, mudam de mesa e, dependendo do objetivo da conversação, continuam na mesma questão ou recebem um novo detalhamento ou um novo foco, como foi o caso da Oficina em questão.

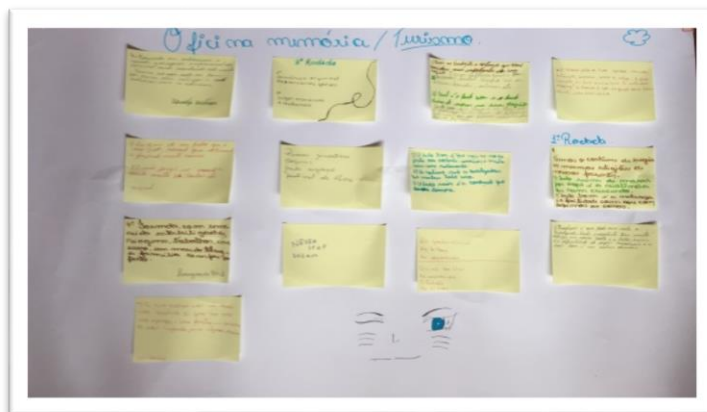


Figura 15 - Colheita 1

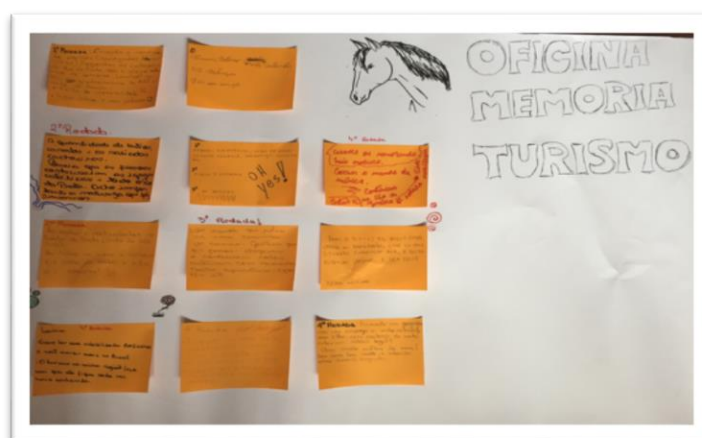


Figura 16-Colheita 2



Figura 17-Colheita 3

4.3.1 Síntese da Análise das perguntas

Na primeira rodada a intenção das perguntas foi de conhecer e nivelar o conhecimento cultural levantando informações sobre as tradições e costumes da região, bem como o nível de

enraizamento²⁹ dos alunos em sua comunidade. A cavalgada e atividades relacionadas a criação e montaria de cavalos, baile funk, fazer festas em família, sair em grupos nos finais de semanas para bares e restaurantes da região foram as atividades eleitas por eles.

O local, enquanto elemento intrínseco da pertença e enquanto categoria analítica aqui trabalhada é a comunidade de Campo Grande (principalmente o Rio da Prata e arredores), onde os alunos podem desenvolver o sentido comunitário ou o sentido de individualismo. O argumento central da pergunta sobre o lado bom e lado ruim de morar na região está centrado no sentido de pertencer, isto é, se sentir parte do local onde mora. A natureza, as cachoeiras e a tranquilidade foram os elementos mais citados pelos alunos como o lado bom de viver na região. O lado ruim apareceu a crescente violência, a segurança (que é feita pela milícia), a falta de acessibilidade e de serviços de transportes eficientes.

Na segunda rodada, investigamos se os alunos acham que o local onde moram tem atrativos que podem induzir fluxos de visitantes, quais os elementos são prováveis “atrativos” e o que é interessante ser conhecido pelas pessoas “de fora”. As cachoeiras, as festas (São Jorge), e as pessoas (simpáticas) foram consideradas como elementos que podem atrair os visitantes.

As rodas culturais com música, teatro, agricultura, esportes, trilhas, cachoeira, sítios e igrejas católicas locais são os elementos que eles gostariam que as pessoas conhecessem na região. Nota-se que a agricultura apareceu como um elemento que eles querem que seja reconhecido pelas pessoas “de fora”. E que o Parque Estadual da Pedra Branca não foi citado nenhuma vez, entretanto, podemos inferir que ao falarem das cachoeiras e trilhas eles estão se referindo ao Parque, mas sem citar o nome.

A terceira rodada visou analisar o conhecimento sobre as principais atividades econômicas da região sob a ótica dos alunos. O comércio, comércio informal, extração de água, produção e venda de produtos orgânicos, turismo foram as atividades elencadas por eles. Nessa rodada investigamos também como os alunos gostariam que o local onde moram fosse conhecido pelos visitantes. Pudemos perceber que eles têm um elo afetivo com a região quando

²⁹ Enraizado no sentido de se sentir pertencente, ter raízes, se reconhecer na história de sua comunidade, orgulho de ser e pertencer; relação afetiva com o lugar, gostar do local onde mora.

falam que gostariam que o lugar fosse reconhecido como um lugar bom de morar, tranquilo, com a natureza por toda parte, um lugar que faz você se sentir bem.

As perguntas da quarta rodada tinham o objetivo de fazer uma prospecção da visão do futuro. Eles citaram a constituição de família, emprego estável, algumas profissões (advogado, psicólogo, escritor, musicista, entre outros). Alguns alunos cogitaram viver fora do Brasil. Nenhum aluno citou o turismo como uma possibilidade profissional no futuro. Na outra pergunta tentamos provocar uma reflexão sobre o turismo local, perguntando se o turismo poderia ser bom para a região, no entanto somente três alunos disseram que sim, mas não souberam explicar o porquê.

4.3.2 Palestra – Memória, Identidade e Turismo

Dentro da programação do evento inserimos uma palestra proferida pela Profa. Dra. Maria Amália Oliveira com o objetivo de conectar as ideias debatidas durante a dinâmica e fazer um panorama geral sobre a memória social, explicando como as memórias são eleitas e por quem elas são escritas.



Figura 18 - Palestra sobre memória e identidade com a Profa. Dra. Maria Amália Oliveira

Logo após, fizemos o sorteio de duas unidades do livro *Zona Oeste Revisitada*, escrito pela palestrante e propomos aos alunos a participar da fase seguinte da oficina. O evento teve seu encerramento às 16h30min.

4.4 Resultados da Oficina

A dinâmica atingiu seus objetivos provocar reflexões, agregar valores e conhecimento sobre a cultura, a memória, e identidades locais. Trazendo como ponto focal o processo de “turistificação” da região e suas consequências para a comunidade local. Além de levantar o questionamento sobre como eles (os jovens) se “enxergam” e quais são suas perspectivas para o futuro dentro (ou fora) comunidade.

Através da oficina pudemos promover uma reflexão em conjunto sobre memória social dialogando com a realidade atual e com traços identitários de maneira particularmente ligada a história da região de Campo Grande e o Rio da Prata.

Considerando a baixa adesão dos inscritos na oficina, permitimos a participação de alunos que não se encaixavam nos pré-requisitos (ser de família de agricultores e morar no Rio da Prata) estabelecidos inicialmente. Apesar do público-alvo não ter sido o que foi estabelecido no planejamento da oficina, conseguimos reunir alunos interessados nas temáticas abordadas. Somente três alunos estavam de acordo com os pré-requisitos estabelecidos anteriormente.

A dinâmica propiciou além da interação entre os participantes, a troca de conhecimentos, onde cada aluno pode expor as suas ideias e fazer conexões com outras ideias e assim puderam iniciar novas discursões. Essa troca é chamada de “polinização de ideias”. A polinização cruzada de ideias é considerada uma parte padrão do World Café, e funciona da seguinte maneira: à medida que as pessoas se movem de uma mesa para outra compartilhando as ideias, os temas comuns e *insights* que têm aplicação básica, tendem a emergir naturalmente. “Algumas vezes não são as pessoas que se movem e sim as ideias”. (BROWN, 2007.p.138). Nesse sentido, pudemos encorajar a reflexão sobre os temas sugeridos por meio das conversações baseadas na horizontalidade e na colaboração.

Para a segunda etapa³⁰ da oficina, foi solicitado aos alunos que fizessem vídeos (através de *smartphones*) de no máximo 3 minutos sobre a memória de alguém da família, de preferência dos anciões da comunidade do Rio da Prata ou de sua comunidade. Solicitamos também poesias, desenhos, fotografias de objetos ou de uma paisagem que remeta a cultura e a tradição local. Além do convite, para participar dessa segunda etapa, feito em sala de aula foi encaminhado um e-mail para cada aluno que estava presente na oficina para informar data limite para enviar o material coletados por eles. Infelizmente, não tivemos adesão e não recebemos nenhum material, o que inviabilizou a parte final da oficina.

³⁰ A segunda etapa da oficina consistia em analisar e separar em conjunto com os alunos alguns vídeos e imagens que mais se aproxima do modo de vida tradicional da comunidade. A ideia era criar um produto escolhido por eles, podendo ser um filme curta metragem, ou uma exposição.

4.5 Produto técnico

O Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, se enquadra na proposta de ser um mestrado profissional com o objetivo de qualificar os profissionais para orientar o processo de criação, implementação e avaliação de políticas públicas relativas ao desenvolvimento do turismo em áreas protegidas e de relevante interesse turístico.

O curso está voltado para o mercado profissional, além do acadêmico, sendo necessário produzir um tipo de conhecimento cuja aplicação destine-se diretamente a resolução de uma questão concreta inserida no cotidiano de distintos grupos sociais ou organizações profissionais.

A pesquisa de campo realizada no Rio da Prata nos dias 03/12/2017, 18/08/2018 e 09/11/2018, juntamente com a aplicação da Oficina de Memória, Identidade e Turismo, oferecida aos alunos do ensino público da região estudada foram fundamentais para a escolha do produto que configura esse conhecimento. O produto escolhido foi a produção de um vídeo educacional que apresente a história e a memória do Rio da Prata e de sua comunidade de agricultores de alimentos orgânicos, além de mostrar os atrativos locais e o turismo que se encontra latente na região.

Pudemos perceber nessa jornada com os jovens, que a memória e a identidade local estão sendo esquecidas e dissolvidas na cultura hegemônica. O turismo que acontece no Rio da Prata não tem o protagonismo e nem a participação desse público que desconhece o potencial que a região oferece. Nesse sentido, essas questões nos levaram a idealizar a produção de um vídeo educacional no intuito de ajudar a promover o local e a sua cultura singular.

Atualmente, a sociedade está fortemente marcada por tecnologias e por imagens. O computador, às vezes mesmo de maneira não visível, está no dia a dia de cada cidadão. Entretanto, em uma sociedade na qual as fontes de informação se multiplicam em uma velocidade avassaladora, a escola parece ainda insistir que cabe somente ao professor ser a fonte de todo o saber que o aluno deverá ter. Assim, em pleno século XXI, estamos fazendo uma educação do século XIX, tendo como apoio principalmente dois instrumentos: as cordas vocais dos professores e o quadro. Dessa forma, é de se esperar que a escola se reinvente e a integração do audiovisual, no contexto da educação, se mostra de fundamental importância para a prática pedagógica.

O termo “vídeo” ganhou uma grande abrangência, chama-se também de vídeo uma gravação de imagens em movimento, uma animação composta por fotos que resultam em uma imagem animada, e principalmente as diversas formas para se gravar imagens. O uso de recursos audiovisuais faz parte das práticas comunicativas e interativas da sociedade contemporânea e representa muitas possibilidades de absorção desses recursos no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem. Podemos atribuir ao poder da linguagem audiovisual uma máxima muito conhecida de que “uma imagem vale mais que mil palavras”.

Segundo Santos e Kloss (2010) a utilização de vídeos permite mostrar e informar por meio de imagens e sons dos mais variados tipos, agregando alternativas de tempo e disposição para apreciar; envolve aparato tecnológico relativamente barato, de fácil acesso e ampla disseminação. Esses autores afirmam também que o uso do vídeo auxilia no desenvolvimento de aulas mais interessantes, evitando a monotonia.

Morán (1995) afirma que o vídeo ajuda o professor, atrai os alunos, mas não modifica substancialmente a relação pedagógica. Aproxima a sala de aula do cotidiano, das linguagens de aprendizagem e comunicação da sociedade urbana, e também introduz novas questões no processo educacional. O vídeo está intimamente ligado à televisão e a um contexto de lazer, de entretenimento, que passa imperceptivelmente para a sala de aula. Vídeo, na concepção dos alunos, significa descanso e não "aula", o que modifica a postura e as expectativas em relação ao seu uso.

Nesse sentido, é preciso aproveitar essa expectativa positiva para atrair o aluno para os assuntos do planejamento pedagógico do professor, que ao mesmo tempo, precisa prestar atenção para estabelecer novas pontes entre o vídeo e as outras dinâmicas dentro da sala aula.

O vídeo parte do concreto, do visível, do imediato, do próximo, que toca todos os sentidos. Mexe com o corpo, com a pele - nos toca e "tocamos" os outros, que estão ao nosso alcance, através dos recortes visuais, do *close*, do som estéreo envolvente. (...) O vídeo é sensorial, visual, linguagem falada, linguagem musical e escrita. Linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não separadas. Daí a sua força. Somos atingidos por todos os sentidos e de todas as maneiras. O vídeo nos seduz, informa, entretém, projeta em outras realidades (no imaginário), em outros tempos e espaços. (MORÁN, 1995)

Podemos ressaltar a utilização de vídeos como apoio importante à fala de professores e educadores. Alguns aspectos merecem ser observados pelos professores em relação aos

recursos audiovisuais: linguagem, gênero, contexto, nível das ideias enunciadas em relação ao desenvolvimento cognitivo dos alunos. (PADILHA; SUTIL; FEISSER MIQUELIN, 2013)

Dentro do planejamento de uma aula potencialmente significativa, as ideias já existentes nos sujeitos constituem o ponto de partida. Em torno delas se estruturam as estratégias para aquisição, assimilação e retenção de novos conhecimentos. O professor necessita considerar estratégias de ensino com os vídeos para promover esses diversos processos envolvidos na aprendizagem. Poderá exibir um vídeo e depois solicitar aos sujeitos que verbalizem o que compreenderam. No caso de o professor perceber que nem todos os indivíduos apreenderam os conceitos necessários, pode apresentar novamente a mídia, mas, chamando a atenção dos expectadores para os principais pontos. Depois da visualização, pode questionar os estudantes, para verificar se eles compreenderam os enunciados fundamentais necessários para a compreensão do tema. (PADILHA; SUTIL; FEISSER MIQUELIN, 2013)

De fato, o vídeo é uma ferramenta didática capaz de propiciar aulas dinâmicas diversificadas. O uso do vídeo não pode ser resumido no sentido de proporcionar novidades e diversidades nas aulas. Sua utilização e estruturação devem ser pensadas como uma ferramenta para uso didático. “O termo “didático” define sua especificidade e finalidade, e parece ser o termo preferível, quando nos referirmos a um material feito especificamente para apoio das atividades didáticas, embora saibamos que, a rigor, qualquer vídeo pode ser utilizado para esse fim. O termo didático parece subentender que alguma ação será realizada com ele ou a partir dele”. (GOMES, 2001.p.6)

Isto implica em situações em que o profissional deve sempre ir à busca de conhecimento que o ajudará a adaptar-se às novas exigências. Dentro dessa perspectiva, os professores e/ou educadores (as) têm como desafio incorporar esses recursos como possíveis reforçadores no processo ensino e aprendizagem de maneira mais atrativa e eficaz através de práticas inovadoras que proporcionem mais qualidade na educação.

Em relação ao aluno, Carneiro (2002) comenta que o vídeo parece ainda ter dificuldade de distanciar-se da visão do aluno como sujeito passivo – tal como um telespectador no sofá – negando-lhe participação e interação, num processo que Férres (1996) chama de “pedagogia do enquanto”. Nela, o vídeo refere-se a situações tradicionais de comunicação em sala de aula, adota um discurso professoral, autoritário, verticalizado, reproduzindo, em muitos casos, a comunicação tradicional entre professor e aluno, na qual a relação pedagógica consiste em

explicar o mundo a alguém que não sabe referenciado pelo saber constituído. A autora ainda reforça que se os recursos da linguagem audiovisual forem bem utilizados, um vídeo pode ser atrativo, despertar e prender a atenção do aluno pelo tema abordado, promover a aprendizagem e auxiliar na construção do conhecimento. (GOMES, 2001)

Dentro desse contexto, a seguir iremos prosseguir com o planejamento do vídeo utilizando quatro perguntas orientadoras:

Para que? O vídeo será feito com o objetivo de informar os jovens sobre a memória e cultura do Rio da Prata, enaltecendo os atrativos locais e assim ajudar a elevar a autoestima dos moradores locais.

Para quem? O vídeo educacional será produzido para os jovens estudantes de escolas públicas e pessoas interessadas no assunto.

Onde? O vídeo será divulgado através das redes sociais, em canais gratuitos de exibição de vídeos e e-mails direcionados para as escolas da rede pública local.

Como? Será feita cuidadosamente a escolha de imagens e fotografias de domínio público e do acervo construído pela pesquisadora e seu grupo de estudo para compor os temas a serem abordados no vídeo.

A partir das respostas a estas perguntas orientadoras foi possível pensar no desenvolvimento do vídeo. O desenvolvimento do vídeo ocorreu em três fases: pré-produção, produção e pós-produção. Na fase de pré-produção, foi construído um roteiro, que consiste em um importante passo para guiar a produção. O roteiro é também chamado de *script* ou escopo de vídeo, tem como função organizar o vídeo. (Vide tabela 1)

4.6 Criação do Roteiro

O texto foi escrito na ordem cronológica de acontecimentos importantes no território, abordando os primeiros habitantes e as primeiras modificações territoriais que ocorreram de acordo com os principais ciclos econômicos no passar do tempo, em seguida mostramos a atividade agrícola na região e os principais produtos cultivados. A ênfase será nos agricultores de produtos orgânicos e seu cotidiano. Seguiremos o desenvolvimento do texto com a exposição dos atrativos locais, chamando a atenção para os recentes eventos do caqui, que estão fortalecendo a memória e identidade rural dessa comunidade. A conclusão é um apanhado geral

do que mostramos junto com uma chamada para a ação, para valorizar a memória e identidade. Divulgar o filme incentivando a participação ativa dos jovens no território.

Depois de escrito o texto, as imagens foram selecionadas e por fim gravado o áudio e escolhida a música de fundo. A música foi escolhida de acordo com o tema do vídeo com o intuito de criar uma atmosfera envolvente. A produção do vídeo em si, foi feita com auxílio dos softwares *Adobe Premiere* e *After Effect*.

A pós-produção refere-se à revisão e análise do conteúdo final bem como o planejamento da publicação e divulgação do vídeo. É o momento de colocar todas as imagens, na ordem em que aparecem no roteiro do vídeo. A intenção é refinar o material, e selecionar apenas os melhores trechos criando uma narrativa coerente. A inserção de uma legenda também é feita nesse momento e tem como objetivo aumentar o alcance do vídeo, incluindo as pessoas com deficiência auditiva.

A última etapa da pós-produção é publicar e divulgar o conteúdo. Depois de exportar o vídeo do software, escolhemos as plataformas de hospedagem mais adequadas para os nossos objetivos de divulgação, o *facebook* e *YouTube*. A divulgação será feita via e-mails que serão direcionados para pessoas-chaves das escolas e comunidade.

A divulgação também poderá ser feita na escola através de um evento de lançamento com uma programação aliada a outras atividades como uma exposição e/ou uma palestra sobre o tema memória, identidade e turismo no Rio da Prata. O título do filme também pode ser dado pelos alunos através de uma enquete após assistirem ao conteúdo. Espera-se que o vídeo possa servir de auxílio na prática pedagógica das escolas públicas e particulares da região do Rio da Prata e que seja disseminado com o objetivo de apresentar a região e atrair mais visitantes.

4.6.1 Roteiro do Vídeo: O Ser - tão Carioca

	<i>Voice Over</i> ³¹	Imagem	Texto escrito	<i>Background</i> ³²
Introdução	<p>As margens de uma das maiores florestas urbanas do mundo, o Parque Estadual da Pedra Branca, existe um lugar chamado, Rio da Prata, também conhecido como sendo parte do sertão carioca. “Sertão carioca” é como era chamada a Zona Oeste do Rio até os anos 1950 e Foi esse o título de um livro publicado em 1936 pelo autor Magalhães Corrêa que fez um retrato geográfico da antiga zona rural carioca</p> <p>O Rio da Prata é um Sub-bairro de Campo Grande e se localiza na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Esse lugar existe entre a memória coletiva de uma coexistência secular com os recursos naturais e uma nova ordem que a especulação imobiliária e a urbanização persistem em atestar. Neste lugar ainda encontramos uma cultura cabocla e rural, essencialmente carioca. Este é um filme sobre este lugar, sobre o seu povo, sobre a sua cultura.</p>	<p>Imagens da entrada do PEPB,</p> <p>Imagens da vista da Floresta e a urbanização</p> <p>Imagens de caboclos e agricultores</p>	<p>Existe Sertão no Rio de Janeiro?</p> <p>Tem sim senhor!</p> <p>Localização</p> <p>Cultura Rural X Urbana</p>	Música de fundo – sertão
Introdução	<p>No Rio da Prata já morou índios, negros escravizados, fazendeiros, agricultores muito antes de parte de seu território virar uma unidade de conservação de proteção integral, em 1974.</p> <p>Bem lá no começo da história, quando os portugueses invadiram o Brasil, essas terras passaram a pertencer à grande Sesmaria de Gericinó, que foi doada a João de Bastos e Gonçalo D’Aguiar. Pouco antes de 1670, essa área foi doada pelo governo colonial a Barcelos Domingues e, em 1673, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, marco histórico da ocupação territorial do local.</p>	<p>Foto de Índio, negros escravos, agricultores</p> <p>Igreja Nossa Senhora do Desterro</p>	<p>Texto –</p> <p>O território virou Parque</p>	

³¹ O *Voice Over* também é referente às vozes na cena, mas, ao contrário do *Off Screen*, é inserido quando ouvimos a voz de alguém que não está visível e nem presente na cena fisicamente, como um narrador, por exemplo.

³² *Background* em roteiros é uma expressão utilizada para se referir aos sons, mas pode ser usada para cenário e outras inserções. *Background* é aquilo que está no fundo, que tem menos destaque na cena em relação a outros elementos. Uma música em *background*, por exemplo, é aquela que quase não se ouve e que fica realmente no fundo, dando lugar de destaque para outros elementos como a voz.

desenvolvimento	<p>O local passou por vários ciclos econômicos como a cana de açúcar, carvão e do café. No século XIX, nos anos 1930 e 1940, Rio da Prata viveu intensamente o ciclo da laranja, chegando a exportar toneladas da fruta o que lhe rendeu o título de citrolândia. Além disso, o Rio da Prata ganhou uma linha de bondes, que ia até o centro de Campo Grande, e recebeu obras de drenagem seus rios na década de 1940, acabando com os problemas das águas represadas, que destruíam plantações e provocavam doenças devido ao acúmulo de mosquitos transmissores da doença.</p>	<p>Imagens dos ciclos econômicos (Cana, café, laranja)</p> <p>Vídeo do bonde de campo grande extrair de https://youtu.be/PpagAa-171k A partir dos 40´</p>	<p>Ciclos econômicos</p> <p>Cana de açúcar, Carvão, Café.</p> <p>Citrolândia</p>	
desenvolvimento	<p>Hoje o forte da produção do Rio da Prata é de banana, caqui e plantas ornamentais, além de existir mangueiras por todo o lado.</p> <p>Existe uma comunidade tradicional de agricultores que trabalham com agricultura orgânica e que conta com uma produção bastante diversificada.</p>	<p>Imagens de agricultores plantando/c olhando</p> <p>Imagens de agricultores</p>	Banana e Caqui	
desenvolvimento	<p>Os agricultores do Rio da Prata são organizados pela Associação de Produtores de produtos orgânicos que estão sendo porta-vozes do Rio da Prata pela Cidade.</p> <p>Eles estão inseridos no Circuito Orgânico Carioca que está presente em 17 bairros da Zona Sul, local aonde eles podem vender seus produtos a um preço mais elevado.</p>	<p>Imagem da Agroprata - logomarca</p> <p>Imagem da Feira e logomarca do Circuito carioca</p>	<p>Agroprata</p> <p>Circuito Carioca de Feiras Orgânicas</p>	<p>Texto-Comunidade Dona Bilina – reconhecida em 2018 como comunidade e quilombola</p>

desenvolvimento	<p>No Rio da Prata tem Natureza, trilhas, cachoeira, um Jequitibá bicentenário. Tem o Sítio Farol da Prata, onde se pode comer comida típica da roça, tem comunidade quilombola, tem a trilha Transcarioca, tem o Largo do Rio da Prata, com sua praça, igrejinha, coreto e bica (dois monumentos tombados pela prefeitura do Rio em 1996), Têm festas da Igreja de Nossa Senhora das Dores, leilões organizados por fazendeiros.</p> <p>Existem vários restaurantes lotados nos fins de semana. Em algum deles podemos perceber que ainda carregam traços de quando eram vendas e depósitos de agricultores que desciam do morro uma vez por mês para negociar as colheitas e fazer compras.</p>	<p>Imagens da fauna e flora</p> <p>Imagem do jequitibá</p> <p>Imagem do Sítio Farol da Prata</p> <p>Imagem da comunidade tradicional</p>	<p>Atrativos</p> <p>Natureza</p> <p>Diversão</p> <p>Comunidade Tradicional Dona Bilina</p>	<p>Texto escrito – atrativos locais</p>
Desenvolvimento	<p>Temos também os eventos do caqui que surgiram da necessidade que os agricultores têm de conseguir mão de obra para a colheita e evitar o desperdício da fruta.</p> <p>O Tira-caqui é um evento pensado como uma prática resultante da agricultura urbana desenvolvida no Maciço da Pedra Branca. Foi realizada pela primeira vez em 2011 e a cada ano a festa atrai um número maior pessoas que se reúnem para celebração cultural onde os participantes são convidados a resgatar suas memórias locais. Neste dia diversas atividades são feitas em interação com comunidade e agricultores, mostrando para o público a realidade dos produtores locais e a atividade da agroecologia no Rio de Janeiro.</p> <p>Já a primeira edição a Festa do Caqui aconteceu em maio de 2014. Esse Projeto Cultural é organizado pela Agropрата. Neste dia é possível conhecer – o vinagre de caqui – e saborear, além do fruto in natura, o caqui-passa, a cocada de caqui e o doce de caqui entre outros quitutes.</p>	<p>Imagens dos eventos</p>	<p>Os eventos do Caqui</p> <p>Memória</p> <p>Identidade</p>	<p>Texto escrito - Manifestações culturais</p>

conclusão	<p>Como vimos o Rio da Prata ainda tem várias características da vida rural, que hoje convivem com um lado urbano.</p> <p>Diante de toda a riqueza que o Rio da Prata tem é preciso que as pessoas conheçam e valorizem essa natureza, essa gente, essa cultura.</p> <p>O turismo vem acontecendo na região, mas não da forma ordenada. Como vimos, temos atrativos de sobra, história, comunidade tradicional, produção de alimentos orgânicos, parque com trilhas e cachoeira, uma rica biodiversidade e muitas pessoas engajadas que se orgulham de sua origem e de sua cultura.</p> <p>É preciso que vocês jovens comecem a tomar as rédeas do futuro da sua comunidade, dos projetos que acontecem na sua região para que escrevam juntos essa história.</p> <p>Podemos começar com ações simples: divulgando este vídeo, por exemplo! E quem sabe fazendo outros vídeos para complementar esse ou para abordar outros assuntos que não foram tratados aqui.</p> <p>A mensagem que gostaria de passar para vocês é que só é valorizado quem se valoriza, por isso, vamos valorizar e preservar a memória, e identidade desse velho Ser – tão carioca?</p>	Animações	Turismo	
			Conheça e Valorize	
			Escreva a sua história	
			Divulgue esse vídeo!	
			"Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado." Emília Viotti da Costa	

5 Considerações finais

Essa pesquisa buscou apresentar e analisar a potencialidade do turismo na construção de memórias e identidades do Rio da Prata. Para tanto a pesquisa bibliográfica, a presença no campo e a tomada de contato com os atores e a cultura local nos forneceu subsídios para entender a atual situação dos agricultores de produtos orgânicos, além de poder observar como o turismo vem sendo inserido na região e provocando mudanças no dia a dia do território.

De acordo com os aspectos observados nessa pesquisa, constatamos que o Rio da Prata de Campo Grande é um lugar que existe entre a memória coletiva de uma coexistência antiga com os recursos naturais e uma nova ordem que a especulação imobiliária e a urbanização persistem em atestar. Os agricultores de produtos orgânicos que residem e trabalham a mais de um século nesse lugar, tiveram que se adaptar a novas regras de uso e ocupação do espaço quando parte do seu território virou Parque.

Apesar de várias restrições impostas, pelo Poder Público, pautadas no modelo de gestão de Parques adotados no País, essa comunidade tradicional resistiu e hoje, apesar de serem poucos, são verdadeiros porta-vozes de uma cultura rural com a incorporação de valores e visões de mundo associadas ao ambientalismo que ressalta, entre outras coisas, o caráter ecologicamente correto de exercer suas práticas agrícolas e de reprodução social. Se por um lado, tais restrições foram impostas ao desenvolvimento de suas atividades, de outro, ajudou a manter esta pequena produção, especialmente de banana e caqui, preservando parcialmente este território da chegada da urbanização e expansão do mercado imobiliário que vêm crescendo de forma desordenada por toda a Zona Oeste.

No primeiro capítulo, para obter melhor entendimento, foi feito um breve levantamento sobre a evolução política ambiental no Brasil. Foi explicado como as primeiras áreas naturais protegidas surgiam e a importância do uso público para essas áreas. Além disso, nos debruçamos em conceituar populações, povos ou comunidades tradicionais e trouxemos a problematização de que as áreas de preservação da natureza foram criadas, na maioria das vezes, em territórios habitados por populações tradicionais. Destacamos que tais comunidades são marcadas pela exclusão não somente por fatores étnico-raciais, mas, principalmente, pela impossibilidade de acessar as terras por eles tradicionalmente ocupadas, em grande medida

apoderadas por grileiros, fazendeiros, empresas, interesses desenvolvimentistas ou até pelo próprio Estado, como é o caso do Rio da Prata. Nesse mesmo capítulo também nos preocupamos em conceituar o tema “território”, que segundo Paul Little (2002) surge de condutas de territorialidade de um grupo, ou seja, o território é produto de processos sociais e políticos.

No segundo capítulo, foi apresentada uma contextualização histórico-geográfica evidenciando os diversos ciclos econômicos que a região passou, dando destaque ao período da laranja. Destacamos a chegada da urbanização e da especulação imobiliária que avançou na região na década de 60, dando origem a degradação das atividades agrícolas e a partir dos anos de 1970 ocorreu a instalação do denominado Parque Industrial dos bairros de Campo Grande e Santa Cruz. Tais décadas marcaram um período de profundas transformações econômicas para a região. Dessa forma, a Zona Oeste deixava de ser famosa por sua importância fruticultora abrindo espaço para outras atividades econômicas.

Nessa mesma década, em 1974, o Parque Estadual da Pedra Branca foi institucionalizado, em um momento onde o discurso do desenvolvimento sustentável e os debates sobre conservação giravam mundialmente em torno da iminente ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies da fauna e flora e o aquecimento da temperatura global. Ainda no segundo capítulo discorreremos sobre o uso público no PEPB o qual oferece muitas atividades com inúmeros atrativos turísticos, tanto ambientais, quanto histórico-culturais e quase não são conhecidos até mesmo pelos cariocas.

No terceiro capítulo mostramos um mapeamento das atividades relacionadas ao turismo e notamos que algumas delas já estão sendo reconhecidas e valorizadas pelos visitantes que procuram além de lazer na natureza, experiências relacionadas à vida rural. As iniciativas mapeadas como a feira orgânica, e os eventos do caqui, por exemplo, estão sendo planejadas, implementadas e gerenciadas em harmonia com as tradições e os valores culturais, colaborando para o fortalecimento da memória e identidade do Rio da Prata, além de envolver a comunidade local que vem participando, ainda que de forma tímida, mas crescente, desse processo. Nas dinâmicas do turismo que vem acontecendo no local o alimento tem se transformado em um atrativo a mais, um elemento central no desenvolvimento da atividade turística. Nesse processo a culinária tem sido acionada como patrimônio cultural, contribuindo na construção da identidade cultural. É interessante mencionar que o turismo vem acontecendo, na vertente do

Rio da Prata, e está sendo incentivado pelo Poder Público, por empresários, coletivos e associações locais, através de várias iniciativas, no entanto, observou-se que as atividades ainda carecem de melhor planejamento e maior engajamento da comunidade local.

Para tentar equacionar a questão da valorização cultural através da memória e identidade local, utilizando o turismo como catalizador, nós propomos a realização de uma oficina sobre memória, identidade e turismo para os jovens da escola pública do Rio da Prata no intuito de fazer um resgate histórico-cultural do território.

Na oficina abordamos a íntima relação dos moradores do local com a natureza e seus recursos, a maneira simples e acolhedora de viver, o espírito religioso, entre outros valores a fim de confrontá-los com os desafios culturais e ambientais contemporâneos. O resultado da oficina nos revelou que os jovens não conheciam a sua história e não sabiam que existia turismo (latente) na sua comunidade. A dinâmica com os alunos atingiu seus objetivos de provocar reflexões, agregar valores e conhecimento sobre a cultura, a memória, e identidades locais. Trazendo como ponto focal o processo de “turistificação” da região e suas consequências para a comunidade local. Além de levantar o questionamento sobre como eles (os jovens) se “enxergam” e quais são suas perspectivas para o futuro dentro (ou fora) comunidade.

A oficina foi programada para ter duas sessões, no entanto, não houve aderência por parte dos alunos para a segunda parte da dinâmica. Tendo em vista a não realização da segunda etapa a qual tinha o objetivo de criar em conjunto um produto técnico, surgiu a ideia da criação de um vídeo educacional para passar adiante todos esses aspectos que consideramos importantes para o fortalecimento da identidade local, utilizando o turismo como uma atividade capaz de evidenciar todo o potencial que a região apresenta.

Assim, espera-se que o vídeo possa servir de auxílio na prática pedagógica das escolas públicas e particulares da região do Rio da Prata e que seja disseminado com o objetivo de apresentar a região e atrair mais visitantes. Acreditamos também que esse vídeo possa ajudar a motivar e a sensibilizar esse público a respeito de suas origens e sua cultura tão singular.

6 Referências

Livros

BROWN, Juanita. **O World Café: dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas**. Juanita Brown com David Isaacs e a comunidade do World Café. São Paulo: Cultrix, 2007

CUCHE, Denys. **Cultura e identidade**. In: **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

Diegues, A. C., Arruda, R.S.V. (2001). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. MMA. Brasília

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, A. C., Arruda. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. MMA. Brasília. 2001.

FIGUEIREDO, L. M. **Populações tradicionais e meio ambiente: espaços territoriais especialmente protegidos com dupla afetação**. p. 1–35, 2013.

FRÓES, José Nazareth de Sousa; GELABERT, Odaléa Ranauro Enseñat. **Rumo ao Campo Grande por trilhas e caminhos**, 2ª edição, Imprensa gráfica Brunner, Rio de Janeiro, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: 2008.

GONDAR, J. **Cinco proposições sobre memória social**. v. 9, n. 15, 2016.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: 1990.

HALBWACHS, Maurice. **The Collective Memory**. Harper & Row Colophon Books, New York, 1950

INEA. **Trilhas: Parque Estadual da Pedra Branca**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.femerj.org/wp-content/uploads/guia_trilhas_pepb.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3.ed. ver. E ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1996.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing/Philip Kotler, Kevin Keller**; tradução Monica Rosemberg, Brasil Ramos Fernandes, Claudia Freire; revisão técnica Dilson Gabriel dos Santos. 12ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LITTLE BRASÍLIA, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série antropológica 332. 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MATTOS, C. L. G. DE. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. 2011.

MESQUITA, B. **Guia Trilha Transcarioca**. 1a. ed. Rio de Janeiro: 2016

MORÁN, J. M. **O vídeo na sala de aula**. Comunicação e Educação, p. 27–35, 1995.

OLIVEIRA, M. A. S. A.; VANZELLA, E.; BRAMBILLA, A. **Processos sociais: sistemas culinários em contexto de ressignificações, comensalidades, processos discursivos e religiosos**. João Pessoa: CCTA. 2019.

VALLEJO, L. R. **Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão**. Uso Público Em Unidades De Conservação, v. 1, n. 1, p. 13–26, 2013.

VILANI, R. M.; VANZELLA, E.; BRAMBILLA, A. **Alimentação e sustentabilidade**. João Pessoa: CCTA, 2019.

WWF BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: 2003.

Artigo de Periódicos

ANTUNES, Diogo de Carvalho; CONTI, Bruna Ranção. **Dilemas de uma Nova Agenda de Desenvolvimento: um olhar sobre a Política Ambiental Brasileira**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 25, p. 73-86, jan./jun. 2012.

ARAÚJO, R. F. **Apropriações de Bruno Latour pela Ciência da Informação no Brasil: descrição, explicação e interpretação**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, n. 3, 2009.

ARRUDA, R. **“Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. Curitiba: 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

BARROS, J. G. DO C.; THEODORO, S. H. **Política Nacional do Meio Ambiente: conquistas e perspectivas**. In: *30 anos de Política Nacional do Meio Ambiente*. 2010.

BRANDEMBURG, A. **Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental**. *Ambiente & Sociedade*, v. XIII, n. 2, p. 417–428, 2010.

BRITO, M. S. F. DE. **Memória e Identidade: Aspectos Relevantes Para O Desenvolvimento Do Turismo Cultural**. Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa, , 2013. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7011/1/Mafalda Brito-Tese de Mestrado.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019

CÂMARA, A. A. F. **O outro e sua Identidade: políticas públicas de remoção e o caso dos**

agricultores do Parque Estadual da Pedra Branca/RJ. Revista Brasileira de Políticas Públicas, p. 349–362, 2013.

CARNEIRO, V.L.Q. **Função pedagógica e formato audiovisual de vídeo para professores: a proposta do curso “TV na Escola e os Desafios de Hoje”**, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/vanialuciacarneiop16.rtf> Acesso em: 19 mar 2019.

CIMOS. **Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Cartilha. Ministério Público de Minas Gerais.2014

DIAS, M. **Agricultura urbana na cidade maravilhosa: os agricultores familiares do maciço da Pedra Branca.** 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/viewFile/230725/DIAS>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

ESPEITX, Elena. **Patrimonio alimentario y turismo: una relación singular.** Pasos: revista de turismo y patrimonio cultural, Universidade de La Laguna, Espanha, v. 2, n. 2, p. 193-213, 2004.

FERNANDEZ, A. C. F. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A Construção Social de uma Unidade de Conservação à Luz das Políticas Ambientais Fluminenses e da Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** 2009b.

_____. **Dimensões Humanas da Biodiversidade.** Ambiente & Sociedade. 2004. 7(1): 5-29.

_____. **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro.** REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, p. 26, 2014.

_____. **I encontro científico Parque Estadual da Pedra Branca. Ciência para Gestão ou Gestão para a Ciência? A Construção Social do Parque Estadual da Pedra Branca: do Castelo das águas ao parque de Carbono.** *Anais...*Rio de Janeiro: 2009cDisponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/1_Encontro_Cientifico_PEPB.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017

_____. **O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização.** Estudos Históricos, v. 29, n. 57, p. 129–148, 2016.

FERNANDEZ, A. C. F.; FERREIRA, F. S. **Mercados Agroalimentares e Reconfigurações Socioeconômicas nos Territórios Rurais Mercados e território: as feiras orgânicas e agroecológicas no Rio de Janeiro.** Rede de Estudos Rurais, 2012.

FERREIRA, H. C. H.; OLIVEIRA, M. A. S. A. DE. **Memória, identidade e gastronomia: turismo como alternativa de desenvolvimento local para “populações tradicionais” em unidades de conservação.** Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR. Dossiê Memória e Turismo, mar. 2019.

FERREIRA, L. da C. et al. **Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP.** Ideias. 2002. 8(2): 115-150.

FUNBIO. **Manual de melhores práticas para o ecoturismo** / Organizador: Roberto M. F. Mourão. - Rio de Janeiro: Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. 39p.

FURRIELA, Rachel Biderman. **O movimento ambientalista no Brasil: evolução histórica e o desafio do equilíbrio socioambiental**. In: RICARDO, Fany. Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GODOY, A. **O modelo da natureza e a natureza do modelo**. São Paulo. São Paulo em Perspectiva. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102788392000000400015>>

GOMES, L. F. **Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise**. Universidade de Sorocaba (SP), p. 1–17, 2001.

LEROY, Jean-Pierre. **O impacto sobre o meio ambiente**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, julho de 2008. Matéria de capa. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=237>>. Acesso em: 26/01/2018.

LOUREIRO, C; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia, Política, Justiça e Educação: perspectivas de aliança contra-hegemônica**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013, v. 11, n. 1, p. 53–71, 2013.

OLIVEIRA, SILVA ALVES DE. M. A. **Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o urbano e o rural**. Iluminuras, Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago/dez, 2017

ROBERTO DAROLT, M. et al. **Redes alimentares e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. XIX, n. 2, p. 1–22, 2016.

ROVERE, R. L. L.; HASENCLEVER, L; LOPES R. PIMENTEL, V.; LINS, L. **Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno: diagnóstico sócio econômico do local**. Projeto FAPERJ n. E-26/110.644/2007. 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/diagnostico_socio_economico_zona_oeste_v9_com_anexo.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

SATHLER, E. **Síntese Fundiária do Parque Estadual da Pedra Branca. I Encontro Científico do Parque Estadual da Pedra Branca - Ciência para Gestão ou Gestão para a Ciência?** Rio de Janeiro:2009. p. 131.

SIMÕES, E.; FERREIRA, L. DA C. **O Dilema de Populações Humanas em Parques : Gestão Integrada entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba**. Sustentabilidade em Debate, v. 2, n. 1, p. 17–32, 2011.

XEXARDO, Pereiro. **Turismo Cultural. Uma visão antropológica** / Xerardo Pereiro Pérez – El Sauzal (Tenerife. Espanha): ACA y PASOS, RTPC. 2009. 307p. PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. IV. Serie 3(304.2):3(316)(379.85)

Trabalho apresentado em evento

ARRUDA, Rinaldo. "**Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**". In Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no rio de janeiro. 2003**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

ARAÚJO. R.F, CARDOSO.A.M..P. **A Ciência da Informação como Rede de atores: reflexões a partir de Bruno Latour**. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, outubro de 2007. Disponível em:
<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/index/schedConfs/archive>>

SERAFINI, F. ALVES **Disputas pela terra e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: o caso do vale São João**. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro:2006.

ANTONIO, L.; FARIAS, C. DE. **Habitação e Políticas Públicas na Zona Oeste da metrópole do Rio de Janeiro : um exemplo de inclusão ou de segregação sócio-espacial ?** XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, n. Xvii, 2010.

DIAS, M. C. DE O. **Tão Exóticos e tão nativos; o caqui e a banana em um conflito de ambientalização de valores e afirmação territorial no Parque Estadual da Pedra Branca - RJ..** XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar. Anais.São Carlos: 2014

FERNANDEZ , C. F, A; FERREIRA, F. DA SILVA. **O mercado de produtos orgânicos e agroecológicos: disputas e apropriações ideológicas**. 39º Encontro Anual da ANPOCS GT 35 Sociedade e Vida Econômica. Anais.2015

FERNANDEZ, A. C. F. **O agricultor conservador: impasses e conquistas de pequenos produtores em uma área protegida urbana**. SBS - XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho. Anais. Rio de Janeiro: 2009a

FERNANDEZ, A.C. F; PIMENTA, K; CLAUDINO, R. **O “Tira Caqui” e a colheita solidária: uma prática de afirmação da agricultura na cidade**. Trabalho apresentado na XII Jornada de alunos do PPGA-UFF. 27set, 2018.

FIGUEIREDO, Leandro Mitidieri. **Populações Tradicionais e meio ambiente: espaços territoriais especialmente protegidos com dupla afetação**. Dissertação de mestrado. Especialização em Direito Aplicado ao Ministério Público Federal. 2013.

MEDEIROS, Maristela T. **Do sertão à Zona Rural. Que sertão?**. Tese de Doutorado. UERJ/

Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, submetida em 2009.

MENEZES, P.DA CUNHA. **Transcarioca, todos os passos de um sonho**. Rio de Janeiro: 2000.

OLIVEIRA, R. R. DE; FERNANDEZ, A. C. F. **Entre roças e florestas : passado e presente na Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro**. RBPG, p. 777–802, 2016.

PADILHA, A. DA S. C.; SUTIL, N.; FEISSER MIQUELIN, A. **Vídeos Como Recursos Didáticos Para Aprendizagem Significativa Em Aulas De Ciências**. XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Curitiba, 2013.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil : da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71–82, 2011.

PELEGRINI, S. C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. *Revista Brasileira de História*, p. 115–140, 2006.

PELLIN, A. et al. **Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação urbanas: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ)** São Paulo *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 2014. Disponível em: <<https://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/769/685>>. Acesso em: 5 fev. 2019

PENA, I. A. DE B.; RODRIGUES, C. G. DE O. **Mosaico Carioca de Áreas Protegidas e a perspectiva de gestão integrada do território no contexto urbano**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 46, 2018.

PEREIRA, D. **Paradoxo do papel do Estado nas unidades de conservação**. In: **A Insustentável Leveza da Política Ambiental- Desenvolvidos e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos* . Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

RENATO VALLEJO, L. **Unidades de Conservação: uma discussão à luz dos conceitos de território e de políticas públicas**. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_Ilha_Grande/Vallej_o_2003.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.

SANTOS, Paulo R. e KLOSS, Sheila. **A criança e a mídia: a importância do uso do vídeo em escolas de Joaçaba-SC**. In XI Congresso de ciências da comunicação na região sul. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação , Novo Hamburgo – RS, 17 a 19 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0957-1.pdf> Acesso em 23/03/2019.

SIMON, A. V. S. **Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca**. Universidade Federal Fluminense. Tese de doutorado. 2003.

ZIOLI, O. **O lazer dos agricultores familiares promotores do turismo: o caso do Roteiro**

Turístico Caminhos do Marrecas no Sudoeste do Paraná. Tese de doutorado 2015.

Sites e blogs

ACICG. Feira Orgânica do Rio da Prata oferece opções de alimento sem agrotóxicos em Campo Grande. Disponível em: <<http://acicg.org.br/2017/12/01/feira-organica-do-rio-da-prata-oferece-opcoes-de-alimentos-sem-agrotoxicos-em-campo-grande/>>. 01/dez. 2017. Acesso em: 03/02/2019.

ACUCA CAMORIM, 2017. Disponível em: <http://acuca-camorim.blogspot.com/2017/07/encontro-de-quilombos.html?view=sidebar> Acesso em: 12/02/2018.

AMIGOS DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA. Blog. Disponível em:<<http://www.parquepedrabranca.com/>>. Acesso em: 27 nov 2017.

ANTIGO RIO DA PRATA. Disponível em: <<http://antigorioprata.blogspot.com/>>. Acesso em 15/01/2019.

ANTIGO RIO DA PRATA. História do Rio da Prata: Disponível em: <<http://antigorioprata.blogspot.com/>>. Acesso em 15/01/2019.

AS-PTA 2018. Oitava edição do tira caqui acontece em Rio da Prata, em Campo Grande-RJ. Disponível em: <http://aspta.org.br/2018/04/oitava-edicao-do-tira-caqui-acontece-em-rio-da-prata-em-campo-grande-rj/>. Acesso em: 12/02/2018.

BONDE ELÉTRICO DE CAMPO GRANDE. Disponível em: <<https://youtu.be/PpagAa-171k>> . Acesso em 28/02/2019.

ITAÚ CULTURAL, Enciclopédia. Disponível em:<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10811/arthur-bispo-do-rosario>> Acesso em 07/04/2018.

MAPA 2 – Critérios para a implantação de Paques lineares urbanos: Estudo de caso em São Carlos- Disponível em: < https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Rio-de-Janeiro-Areas-de-Planejamento_fig6_313392311>; Acesso em 10 Fev, 2019

Ministério do Meio Ambiente (2018). Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>> Acesso em: 17/11/2018.

O Globo. Jornal Extra p. 14. Edição de 18 de agosto de 2018.

SAIBA HISTÓRIA. Disponível em:<<https://saibahistoria.blogspot.com/2017/03/a-historia-da-prata-do-cabucu-rj.html>>. Acesso em: 31/03/2019.

UNESCO, Mab (2018). Disponível em:http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp acesso em: 06/03/2018.

VEIGA, Andrei. 2017. Disponível em;< <https://www.wikiparques.org/com-a-palavra-andrei-veiga-gestor-do-parque-estadual-da-pedra-branca/>> matéria escrita por Duda Menegassi. Acesso em:10/04/2018.

Entrevistas

Edson Paiva, proprietário do Café da Roça, entrevistado por Paula Kreimer e Maria Amália Oliveira no dia 18 de agosto de 2018.

Rita Caseiro, presidente da AGROPRATA, entrevistada por Paula Kreimer e Maria Amália Oliveira nos dias 26 de março de 2017 e 18 de agosto de 2018.